



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES”: A EMERGÊNCIA DO  
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL PARAIBANO NOS ANOS 1980**

**LUIZ GERVÁZIO LOPES JÚNIOR**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES”:  
A EMERGÊNCIA DO  
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL PARAIBANO NOS ANOS 1980**

**LUIZ GERVÁZIO LOPES JÚNIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, pertence à linha de pesquisa História Cultural das Práticas Educativas e área de concentração Cultura e Sociedade.

**Orientadora:** Prof. Dra. Joedna Reis De Meneses

**CAMPINA GRANDE – PB  
2022**



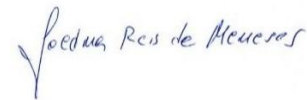




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE  
HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA PROGRAMA DEPÓS-  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 14h00 (quatorze) do dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), através de sala de videoconferência do mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Luiz Gervazio Lopes Junior**, intitulada: “Contra a Moral e os Bons Costumes”: A Emergência do Movimento Homossexual Paraibano nos Anos de 1980”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “ **Aprovado** ”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Joedna Reis de Meneses - Orientador(a), Azemar dos Santos Soares Júnior - Examinador(a) Interno(a), Fábio Ronaldo da Silva - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A banca destacou a importância do trabalho não apenas para o enriquecimento acadêmico como também para os movimentos sociais e sociedade como um todo de enfatizado o papel político do texto. A dissertação está muito bem escrita e com uma fundamentação teórica rica, pertinente e atualizada sendo, também, indicada a publicação por parte da banca.

**Lista de Presença**

Orientador(a)	Joedna Reis de Meneses	
Examinador(a) Interno(a)	Azemar dos Santos Soares Júnior	
Examinador(a) Externo(a)	Fábio Ronaldo da Silva	Documento assinado digitalmente  <b>FABIO RONALDO DA SILVA</b> Data: 07/08/2024 11:28:10-0300 Verifique em <a href="https://validar.itl.gov.br">https://validar.itl.gov.br</a>
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	
Coordenadora	Michelly Pereira de Sousa Cordão	

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2023.

**LUIZ GERVÁZIO LOPES JÚNIOR**

**“CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES”: A EMERGÊNCIA DO  
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL PARAIBANO NOS ANOS 1980**

**BANCA EXAMINADORA**

*Joedna Reis de Meneses*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joedna Reis de Meneses – Orientadora**  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

*Azemar dos Santos Soares Júnior*

---

**Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – Examinador Interno**  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

FABIO RONALDO DA SILVA  
Data: 07/08/2024 11:28:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Fábio Ronaldo da Silva – Examinador Externo**  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

---

**Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira – Suplente Interno**  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

---

**Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa – Suplente Externo**  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente às que vieram antes de mim, na escrita e no ativismo político e acadêmico. Também à minha família e meus amigos e amigas que acreditaram que este trabalho seria possível.

À minha orientadora a Prof. Dr. Joedna Reis de Meneses pela paciência, cuidado e sensibilidade no processo de escrita e em tudo que veio após.

Aos meus avós Chico Soares e Maria Soares, pelo amor, cuidado e força. Sem vocês nada disso seria possível

## RESUMO

O século XIX engendrou uma série de políticas disciplinares do corpo como desdobramento do regime poder-saber constituído no processo colonial. Nesse sentido, este trabalho se insere no recente campo da Historiografia LGBTQIAPN+ paraibana na intenção de problematizar os agenciamentos, éticas e estéticas próprias criadas coletivamente no que chamo de Movimento Homossexual Paraibano (MHP). Assim, objetivo problematizar os elementos que tornaram possível a emergência do grupo Nós Também, pioneiro na luta por direitos e cidadania homossexual no Estado da Paraíba. Em um primeiro momento, analiso as condições epistemológicas da produção histórica e filosófica de conhecimento sobre esses sujeitos subalternizados me utilizando do método da revisão bibliográfica. Em um segundo momento analiso as condições históricas de emergência do grupo, sua atuação na cidade de João Pessoa e os intercâmbios promovidos pelo Nós Também junto a outros grupos de homossexuais organizados pelo país e a outros grupos políticos organizados no Estado da Paraíba. A natureza da pesquisa possibilitou o acesso a múltiplas fontes como recortes de jornais, fotografias, vídeos em Super 8 e arquivos de entrevistas já concedidas, assim, como recurso metodológico, me utilizei de múltiplas análises que possibilitasse uma sensibilidade

**Palavras-chave:** História do Movimento LGBTQIAPN+; História Cultural; Epistemologia

## **ABSTRACT**

The 19th century engendered a series of body disciplinary policies as an outcome of the power-knowledge regime constituted in the colonial process. In this sense, this work is inserted in the recent field of LGBTQIAPN+ Historiography in Paraíba with the intention of problematizing the agencies, ethics and aesthetics created collectively in what is called the Paraíba Homosexual Movement (MHP). Thus, the objective is to problematize the elements that made possible the emergence of the group Nós Too, a pioneer in the fight for homosexual rights and citizenship in the State of Paraíba. Firstly, we analyze the epistemological conditions of the historical and philosophical production of knowledge on these subordinated subjects using the bibliographic review method. In a second moment, we analyzed the historical conditions of the group's emergence, its activities in the city of João Pessoa and the exchanges promoted by Us. Also with other groups of homosexuals organized throughout the country and other political groups organized in the State of Paraíba. The nature of the research allowed access to multiple sources such as newspaper clippings, photographs, Super 8 videos and archives of interviews already given, thus, as a methodological resource, I used multiple analyzes that allowed for sensitivity

**Keywords:** History of the LGBTQIAPN+ Movement; Cultural History; Epistemology



# Lista de imagens

---

Imagem 1: Organograma da Colonialidade do Poder e seus demais controles.....	41
Imagem 2: A Colonialidade do Poder se retroalimenta junto a Colonialidade do Gênero .....	42
Imagem 3: Jornal Diário de Pernambuco: “ESCÂNDALO CHEGA À PARAÍBA” .....	63
Imagem 4: Jornal Lampião da Esquina .....	84
Imagem 5: Escolha seu grupo.....	85
Imagem 6: Carta de Princípios do Nós Também (1980).....	87
Imagem 7: Boletim nº 1 (folha 1).....	94
Imagem 8: Boletim nº 1 (folha 2).....	95
Imagem 9: Boletim nº 2 (parte 1).....	97
Imagem 10: Lampião da Esquina, janeiro 1981.....	101
Imagem 11: Lampião da Esquina, março de 1981 .....	102
Imagem 12: Relatório Final do I EGHON (Parte 1).....	105
Imagem 13: Relatório Final I EGHON (Parte 2).....	106
Imagem 14: Nós Também no I EGHON .....	107
Imagem 15: Lançamento Público ALH (folha 1).....	112
Imagem 16: Outdoor - ALH .....	117
Imagem 17: Tirinha “Maria” .....	128

# Lista de Tabelase Quadros

---

Quadro 1: O Campo transdisciplinar e Historiográfico sobre o atual movimento homossexual paraibano .....	19
Quadro 2: O Campo transdisciplinar e Historiográfico sobre o atual movimento homossexual brasileiro .....	20
Quadro 3: Historiografia LGBTQIAPN+ produzida nos Programas de Pós-Graduação em História da Paraíba.....	21
Quadro 4: Fontes Históricas .....	25

# Lista de Abreviaturas e Siglas

---

AI – Ato Institucional;  
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;  
ALH - Aliança de Libertação Homossexual;  
BBB - Big Brother Brasil;  
CA – Centro Acadêmico;  
CEB - Comunidades Eclesiais de Base;  
CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde;  
CS – Convergência Socialista;  
DCE – Diretório Central dos Estudantes;  
EGHO - Encontro de Grupos Homossexuais Organizados;  
EGHON - Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste;  
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública;  
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz;  
GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista;  
GGB - Grupo Gay da Bahia;  
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana;  
LF- Grupo Lésbico Feminista;  
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgeneros;  
LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgeneros, Queer, Assexual, Panssexual e mais;  
M/C – Modernidade Colonialidade;  
MCP - Matriz Colonial de Poder;  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro;  
ME – Movimento Estudantil;  
MEL – Movimento do Espírito Lilás;  
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro;  
MHP - Movimento Homossexual Paraibano;  
MMM - Marcha Mundial da Mulher;  
MNU - Movimento Negro Unificado;  
NADH - Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais;  
NT- Nós Também;  
OMS - Organização Mundial da Saúde;  
ONG – Organização Não Governamental;  
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo;  
PCINT - Primeiro Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também;  
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História;  
PT – Partido dos Trabalhadores;  
SBPC – Sociedade Brasileira Pelo Progresso da Ciência;  
SCINT - Segundo Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também;  
SUNY - Universidade do Estado de Nova York;  
TCC - Trabalho de Término de Curso;  
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba;  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande;  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba;  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;  
UNE - União Nacional dos Estudantes;  
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará;

URSS - União da Republica Socialista Soviética;  
USP - Universidade de São Paulo;

# Sumário

---

<b>Introdução</b> .....	15
O Campo da Historiografia LGBTQIAP+ e os efeitos da Colonialidade do Saber .....	17
O (des)caminhos Teórico-metodológicos.....	24
<b>COLONIZAÇÃO, EPISTEMOLOGIA E GÊNERO: torções e propostas do ser subalterno</b> .....	32
1.1 Uma Utopia da falha do gênero .....	34
1.1.1 O Giro Decolonial é uma desmunhecada? .....	35
1.1.2 Cistema Moderno-Colonial de Gênero.....	40
1.1.3 O que dizemos quando falamos das bordas do mundo?.....	44
1.2 O Problema da Heterossexualidade .....	45
1.3 Maternidade colonial: o nascimento das categorias heterossexual e homossexual.....	49
1.4 Não há pecado no sul do equador .....	55
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>63</b>
<b>“UMA MILITÂNCIA A PARTIR DOS DESEJOS”</b> .....	<b>63</b>
2.1 Ditadura Cishetero-militar .....	64
2.2 A emergência da organização política.....	72
2.3 Nós Também Somos! .....	80
2.4 “Contem com nosso apoio queridinhas”: o I Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste (EGHON).....	100
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>110</b>
<b>“LIBERTAS QUE DARÁS TAMBÉM”: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA HOMOSSEXUAL E ESQUERDA PARAIBANA</b> .....	<b>110</b>
3.1 “Queremos uma revolução de corpo inteiro”: saindo do armário com a Ação de Libertação Homossexual .....	110
3.2 - “É preciso libertar corpo e mente para a construção da nova sociedade”: há homossexualidade na “classe” trabalhadora? .....	118

3.3 – “A repressão vem com o verão”: Xoxota, (homos)sociabilidade e (re)sistência em João Pessoa .....	122
3.4 – Closes: não há um fim! .....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137
<b>Anexos</b> .....	145
Anexo 1: Boletim Nº 1 Nós Também (4 páginas) .....	145
Anexo 2: Boletim nº 2 (2 páginas) .....	149
Anexo 3: “Cronologia” .....	151
Anexo 4: “Manifesto” da ALH .....	152
Anexo 5: Manifesto 01 de Outubro – Dia Nacional de Luta .....	153
Anexo 6: Boletim Nº 01 – ALH (duas páginas) .....	154
Anexo 7: ALH – Nota de Repúdio .....	156
Anexo 8: Boletim “O Grito” (duas páginas) .....	157

## Introdução

---

“Ei, psiu, você aí, macho discreto  
 Chega mais, cola, aqui  
 Vamo bater um papo reto [...]
   
 Ai meu deus, o que que é isto que estas bichas  
 tão fazendo  
 Pra todo lado que eu olho, tão todxs  
 enviadescendo”  
 Linn da Quebrada - Enviadescer

Esta dissertação é um convite ao ato de enviadescer. No jogo com as palavras Linn da Quebrada nos convida a nos livrarmos do engessamento provocado pelas políticas do corpo do empreendimento colonial e de sua manutenção pela colonialidade que se desdobrou no projeto poder-saber-prazer, nos saberes científicos produzidos, sobretudo a partir do século XIX. No jogo o “enviadecer”, tornar-se viado, junta-se ao “descer”, a ação de dançar descendo e rebolando até o chão, projetando ausências ao sistema cisheteropatriarcal, performando formas outras de inteligibilidade a relação sexo, gênero e desejo atravessadas por outros marcadores como o de raça, classe e território, por exemplo. O enviadecer também entra na canção, retomando um lugar histórico de afirmação e orgulho da anormalidade, tornar-se enviadecido, atribuído de vaidade.

Enviadescer, nesse sentido, lido também enquanto ato insubmisso epistêmico, de rompimento com os discursos autorizados. Grada Kilomba, importante teórica e militante feminista negra, na palestra-performance “Descolonizando o Conhecimento”, realizada em 2016 no Brasil, ao falar sobre a localização da produção de conhecimento afirma que

epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento que determina: 1 (os temas) [...], 2 (os paradigmas) [...], 3 (os métodos) [...]. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos. É comum ouvirmos o quão interessante nosso trabalho é, mas também ouvimos o quão específico ele é (KILOMBA, 2016, p. 02).

É amparado na crítica decolonial de feministas negras que me localizo enquanto sujeito nesta pesquisa, mediado pelas experiências e histórias de vida. Olhando a partir do “ponto de vista” (CONLLINS, 1997) ou do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019), não essencializando as experiências, mas colocando-as como uma espécie de devir epistêmico. A “dicotomia hierárquica como uma marca do humano também se tornou

uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as” (LUGONES, 2014, p. 936), assim, se hoje proponho nesta escrita o convite a envidescer, é porque uso das marcas da não adequação à cisheteronormatividade em meu corpo como ferramenta de luta.

Me aproprio do campo teórico/metodológico/político das teorias de/des/pós-coloniais no desejo pulsante de construir análises que deixem nítidos a forma como no *colonialismo*, na invasão europeia, o gênero foi mais um dos diversos vírus que causaram pandemia e que dizimou incontáveis sujeitos. Assim, o conceito de *Colonialidade do Poder* de Aníbal Quijano (2000) permite melhor aprofundamento da Colonialidade do Saber, da Colonialidade do Ser e da Colonialidade do Gênero. Muitas comunidades tribais, como as iorubas, por exemplo, relacionavam-se bem com o que hoje chamamos de homossexualidade (o terceiro sexo), eram matriarcais, possuíam outras configurações do que compreendemos como feminino e masculino não baseadas no sexo (OYEWUMI, 2020).

Maria Lugones (2020) se utiliza dessas ferramentas para desenvolver o que ela chama de um “sistema moderno-colonial de gênero”. Caminharemos com mais afinco por esses conceitos no primeiro capítulo dessa dissertação. Por agora lanço mão de pensar a noção de colonialidade do gênero e o empreendimento do regime poder/saber na articulação de múltiplas categorias.

Quando a criança nasce, encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/ menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina, atribuído a historicamente de um gênero e com um desejo quase que divino pelo “outro sexo”. Assim se monta a cosmogonia cisheterossexual dita natural. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. Os brinquedos, as cores das roupas e outros acessórios que comporão o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis. (BENTO, 2011)



É sobre esses sujeitos na fronteira do gênero que me interessa nesta pesquisa. Não por querer, com as *Teorias Cuir*<sup>1</sup> remontar a um passado ausente de contradições, mas para **possibilitar análises nossas, subalternizadas**, que não buscam uma origem, mas uma genealogia, que se preocupa com os múltiplos e muitas vezes difusos elementos que tornaram possível a emergência de determinadas formas de estar e ser no mundo (FOUCAULT, 2020).

Um desafio é quanto à escrita desta dissertação. Não por cair em didatismos fáceis, visto que, articulo conceitos complexos. Falar sobre e com populações marginalizadas, subalternizadas e abjetas não significa necessariamente achar que nossas teorias não são também complexas. **Este trabalho se afirma impositivamente como uma ferramenta de autoconhecimento coletivo.** Seja por **possibilitar a sujeitos LGBTQIAP+ paraibanas, paraibanos e paraibanes a reconhecerem sua história**, seja como instrumento de formação de grupos LGBTQIAP+ espalhados na Paraíba e fora do Estado. Veja, não digo que este trabalho será um manifesto, muito menos que será responsável por organizar politicamente levantes e revoltas insubmissas num teor marxista, se é que algum trabalho já conseguiu esse feito. Mas que esse saber construído tem a função de contar o não contado ou o apenas recentemente contado, de afirmar que temos uma história de organização política, de possibilitar que o que hoje compreendemos como Movimento LGBTQIAP+ não é feito por espasmos soltos no tempo, desconexos, pelo contrário. Neste desafio está a escrita acadêmica e o desejo de que esta pesquisa seja compreendida pelos meus e minhas.

### **O Campo da Historiografia LGBTQIAP+ e os efeitos da Colonialidade do Saber**

Lembro-me de já na infância perceber que sentia algo pelos amiguinhos e coleguinhas da escola, de confabular histórias românticas, amores para o fim da vida como ordena a ficção da heterossexualidade. Achava que todas as outras pessoas pensavam como eu, que todos os meninos sentiam atração por outros meninos, que as meninas sentiam atração por outras meninas e que na vida adulta era feita a escolha pela

---

<sup>1</sup> No decorrer do texto, especificamente no primeiro capítulo, explico os caminhos que os Estudos Queer tem tomado, sobretudo na América Latina e no Brasil, até chegar nas Teorias do Cu ou Cuir. (Re)apropriando e relocalizando os estudos Queer a partir de territórios colonizados, emergentes e terceiro mundistas.

heterossexualidade. Pensava que em algum momento eu também teria que fazer essa escolha.

A escola, obviamente, constitui o *locus* primeiro desse processo de “descobrimento” para uma bicha, gorda e afeminada como eu. Foram constantes apelidos, agressões, abusos dos mais diversos possíveis (inclusive sexuais). A socióloga Berenice Bento (2011), no artigo *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*, ao analisar os limites das instituições sociais na lida com sujeitos que fogem à norma, desenvolve o conceito de *heteroterrorismo*, para discorrer sobre essa prática reiterada de tolher e inibir características não heterossexuais com frases como: “isso é coisa de bicha” ou “homem de verdade não chora”.

É sobre esses sujeitos historicamente invisibilizados, sob efeitos de subalternidade, pela Historiografia que essa dissertação se debruça a estudar. Seria esse processo de invisibilização falta de fontes para pesquisa? A Historiadora Joana Maria Pedro e o Historiador Elias Ferreira Veras apontam que mesmo com o alargamento das fontes promovido pela historiografia de cunho marxista e pela escola dos *Annales* (BURKE, 1997) a heterossexualidade como regime de verdade desumanizou historicamente sujeitos de gênero e sexualidades dissidentes. Será apenas a partir da organização social das homossexualidades<sup>2</sup> e dos estudos de “gênero”, da “mulher” e das “mulheres”, na década de 1980, que a “história [estaria] ‘saindo do armário’” (VERAS; PEDRO, 2014, p. 92).

Ainda sob ação da Colonialidade do Saber, as produções de conhecimento acerca de homossexuais durante o período da Ditadura Cívico-Militar na Paraíba são ínfimas e, como procurei mostrar no *Quadro 1*, quando filtrado por Área de Conhecimento, não existem pesquisas no campo da Historiografia. Ao analisar o Relatório Final da Comissão da Verdade da Paraíba, percebi que na sessão relacionada à “Gênero” não havia sequer relatos sobre outras pessoas que não mulheres cisgeneras, ainda quando pesquisado pelo termo “LGBT” a única referência está na lista de siglas, estando completamente ausente das sessões do referido Relatório. Com isso não diminuo a importância da categoria “mulher” ou “mulheres”, mas que quando ancorada

---

<sup>2</sup> Coaduno com a ideia de homossexualidades de (COSTA, 1992; VERAS; PEDRO, 2014) no sentido não de uniformizar as identidades e experiências sexuais e de gênero no período, mas, pelo contrário, apontar suas transformações históricas atravessadas pelos dispositivos de poder e múltiplos processos de subjetivação

em bases biológicas e coloniais, algumas categorias limitam nossos olhares. Entendo também as limitações de financiamento dessas pesquisas, mas, mais uma vez, se reitera um silenciamento epistemológico desses/dessas sujeitos sob efeito de subalternidade.

Outro ponto visível na coluna “Área de Conhecimento” do *Quadro 1* é a completa ausência de estudos sobre o movimento ou organização social de homossexuais na Paraíba por parte da Historiografia. Vejamos o quadro abaixo:

**Quadro 1: O Campo transdisciplinar e Historiográfico sobre o atual movimento homossexual paraibano**

Título	Autor (xs)	Tipo	Área de Conhecimento
Nós Também: A História da militância através da memória gráfica	Bruno Santana	Dissertação	Design
Dois paus na fogueira: Movimento LGBT e identidade homoerótica em João Pessoa	Thiago de Lima Oliveira	Artigo	Ciências Sociais
Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias	Thiago de Lima Oliveira	Artigo	Antropologia
A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT	José Cleudo Gomes e Maria de Nazaré Tavares Zenaide	Artigo	Pedagogia

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor (2022)

No *Quadro 2*, apresento os textos, pesquisas, livros organizados e tese que foram basilares na construção dessa pesquisa construída a muitas mãos por Historiadores, Antropólogos, Cientistas Sociais, Críticos do Direito, Jornalistas e múltiplos outros profissionais, de múltiplas áreas do conhecimento, por isso não adicionei a coluna “Área de Conhecimento” como fiz no *Quadro 2*, por considerar já haver uma crescente profusão de pesquisas no campo da Historiografia LGBTQIAP+ e sobretudo da

Historiografia do Movimento LGBTQIAP+ a partir de bases transdisciplinares, como os livros citados abaixo.

**Quadro 2: O Campo transdisciplinar e Historiográfico sobre o atual movimento homossexual brasileiro**

Título	Autor(xs)	Tipo
Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX	James N. Green	Tese / livro
Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade	James N. Green e Renan Quinalha (Orgs.)	Livro
História do Movimento LGBT no Brasil	Jamens N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (Orgs.)	Livro
Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel	James N. Green	Livro
Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT	Júlio Assis Simões e Regina Facchini	Livro
Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira	Peter Fry	Livro
Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade	João Silvério Trevisan	Livro

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor (2022)

Quanto a essas ausências e silenciamentos estruturais na colonialidade do poder e do saber, me parece que, nesta pesquisa tenho alguns desafios a responder. Um deles é quanto à articulação das Teorias Queer com as Teorias Decoloniais. Ainda no meu Trabalho de Término de Curso (TCC) o *Queer* me pareceu responder teoricamente as perguntas até então feitas na pesquisa. Porém, enquanto escrevo esta dissertação e me aproximando das teorias decoloniais, sobretudo epistemologias de feministas e LGBTQIAP+ negras, outras perguntas me surgiram, às quais tentarei desenvolver no primeiro capítulo desta dissertação. De todo modo, compreendo que as teorias não são estáticas, pelo contrário. Sendo assim, busco-as na medida em que a realidade analisada

demanda diferentes atravessamentos epistemológicos. Em um primeiro momento afirmo: sou uma bicha do cone sul global, terceiro-mundista, explorada e expropriada, cisgênera, parda, mas ainda bicha. Parece-me então que Queerizar o decolonial é o Sul. Assim, uma crítica bicha às teorias decoloniais e uma crítica racial e decolonial ao Queer será um grande desafio. Na próxima página delineio os caminhos que tomei para responder a esse e outros imperativos. Alguns percursos construídos por mim, outros pavimentados por grandes teóricos/as/es, intelectuais e ativistas (se é que são categorias distintas).

**Quadro 3: Historiografia LGBTQIAPN+ produzida nos Programas de Pós-Graduação em História da Paraíba**

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Herbert Daniel e suas escrituras de memória: exercícios autobiográficos e traços estéticos de uma existência (1967-1984)	Rômulo Medeiros Pereira	UFPB	2013
(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)	Isabela Silva Nóbrega	UFPB	2015
Nordeste viril: representações da masculinidade no Cinema brasileiro sob o olhar de Guel Arraes (2000-2003)	Glaucenilda da Silva Grangeiro	UFPB	2015
Imagens da doença, políticas da notícia: Cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980)	Fernando Domingos de Aguiar Júnior	UFPB	2016
Ser ou não ser: a representação de virilidade nas capas da G Magazine (1997-2007).	Fabio Ronaldo da Silva	UFCG	2010

Discurso transgressivo e corpo policiado: Marquês de Sade, um escritor libertino nas malhas do poder disciplinar da modernidade francesa.	Marco Aurélio Dantas Nepomuceno	UFCG	2011
Nos bailes da História: relações de gênero e identidades em foco nas Braúnas/Baraúnas de 1950-1960.	Janielly Souza dos Santos	UFCG	2012
"Campina Grande se veste com as cores da emoção e se mostra com a cara da alegria": práticas do espaço e das artes de amar na festa da micarande.	Francisca Kelly Gomes Cristovam	UFCG	2012
Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-2010).	Neide Cordeiro de Oliveira	UFCG	2012
Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense.	Rafaella de Sousa Silva	UFCG	2014
Subjetividades em rede: escrita de si homoafetiva e a construção de novos territórios historiográficos.	Adjefferson Vieira Alves da Silva	UFCG	2014
"Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma": os casos transgêneros	Laís Medeiros Araújo	UFCG	2014

nas tirinhas de Laerte Coutinho.			
“O amor ainda está aqui”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande-PB.	Ciro Linhares de Azevêdo	UFCG	2015
Estéticas da existência e sexualidade operária: discursos LGBTTTs no chão de fábrica em Campina Grande-PB (2009 -2016).	João Diogo Trindade Cordeiro Araújo	UFCG	2018
Corpos em movimento: masculinidades e práticas educativas da dança em Campina Grande (1985-2017).	Eulina Souto Dias	UFCG	2020
A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.	Rafaela Costa de Azevedo	UFCG	2020
As práticas educativas da AIDS no jornal Nós Por Exemplo (1991-1995).	Adolfo Veiller Souza	UFCG	2021
Vai ter ChanacomChana, sim!: construção de um grupo lésbiano feminista em São Paulo na década de 1980.	Jaíne Chianca da Silva	UFCG	2021

Fonte: quadro elaborado pelo autor (2023)

Já no quadro 03, acima, exponho um levantamento feito do q eu pode ser chamado de Historiografia LGBTQIAPN+ produzida nos Programas de Pós-Graduação

em História do Estado da Paraíba, sendo a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande. São apenas 18 trabalhos de pesquisa, o que mostra que ainda temos muito terreno para caminhar.

### **O (des)caminhos Teórico-metodológicos**

*“o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”*  
(FOUCAULT, 2018,p.n73).

*“Ocasionalmente precisamos descansar de nós mesmos, olhando-nos de cima e de longe e, de uma artística distância, rindo de nós ou chorando por nós; precisamos descobrir o herói e o tolo que há em nossa paixão do conhecimento, precisamos nos alegrar com a nossa estupidez de vez em quando, para poder continuar nos alegrando com a nossa sabedoria!”*  
(NIETZSCHE, 2012, p.124).

*“vivo de cara pra o vento na chuva. E quero me molhar”<sup>3</sup>*(BETHÂNIA, 2013)

No vestibular orientei meus estudos para escolhas de universidades em cidades grandes do Estado da Paraíba como Campina Grande ou João Pessoa no intuito de poder viver quem eu sou, me (re)conhecer, encontrar pessoas como eu. Ao entrar na Universidade cursei Ciências da Computação, considerado um curso masculino, com o apoio da minha família, porém é no fazer política dos movimentos sociais e estudantis que me encontro. Logo em seguida desisto de Ciências da Computação para começar História. No meio dessa transição decido contar em casa que sou gay. Fui agredido, ameaçado e de certa forma expulso de casa, passei cerca de um ano sem voltar por medo do que poderia acontecer.

Nesse momento, aquele jovem que sonhava em poder ser quem de fato era começou a utilizar da sua voz como eco para outras vozes de pessoas dissidentes organizadas historicamente. O desejo de pesquisar o movimento homossexual emergiu numa discussão com meu orientador do Trabalho de Término de Curso (TCC) na graduação em História, o professor José dos Santos Costa Júnior, quando após conversas sobre possíveis temas de pesquisa chegamos ao Movimento do Espírito Lilás (MEL), mais antigo coletivo LGBTQIAP+ da Paraíba.

---

<sup>3</sup> Disponível completo em: <https://www.letras.mus.br/maria-bethania/carta-de-amor/>, acessado em 08/09/2022



Mesmo o MEL tendo sido fundado em 1992, decidi ir de encontro com o jornal *Lampião da Esquina* para analisa-lo a procura de registros, pistas e indícios. Numa das ultimas edições do jornal, numa seção de canto em que os editores indicavam grupos organizados nos diferentes estados do país, encontrei o grupo *Nós Também* localizado em João Pessoa, capital da Paraíba. No TCC optei por fazer uma revisão bibliográfica sobre a o movimento homossexual na Paraíba, visto a ausência de contato com as fontes e com os sujeitos organizados nesses grupos.

Este trabalho compõe o campo da História Cultural e se desdobra no alargamento das fontes proporcionado pelos estudos culturais, nesta dissertação desdobre essa relação com as fontes, trabalho que não tive folego no TCC. Inicialmente iria trabalhar com a análise do arquivo do próprio grupo *Nós Também*<sup>4</sup> que está sob os arquivos de memória do professor Dr. Henrique Paiva Magalhães<sup>5</sup>, nos quais estão ordenados no *Quadro 4: Fontes Históricas*, porém, novos caminhos apareceram.

**Quadro 4: Fontes Históricas**

Tipo de Documento	Quantidade	Arquivo
Boletins	4	Arquivo pessoal do Henrique Paiva Magalhães
Manifestos	3	
Outdoors	1	
Documento com a cronologia do grupo	1	
Foto	1	Arquivo pessoal do Henrique Paiva Magalhães e Arquivo pessoal do Pedro Nunes
Transcrições de entrevistas cedidas ao Projeto de Pesquisa: Juventude em movimento: percepções sobre as demandas contemporâneas de jovens para o campo da saúde - 2ª edição da FIOCRUZ	4	Arquivo Projeto Juventude em movimento: percepções sobre as demandas contemporâneas de jovens para o campo da saúde - 2ª edição da FIOCRUZ
Jornal Diário de Pernambuco	1	Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>4</sup> Na estrutura orgânica do grupo existia uma função para arquivar os materiais criados pelo grupo, inclusive um dos documentos é uma linha cronológica das ações e atividades do grupo. Esses documentos foram gentilmente cedidos por Henrique Paiva Magalhães, um dos fundadores do grupo pessoense.

<sup>5</sup> Henrique Paiva Magalhães foi um dos fundadores do grupo *Nós Também*, a época estudante do curso de comunicação social da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professor da mesma universidade e foi personagem e peça chave na elaboração desta pesquisa, pois disponibilizou contatos e seu acervo do grupo *Nós Também*.

Jornal Lampião da Esquina	3	Arquivo Online Grupo Dignidade
---------------------------	---	--------------------------------

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2022)

No início do ano de 2022 fui aprovado na seleção de Jovens Pesquisadores da Agenda Jovem da Fiocruz, um braço da Fundação Oswaldo Cruz que produz conhecimento de juventude para juventude sob a perspectiva de movimentos sociais, quilombolas, indígenas e diversas outras formas de organização. Nesta pesquisa, à qual agradeço o incentivo com bolsa de mestrado por doze meses, desenvolvi uma análise a partir da Escrita de Si sobre o acesso aos sistemas de saúde para pessoas LGBTQIAP+ na cidade de Santana dos Garrotes, alto sertão paraibano, cidade a qual moro e estou enquanto escrevo este texto. No processo de reformulação do projeto com minha orientadora, professora Profa. Dra. Danielle Ribeiro de Moraes da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz ENSP/Fiocruz, decidimos então criar um segundo momento da pesquisa, analisando como foi ser um jovem, homossexual e organizado socialmente em prol de seu desejo, no Estado da Paraíba, na década de 1980, ou seja, na transição entre Ditadura e “Democracia”. Aproveitar do fôlego desse trabalho com bolsa pra pesquisar e analisar o “ser bicha e organizada” nos dias de hoje, a partir da escrita de si e durante a ditadura militar observar (des)caminhos e (des)continuidades contrários à História do Progresso.

Como já havia esse contato com Henrique Paiva Magalhães decidi entrevista-lo, foi minha referência imediata a partir dos critérios que desenvolvi acima. Após a primeira entrevista, Henrique me passou o contato de outras três pessoas: 1) Bertrand Lira, natural de Cajazeiras, alto sertão do estado da Paraíba, mudou-se para estudar na capital, João Pessoa, e foi um dos fundadores do Nós Também; 2) Pedro Nunes, natural do Estado de São Paulo, filho de pais que buscaram uma nova vida no “sul” do Brasil, mas crescido na cidade de Catolé do Rocha, no sertão paraibano, também um dos fundadores do Nós Também; e por último 3) Marli Joaquim Soares, um pouco mais nova, mulher lésbica e negra, natural de Santa Rita e hoje residente em João Pessoa. Marli estudou artes na UFPB e atualmente, das pessoas que entrevistei para o trabalho na FIOCRUZ, é a única ainda organizada politicamente, no Movimento de Mulheres Lésbicas Maria Quitéria.

Essas memórias construíram uma sessão da pesquisa apresentada na FIOCRUZ e, discutindo com minha orientadora nesta dissertação, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Joedna Reis de

Meneses, estas memórias também poderiam estar inseridas num campo ainda infelizmente inédito da Historiografia da Ditadura Militar na Paraíba a partir de sujeitos subalternizados e da Historiografia do Movimento LGBTQIAP+ na Paraíba, visto que, como cita Alberti (2019, p.165) “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Assim, lanço mão de retomar aos arquivos produzidos por mim à FIOCRUZ no intuito de revirá-los numa outra exegese e somo-os às outras fontes no intuito de “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (BACELLAR, 2019, p. 71). No *Quadro 1* estão todas organizadas por Tipo de Documento, Quantidade de cada um desses tipos e o Arquivo nos quais essas fontes foram localizadas.

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007 p. 63-64).

Na escrita desta dissertação algo me inquietava: é possível articular filosofia francesa, especificamente foucaultiana e os *Estudos Queer* com os *Estudos Decoloniais*? A professora e pesquisadora de linguística Flávia Marinho Lisbôa, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), propõe que essa articulação se dá “no entrelaçamento necessário entre sujeito x história x linguagem à percepção dos estudos discursivos com Foucault para ler a atualidade em relação com o percurso histórico do que nos tornamos” (LISBÔA, 2021, p. 34). Nessa esteira, a cientista política Luciana Balestrin explica que os componentes do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) farão o uso estratégico de intelectuais do tipo primeiro mundo afim não se buscar legitimidade na produção científica, mas se apropriar de determinados conceitos na atitude decolonial

Sua proposta é ao mesmo tempo provocativa e desconfortável, dado o tom de indeferimento radical às conquistas do passado via liberalismo e marxismo e às influências de escolas que o permitiram, afinal, existir. Essa sensação deve-se ao fato de que seus autores dialogam de uma maneira seletiva com os

nomes clássicos - modernos e contemporâneos - das ciências sociais e da filosofia, geralmente, apontando suas deficiências na cobrança de um elemento (colonial) sobre o qual o próprio contexto demandava iluminação. Entretanto, uma de suas estratégias consiste mesmo na revisão do que é considerado clássico. (BALESTRIN, 2013, p. 110)

Lisbôa propõe a criação de um dispositivo (no conceito de Foucault e aprofundado por Agamben), intitulado dispositivo colonial, para a professora essa articulação seria necessária, pois “o dispositivo colonial é fruto dessa necessidade de um aparato teórico-metodológico que permita de forma mais coesa a ligação dos estudos do discurso com a colonialidade”. Conversando com a professora Ana Maria Veiga do departamento de História da UFPB sobre o medo de fazer uma gambiarra teórico-metodológica, algumas inquietações e releituras me apareceram.

O texto *Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina*, da feminista decolonial Yuderkys Espinosa Miñoso me saltou aos olhos como crítica e uso da ferramenta foucaultiana na crítica decolonial ao se perguntar “como nos tornamos as feministas que pretendemos ser”. Essa exegese analítica

Permite uma nova forma de se aproximar filosoficamente do problema da modernidade, onde em vez de descobrir a ‘verdade’ de suas promessas inerentes (liberdade, igualdade, fraternidade), o que se busca é mostrar as tecnologias de domínio que foram coadjuvantes em sua formação, assim como as diversas formas pelas quais tal verdade forma nossa subjetividade contemporânea (MIÑOSO, 101, p. 101)

Assim, analiso as entrevistas como uma “possibilidade de nos [me] aproximar[mos] empiricamente de algo como o ‘significado da história dentro da história’” (ALBERTI Apud NIETHAMMER, 2019, p.166), em outras palavras, chamando Le Goff para o babado, utilizá-las como *documento-monumento*,

o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1984, p. 11-12).

Como disse acima, foi analisando o jornal Lampião da Esquina que tive o “primeiro contato” com o Nós Também, nesse sentido decidi analisar o periódico a fim

de buscar matérias, reportagens e outras fontes sobre o grupo Nós Também ou sobre a política ou organização homossexual na Paraíba. Ao todo o *Lampião* possui 38 edições (contando com a edição 00 em abril de 1978) e mais 3 edições extras. A partir da análise filtrei uma amostra de 8 edições entre a edição 30 em novembro de 1980 e a 37 em julho de 1981. Destas utilizo-me de três: a edição 30 de novembro de 1980 é a primeira a citar o Nós Também na lista de grupos organizados e o nome de Henrique Magalhães como um de seus distribuidores; a edição 32 de janeiro de 1981 que noticia as tensões internas para o II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO); e por último a edição 34, de março de 1981, que, em formato de novela, satiriza as divergências internas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) na coordenação do II EGHON e cita o Nós Também junto ao Grupo de Ação Homossexual (GATHO) do Recife-PE e ao Grupo Gay da Bahia (GGB), me apropriando de uma história por meio da imprensa, como afirma a Historiadora Tania Regina Luca (2019), “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e do por quê [...] as funções sociais desses impressos” (p.132).

No álbum intitulado *Cartas de Amor*, de 2013, Maria Bethânia recita, na faixa título do álbum, “vivo de cara pra o vento na chuva. E quero me molhar”. Nessa dissertação tive a sensação de estar perdido ao ser “suleado” ao invés de norteadado, pareceu que usar o Sul como referência me fez perder os sentidos. Porém recuperados, apresento a seguir a organização dessa dissertação.

É se alimentando e ao mesmo tempo repudiando essas múltiplas teorias que essa dissertação se organiza em três capítulos; no Capítulo I, intitulado “*Colonização, epistemologia e gênero: torções e propostas do ser subalterno*”, proponho, em um primeiro momento essa torção epistemológica das falhas no projeto colonizador, do sistema moderno colonial de gênero, por sujeitos fronteiriços, de sexualidade terceiro-mundista, colonizada, das margens e conseqüentemente do cu do mundo; já em um segundo momento, ainda discutindo sobre epistemologias, descrevo, numa análise genealógica, como no século XIX a colonialidade do saber produziu tecnologias específicas, políticas do corpo, identidades e os diversos Outros com o aparecimento de discursos científicos do Direito, da Medicina, da Psicologia, Sexologia, Psicanálise, Crimilogia, Sociologia e da Mídia. Essa primeira discussão me parece latente e

necessária, não só apresentar o *ethos* localizado do conhecimento, mas quais movimentos e atritos que produzem desse um conhecimento localizado.

A profusão de discursos sobre esses sujeitos homossexuais longe de constituir uma hipótese repressiva, para citar Foucault (2020), passam pelo efeito positivo do poder, ou seja, cria fronteiras, focos de resistência. É contra esse desenrolar do poder da Ditadura Cishetero-Militar que esses corpos dissidentes se organizaram em prol da afirmação, do desejo, da coletivização das experiências. No Capítulo II, intitulado *Nem todos os caminhos levam ao Cone Norte* inicio criticando nosso marco de memória ocidental que privilegia experiências do cone Norte global (Europa e Estados Unidos). Neste capítulo analiso as forças que tornaram possível a organização desses sujeitos a nível nacional e na Paraíba, a partir de intercâmbios com grupos, jornais e saberes de outros territórios, a nível macro na conjuntura internacional, e de discursos no interior do estado, produzidos a partir de diferentes lugares. Assim emerge o Nós Também e paralelamente a Aliança de Libertação Homossexual (ALH), como braço político mais radical politicamente, criticando a noção de Masculinidade Revolucionária (GREEN, 2012; GREEN, 2018), aliado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Movimentos Sindicais e ligados a “luta maior”.

Nesse ensejo, no processo de análise das fontes e de montagem desse trabalho, de arquitetar os caminhos, de poetisar com a exegese detalhada e paciente do Historiador artesão, decidi por problematizar as condições de emergência não apenas do grupo Nós Também, mas do que chamo de Movimento Homossexual Paraibano (MHP) sob o título: *“Libertas que Darás Também”*: Organização política e esquerda paraibana no Capítulo III. Nele analiso as práticas educativas permitidas a partir dos discursos do grupo Nós Também nos lugares de atuação que apareceram nas transcrições de entrevistas analisados e nas fontes e memórias compartilhadas e expressas no *Quadro 3*. Dividi em quatro momentos distintos e que se retroalimentam: o primeiro intitulado *“Queremos uma revolução de corpo inteiro”*: saindo do armário com a Ação de Libertação Homossexual descreve a saída do armário do Movimento Homossexual Paraibano para o conjunto da sociedade da capital João Pessoa e a fundação do grupo Ação de Libertação Homossexual; dele a densa relação entre esquerda paraibana e o recente MHP, no tópico intitulado *“É preciso libertar corpo e mente para a construção da nova sociedade”*: há homossexualidade na “classe” trabalhadora?; partimos para a Praia de Tambaú, seus lugares de homossociabilidade

descritos nas entrevistas localizadas na Fiocruz e nos boletins e memórias guardadas por Henrique Paiva Magalhães, que dão nome ao tópico intitulado “*A repressão vem com o verão*”: *Xoxota, (homos)sociabilidade e (re)sistência em João Pessoa*; Por último, já ao fim do grupo Nós Também, surgirá o grupo Beira de Esquina, com atuação voltada para as travestis e michês em situação de risco, de prostituição, com metodologias de atuação mais próximas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e duras críticas ao Nós Também por serem “burgueses” e atuarem apenas na UFPB e Praia de Tambaú. Infelizmente não consegui encontrar fontes sobre Beira de Esquina. Nos arquivos da FIOCRUZ há apenas relatos de integrantes do grupo Nós Também. Um grande militante fundador do Beira de Esquina, Luciano Bezerra, morreu em 2017<sup>6</sup>, outra militante paraibana gigante do período foi Fernanda Bevenutty, que faleceu de câncer em 2020<sup>7</sup>. *Closes: não há um fim!* é nome dessa última parte do terceiro capítulo, me apoderando das (des)continuidades dos grupos homossexuais organizados na década de 1980.

---

<sup>6</sup> <https://www.pbhoje.com.br/noticias/38396/morre-luciano-bezerra-um-dos-fundadores-do-mel-e-ativista-do-movimento-lgbt-na-paraiba.html>

<sup>7</sup> <https://wscom.com.br/fernanda-benvenutty-morre-aos-57-anos-em-joao-pessoa/>

## CAPÍTULO I

### COLONIZAÇÃO, EPISTEMOLOGIA E GÊNERO: torções e propostas do ser subalterno

Pensei em incontáveis formas de iniciar essa escrita, esbocei alguns projetos, tentei articular uma cartografia dos pensamentos e epistemologias decoloniais e *queer*, entrelacei, me confundi, conversei, perguntei e, ainda assim, escrevo este primeiro capítulo com a incerteza das escolhas, dos cortes e recortes. Esse texto nasce de um campo de batalha individual e coletivo. Explico. Coletivo porque é fruto de experiências coletivas de organização e atuação social, de questionamentos coletivos, de epistemologias subalternizadas e colonizadas historicamente. E individual porque exorta meus demônios, me deixa nu de cara para o espelho, vendo o claro e o escuro, a superfície do meu corpo marcada pela História, com “h” maiúsculo que conclama seu estatuto de ciência.

Desde a historiografia crítica de cunho marxista que vemos crítica à localização do conhecimento produzido. A zoóloga, filósofa, feminista, branca, norte estadunidense Donna Haraway no famoso artigo *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, elabora um detalhado estudo e problematização quanto à localização da produção de saberes. Feministas negras, aprofundando a discussão a partir da retomada do conceito de “teoria do ponto de vista” das epistemologias do feminismo branco, se ocuparam em “produzir uma crítica aos métodos de produção de conhecimento pela ciência moderna, propondo, em seu lugar, que usássemos a experiência como forma efetiva de construção do saber.” (MIÑOSO, 2020, p. 106). O conceito também foi traduzido para o Brasil pela filósofa negra Djamila Ribeiro como “lugar de fala”.

Começo falando sobre o *status* localizado do conhecimento para reiterar que não pretendo universalidade nesta pesquisa. Assim sendo, ela é escrita por uma bicha<sup>8</sup>, pardo, atravessado de formas localizadas pelo racismo, nordestino, pobre e latino

---

<sup>8</sup> Me alinho a ideia de Megg Rayara no artigo *Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!*



americano ou améfricano para afirmar a potência da historiadora e feminista negra Lélia González (2020).

Um primeiro aspecto que me prende nessa primeira escrita diz respeito às minhas articulações teóricas, se é que assim posso chamar. No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) me apropriei da *Teoria Queer* afim de repensar a emergência do movimento homossexual no Brasil e na Paraíba a partir de uma revisão bibliográfica. Até aquele momento parecia que a Teoria Queer dava de conta de explicar a relação discursiva e sexual do gênero enquanto um ato reiterado, uma prática constante do fazer performativo do gênero (BUTLER, 2019), ainda mais, parecia que o armário e outros conceitos importantes dessa epistemologia eram mesmo conceitos que poderiam apenas ser transplantados para os trópicos.

No Início do mestrado, que tem como resultado esta dissertação, na disciplina de Estudos de Gênero, ministrada pela professora Dr. Rosilene Montenegro e Dr. Fábio, e na disciplina de Teoria da História, ministrada pela minha orientadora a professora Joedna Meneses, dei de frente com um conjunto de críticas advindas de epistemologias de territórios geopolíticos sob efeitos de subalternidade, ditos de terceiro mundo ou emergentes, ou seja, sujeitos/as/es que fogem, quebram ou vivem à margem da norma cisgênera e heterossexual, mulheres, e sobretudo atravessadas pelo “cis”tema-mundo moderno/colonial de gênero, produzindo conhecimento sobre si mesmo, a partir da denúncia da permanência de estruturas coloniais de opressão do ser, do saber, do poder e do gênero. Esse conjunto de pensamento me fez me perguntar sobre o quanto contaminada de colonialidade estava minha pesquisa.

Esse movimento me fez buscar a disciplina de Teoria da História: Teoria Queer do professor, branco, sulista e gay Dr Benito Bisso Schmidt, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sempre motivando a arriscar, a analisar a realidade e a não ter medo de articular.

Escrevendo sobre a completa parcialidade do conhecimento entendi que parto de um *locus* social que não pode ser lido a partir de teorias eurocêtricas ou localizadas nos Estados Unidos, que se dizem universais ou “ponto zero”, sem interferência de gênero, raça, classe e território.

Esse conjunto de crítica a *Teoria Queer* que vem sendo articulado tem usado diferentes nomes como Teoria Quare, Queer of Colors, Queer do Sul, Teoria do Cu ou Cuir, Teorias Transviadas, para citar apenas alguns dos conceitos que pululam estas discussões. E que serão desenvolvidas no decorrer do processo de análise dessa dissertação.

### 1.1 Uma Utopia da falha do gênero

“Eu sou a falha do gênero”, diz a artista, negra e travesti Lina Pereira, também conhecida como Linn da Quebrada, no Big Brother Brasil (BBB), programa com maior audiência do país. Linn critica o projeto colonial histórico que construiu, impôs e envenenou gênero àqueles que em Abya Yala<sup>9</sup> viviam. Retomo o conceito fundamental de colonialidade do poder desenvolvido por Anibal Quijano em 1989 como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126).

A meu ver se faz necessário uma breve descrição e historicização ao que hoje tem se convencido chamar, não sem resistência, de Estudos Decoloniais ou Decolonialidade. Para isso, em um primeiro momento para fins didáticos delinearei historicamente o pensamento decolonial, antecipando que não há um caráter de exaurir tal debate, muito pelo contrário; já em um segundo momento, apresento o movimento teórico/político que vem se autoafirmando como feminismo decolonial a partir da sua crítica ao feminismo branco *mainstream*; em um terceiro momento problematizo como essa torção epistemológica possibilita enxergar formas de resistências, astúcias, táticas, estratégias, falhas e organizações de sujeitos atravessados pelos efeitos da política de subalternidade.

Em um primeiro contato com um texto sobre decolonialidade li sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Não tinha entendido bem a proposta, parecia ser só

---

<sup>9</sup> “ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América”. Ver mais detalhes em <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>

mais uma moda da academia. Até que Spivak em seu clássico *Pode a Subalterna*<sup>10</sup> *Falar?* Apresenta respostas para questões que ainda nem havia feito. Fui engolindo os textos de teóricas feministas como Grada Kilomba, Ochy Curiel, María Lugones, Lélia González, Yuderkys Siñpsa-Miñoso, Oyèrónké Oyeùmi e teóricos como Walter Dignolo, Ramon Grosfóguel, Santiago Castro-Gomez, Nelson-Maldonado Torres, Anibal Quijano, Boaventura Santos Sousa, Achille Mbembe e tantos outros/as/es. Esses textos me trouxeram mais dúvidas do que certezas e parte dessas dúvidas delinco a seguir.

### 1.1.1 O Giro Decolonial é uma desmunhecada?

A crítica ao poder colonial e resistência perceptivelmente existe já desde a empreitada das Grandes Navegações em 1492 e da chegada dos primeiros colonizadores, porém como área de conhecimento esse fenômeno se dá a partir dos estudos pós-colônias (HOLANDA, 2020).

O processo de descolonização a partir da metade do século XX ocorrido no chamado nacionalismo de “terceiro mundo”, especialmente na Ásia e África, referente à emancipação desse povo da administração neocolonial será nomeado de “pós-colonialismo”, como afirma a feminista decolonial, dominicana, Ochy Curiel “o pós colonialismo, em sua aceção temporal, começa em 1947, com a independência da Índia do império britânico e com o fim da Segunda Guerra Mundial. (CURIEL, 2020, p. 122). O termo também denomina um conjunto teórico que emerge a partir dos anos de 1980 em universidades da Inglaterra e Estados Unidos (BALESTRIN, 2013, p. 90). Nesse momento se destacam acadêmicos/as/es indianos como Spivak, Bhabha e Mohanty (CURIEL, 2020).

Como consequência do próprio processo de descolonização, Grosfóguel (2012) diz que os estudos ditos estudos “pós-coloniais” carregam consigo a colonialidade, pois o tomam como balizado pelos séculos XVIII e XIX, assim caindo na armadilha da modernidade o lado mais escuro da colonialidade (MIGNOLO, 2017),

---

<sup>10</sup> Em inglês o título do texto é “Can the Subaltern Speak?”, ao ser traduzido para o Português foi se interpretado que o subalterno é o masculino, possivelmente não havia sido entendido o livro que se refere às mulheres indianas. Nesse sentido cito sempre no feminino me referindo a uma subalterna.

nota-se que nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão –, ainda que possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele. Em suma, ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre é verdadeiro. (BALESTRIN, 2013, p. 90)

Completa Ochy Curiel no texto *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*, apresentado em junho de 2014

para Grosfóguel, como para outrxs pensadorxs latino-americanxs decoloniais, a experiência colonial começa em 1492, trezentos anos antes – um tempo de partida fundamental, porque é a partir desse momento que se concretiza a relação modernidade colonialidade que produz a superioridade epistêmica e política do Ocidente sobre o resto do mundo. (CURIEL, 2020, p. 123)

Foi um caloroso debate comprometido com desenvolver táticas e epistemologias livres da relação de colonização. O turco Alik Dirlik denuncia o uso do conjunto das formulações teórica dos estudos pós-coloniais como uma espécie de aproveitamento, por parte dos intelectuais saídos do Terceiro Mundo, que passam a produzir nos grandes centros como Estados Unidos (CURIEL, 2020).

Sob uma visão do passado quatro obras sepulcrais da famosa “tríade francesa”: Aimé Césaire com *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947), Albert Memmi em *Discurso sobre o colonialismo*, Franz Fanon com *Os condenados da terra* (1961) (BALESTRIN, 2013) e o clássico de Edward Said, *Orientalismo* (1978) (CURIEL, 2020).

Na década de 70 do século XX se articulava o Grupo de Estudos Subalternos, localizado no sul asiático, sob a liderança de Ranajit Guha, marxista indiano. “O termo “subalterno” fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação” (BALESTRIN, 2013, p. 92-93). O artigo da indiana Gayatrik Spivak publicado em 1985 citado anteriormente, intitulado *Pode a subalterna falar?* É uma profunda crítica a produção de saber ocidentalizada que ao tentar dar voz a essas mulheres causavam ainda mais invisibilização e culpabilização dos homens negros, reiterando a lógica colonial do negro agressivo, em outras palavras, “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2014, p. 119), ou ainda “nenhum ato

de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Inspirado no grupo asiático é formado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Dizia Santiago Castro – Gómez em seu *Manifiesto Inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o consequente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p. 70).

Segundo afirma Balestrin (2013), o Manifesto foi publicado numa coletânea em 1988, intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate*. Ainda segundo a autora, Walter Mignolo, já em seu artigo publicado na mesma coletânea, defendia que os conceitos do grupo sul asiático não deveriam ser apenas traduzidos para a realidade latino-americana. Para Mignolo, o esquema colonial/moderno na América dita latina possui suas devidas especificidades. Em 1988 o grupo se desintegra e formam o Grupo Modernidade/Colonialidade a qual citei no início. Esse caminho exposto me parece importante por dois motivos: 1) mostra a multiplicidade e diversidade de pensamentos que orbitam e poluam aquilo que hoje chamamos de *pensamento decolonial*; e 2) historiciza não apenas os conceitos, mas o caminho epistemológico, o que torna possível não cristalizar categorias de pensamento ou romantização de um possível retorno à essência anterior à colonização.

Apesar de alguns autores apontarem para a existência de pesquisador/a/e e/ou teórico/a/e brasileiro/a/e no Grupo Modernidade/Colonialidade (CURIEL, 2020), outras/es/os denunciam o apagamento da realidade brasileira e da colonização portuguesa que por sua vez foi a mais duradoura, em detrimento da colonização espanhola (BALESTRIN, 2013). Se por um lado, não temos completa certeza da atuação de brasileiros/as/es no Grupo Modernidade/Colonialidade, por outro, ainda em 1988, a historiadora, feminista, negra, brasileira Lélia Gonzalez publica o seu hoje clássico artigo *Por um feminismo afro-latino-americano*.

Digo “hoje clássico” porque na memória, o complexo epistemicídio dos saberes de sujeitos subalternos, invisibilizou a produção intelectual de Lélia, mas não inviabilizou sua luta, sendo marcada pela fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e aprofundamento das relações coloniais e conseqüentemente racistas no Brasil. Criticou e expôs o mito da democracia racial. Nesse mesmo ano a historiadora define o conceito de amefricanidade no trabalho *A categoria político-cultural da amefricanidade*, pondo em questão a constituição da língua e nossa enquanto sujeitos a partir da imbricada relação entre gênero, raça, classe e colonialidade, pois “a América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Retomo aqui a historicização que tenho feito do Grupo Modernidade/Colonialidade e reitero que esse caminho cronológico é usado estrategicamente para fins didáticos, não havendo um caminho evolutivo. Esse movimento não deve suprimir ou invisibilizar organizações, grupos de estudos e outras epistemologias geopolíticas sob efeitos de subalternidade. Esse caminho também não tem pretensão de encontrar um foco de irradiação ou de criar um mito fundador, antes disso, desejo localizar uma produção de pensamento no tempo, assim como é possível com qualquer outra.

Citando Escobar, Alessandra Balestrin (2013) resume que a genealogia do pensamento do grupo inclui influências do pensamento latino-americano do século XX como: Teologia da Libertação; teoria da dependência; Debate sobre modernidade e pós-modernidade; o grupo latino-americano de estudos subalternos; a teoria feminista chicana; a teoria pós-colonial; e a filosofia africana.

O Grupo Modernidade/Colonialidade é também considerado como “um programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p. 53) ou “projeto decolonial” (CURIEL, 2020, p. 126) por intelectuais e ativistas. Do grupo de intelectuais após o rompimento do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos a minoria dos intelectuais acompanhou Mignolo (BALESTRIN, 2013). O grupo foi paulatinamente passando por seminários, publicações coletivas, congressos internacionais, simpósios e se estruturando epistemologicamente.

Intelectuais e ativistas latino-americanos alocados em grandes centros de produção de conhecimento como a Universidade do Estado de Nova York (SUNY) ou na Universidade de Duke e em instituições espalhadas pela América-Latina formaram o grupo.

Em 2008, o filósofo decolonial Nelson Maldonado-Torres, no artigo *La descolonización y el giro des-colonial*, propõe pensar acerca da “globalización continúa funcionando en parte como expansión de ideales truncados de humanidad y subjetividad, tanto como de poder y conocimiento.” (MALDONADO TORRES, 2008, p. 64). O termo “giro” não tem relação com o giro linguístico ou outros giros, visto que,

El giro des-colonial se refiere más bien, en primer lugar, a la percepción de que las formas de poder modernas han producido y ocultado la creación de tecnologías de la muerte que afectan de forma diferencial a distintas comunidades y sujetos. Este también se refiere al reconocimiento de que las formas de poder coloniales son múltiples, y que tanto los conocimientos como la experiencia vivida de los sujetos que más han estado marcados por el proyecto de muerte y deshumanización modernos son altamente relevantes para entender las formas modernas de poder y para proveer alternativas a las mismas. (MALDONADO TORRES, 2008, p. 66).

O conceito de giro decolonial então está apoiado numa diferença elementar para os estudos decoloniais: a diferença entre o conceito de colonialismo e de colonialidade. Ao desenvolver o conceito de Colonialidade do Poder Quijano (2005) propõe que o colonialismo existiu em um dado momento do tempo enquanto uma prática política, econômica e cultural e que seu fim aqui no Brasil, por exemplo, se processa numa ruptura como consequência das Guerras Napoleônicas e da vinda da Família Real para o Brasil, instaurando um Império. Já a Colonialidade, também definida por Mignolo (2017) como Matriz Colonial de Poder (MCP), é a continuidade das relações de dominações e subalternização de territórios geopolíticas ancorados em ficções como raça e gênero para manutenção do capitalismo global internacional.

É inspirado nas teorias pós-coloniais, nos clássicos da “tríade francesa”, nos conceitos decoloniais do Grupo M/C e nas experiências das feministas autônomas, dos movimentos populares de mulheres como a Marcha Mundial da Mulher (MMM), na Marcha das Margaridas, no feminismo *chicano* e outras experiências, que o Feminismo Decolonial se organiza.

Começo o texto com uma citação da artista Lina Pereira sobre ser a falha do gênero no *reality show* e organizei essa subseção denominada *O giro decolonial é uma*

*desmunhecada?* no sentido de mostrar que esse conceito articulado estrategicamente a outros, permitirá mostrar como se construíram as ficções de gênero e raça, o empobrecimento e a heterossexualidade compulsória. Aliado ao conceito do sistema-mundo moderno/colonial de gênero permitirá compreender como o gênero ocidental foi imposto na relação colonizador/colono, em alguns casos com o apoio e cooptação dos machos e como o conceito de gênero desenvolvido pelo feminismo, branco e ocidental invisibilizou ou pior, impossibilitou e apagou análises de realidades organizadas a partir de outras categorias (OYEWUMI, 2020; LUGONES, 2020);

### 1.1.2 Sistema Moderno-Colonial de Gênero

Citando uma densa pesquisa feita pela crítica literária Paula Gunn Allen sobre os Cheroquis (tribo indígena norte americana), Lugones (2020) cita outras tribos como

os quehannas, hurões, iroqueses, pueblos, navajos, narragansettes, algonquinos da Costam montagnais. Todas tribos ginocêntricas. Algumas também reconheciam práticas não heterossexuais<sup>11</sup> de maneira positiva como “os apaches, navajos, winnebagos cheyennes, pimas, crows, shoshonis, paiutes, osages, acomas, zunis, siouxies, pawnees, choctaws, creeks, yumas, astecas, tlingites, maias, naskapis, poncãs, maricopas, lamaths, quinaults, yukis, chilulas, kamias. Vinte dessas tribos tinham referências específicas ao lesbianismo [a autora faz uma nota ao termo lesbianismo] (LUGONES, 2020,p. 71)

Julieta Paredes Carval (2020), feminista decolonial, boliviana, integrante do grupo de feministas autônomas *Mujeres Creando*, no artigo Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental, retoma o conceito de *chacha-warmi* (homem-mulher) que “ainda que de modo confuso e machista, nos propõe um par complementar, mas um par machista de complementaridade hierárquica e vertical” (CARVAL, 2020, p. 198). A ativista propõe um modelo de complementaridade que não tenha como foco o modelo cisheteronormativo compulsório, assim inverte o conceito para *warmi-chacha* (mulher-homem) e gira a relação hierárquica e vertical para horizontal, podendo também o *warmi-chacha* significar diferentes corpos. Apesar de um conceito um tanto essencialista e biologizante do gênero, o que quero mostrar aqui é como o sistema-mundo colonial de gênero se estruturou sob o signo de modernidade.

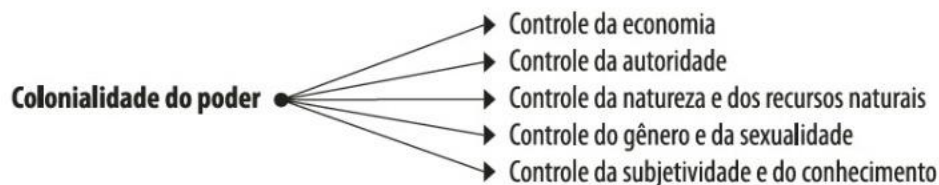
---

<sup>11</sup> Chamarei de práticas heterossexuais as práticas de sujeitos/as/es cisgêneros que obedecem a falsa congruência do sistema sexo/gênero, para citar Rubin (VER CITAÇÃO). As práticas homossexuais poderão ser chamadas de práticas homossexuais sendo não necessariamente inversas as consideradas heterossexuais ou chamadas de sodomia ou sodomita aludindo seu regime de historicidade.



A psicóloga Luciana Balestrin, seguindo o conceito de Walter Mignolo da Matriz Colonial de Poder (MCP), que depois será chama de Colonialidade de Poder, desenvolve um quadro explicativo da colonialidade do poder como exposto por Mignolo. A imagem 1 corresponde ao gráfico publicado no importante artigo *América Latina e Giro Decolonial*, publicado na Revista Brasileira de Ciência Política em 2013. Como podemos observar ao analisar a imagem, a relação do que chamarei de *dobras da Colonialidade do Poder*, parece não ser de constituição mútua, muito pelo contrário. A colonialidade do gênero especificamente e que me será mais útil, por exemplo, é considerada apenas como produto da Colonialidade do Poder.

### Imagem 1: Organograma da Colonialidade do Poder e seus demais controles



Fonte: (BALESTRIN, 2013, p. 100)

Esse quadro que esboço de início nesse tópico me serve como ponto de partida e de chegada. Como fundamento teórico e estratégia política. Lugones (2020) propõe complexificar o conceito de Colonialidade do Poder de Quijano a partir do sistema de gênero, pois não apenas a “raça”<sup>12</sup> é uma ficção colonial, como o “gênero” também é. “A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Nesse sentido, não existe uma separação de raça/gênero no padrão de Quijano.” (LUGONES, 2020, p. 60). Em outro trecho do artigo a autora escreve “é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma a esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua” (LUGONES, 2020, p. 72).

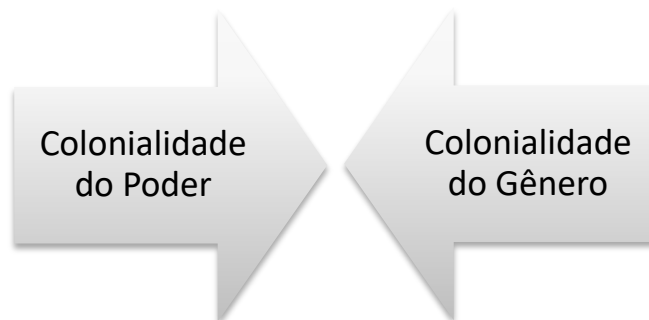
Assim, seguindo a crítica proposta por Lugones e outras feministas, me parece que o quadro precisa ser alterado como na imagem 2,

“Quijano entende que o poder este estruturado em relações de dominação, exploração, e conflito entre atores sociais que disputam o controle de ‘quatro

<sup>12</sup> Quijano usa aspas pra expressar o caráter ficcional da raça.

âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (LUGONES, 2020, p. 55)

**Imagem 2: A Colonialidade do Poder se retroalimenta junto a Colonialidade do Gênero**



**Fonte:** elaborado pelo autor (2022)

ou seja, vetores que se retroalimentam e se produzem à medida que coexistem. É nessa “co”incidência que as feministas decoloniais vão apoiar suas críticas ao conceito de interseccionalidade que desenvolverei nesse trabalho.

Caminhando no mesmo sentido a pesquisadora, professora, feminista decolonial nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí em sua densa crítica ao sistema colonial de gênero que resultou em sua tese intitulada *A invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, expõe o sentido ficcional do gênero criado e implantado pelo ocidente nas violências e violações da colonização e como essa matriz de pensamento da colonialidade envenenou historicamente análises de sociedade africanas baseadas na categoria de gênero.

Para a pesquisadora, as feministas ocidentais produzem conhecimento a partir da epistemologia do modelo de família nuclear, essa característica constrói um modelo de família generificada e heterossexual, “a família nuclear é uma família generificada por excelência [...], a mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos” (Oyěwùmí, 2020, p. 88). Gênero como categoria de análise desenvolvida pelo feminismo branco, dito de segunda onda, do norte global, possui uma arquitetura e mobiliário que derivam majoritariamente dessa corrente epistemológica, servindo então como categoria colonial, como aponta a feminista negra lésbica Yuderkys Espinosa Miñoso, ou o que ela vai chamar de colonialidade da razão feminista (MIÑOSO, 2020).

Assim, proponho uma torção, não é uma quebra. Comunicando com esse movimento crítico, apontando o caráter ficcional do sexo, que eu havia lido no início da graduação no livro *a História da Sexualidade – A vontade de saber* do filósofo, branco, gay, francês, Michel Foucault. Naquele momento não conseguia entender como o dispositivo da sexualidade produziu discursos diversos e multidirecionados, institucionais ou não, no sentido de produzir controle biopolítico.

A torção teórica que aponto é o uso estratégico da geopolítica de produção de efeitos de subalternidade incorporando uma crítica local das epistemologias de sexualidades do *cu do mundo*. Ou seja, a heterossexualidade é mais do que uma sexualidade é um regime de verdade, uma norma, um padrão, regido pelo dispositivo da sexualidade a fim de controle biopolítico, da população. A heterossexualidade é parte constituinte do sistema moderno-colonial de gênero, para Lugones “o sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva” (LUGONES, 2021, p. 78). Para Miñoso, “la (hetero)sexualidad, al igual que el género, la raza, la etnia... no son más que regímenes de poder-saber asentados en la producción de subjetividad y de tipos de sujetos con fines materiales de opresión” (2017, p. 266).

Segui esse movimento de retomar notas da emergência não dos estudos de gênero, mas da colonialidade de gênero, não para pensar as produções de saber de dentro dos grupos organizados que passam a se institucionalizar nas ONGs, Universidades e grupos de pesquisa de gênero e sexualidade, mas pra montar um cenário político, social e cultural de que desemboca na autoafirmação, no orgulho e na organização desses sujeitos homossexuais subalternizados.

Teóricas latino americanas importantes como Norma Mogrovejo (2020), no artigo *O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala*, ou como Yuderkys Espinosa Miñoso em *Lá Política Sexual Radical Autónoma, sus debates internos y su crítica a a ideologia de la diversidad sexual*, criticam a chegada dos estudos *queer* à América Latina por serem traduzidos a partir de conceitos norte estadunidenses, promovendo uma política radical de desestabilização das identidades como futuro e modernidade, sendo que em Abya Yala já temos experiências de sociabilização para além do modelo de gênero colonial/moderno, ou seja, criticam que as ferramentas locais sejam suprimidas por ferramentas muitas vezes coloniais.

Ainda no seu texto, Yuderkys (2020) desenvolve uma análise sobre o feminismo com base no método genealógico foucaultiano para pensar o feminismo autônomo latino americano. Miñoso ao propor uma genealogia das formas de atuação dos movimentos feministas e por diversidade sexual tece críticas à atuação política de grupos assimilacionistas à heterossexualidade, que buscam alargar o conceito de norma para que caibam. Nesse ponto, a *Teoria Queer*, como uma teoria abjeta, que vem do cu como alguns teóricos/as/es propõem, também formula uma crítica profunda a fixidez das identidades e a articulação de pautas, estratégias e táticas que tenham como foco a normalização.

O feminismo autônomo, na afirmação da categoria mulheres, acaba por reiterar uma lógica do dimorfismo biológico sexual que ficou intrínseco na análise da colonialidade do poder de Quijano e que Lugones faz questão de projetar ênfase. O grupo do feminismo autônomo carrega historicamente “la producción del mito de la autonomía violenta y transfóbica” (MIÑOSO, 2017, p. 270). Nessa torção teórica, para a pesquisadora, mesmo criticando a Teoria Queer, “quizás ambas críticas deberán ser escuchadas por aquellas a las que compete.” (MIÑOSO, 2017, p. 271). Essa citação para mim é chave pra não cairmos na fixidez de produções teóricas.

A antropóloga brasileira Larissa Pelúcio, ainda quanto a essa torção teórica que venho desenvolvendo, afirma que “temos enfrentado antropofagicamente esse desafio de pensar a realidade local a partir de uma produção própria, não sectária, que não recusa o que vem de fora, mas devora” (PELUCIO, 2021, p. 294). Ela propõe que a tradução do queer para o Brasil deve “pensar a partir de outras categorias e, por que não, de outros órgãos, como forma de desestabilizar o lugar da cabeça como metonímia para a razão ocidental.” (PELUCIO, 2021, p. 298). Assim, o cu seria o órgão pensante. O órgão que por si leva a merda todo o sistema colonial-moderno de gênero. O órgão privatizado de prazer, alvo do desejo, do lascivo desejo, da carne, da proposta, do engolir antropofágico que caga para às normas, para a colonialidade.

### **1.1.3 O que dizemos quando falamos das bordas do mundo?**

“Das bordas” aqui tem duplo sentido. Podemos falar das bordas enquanto um sujeito, enquanto referência a ser analisada, enquanto sujeito da minha oração; mas também podemos interpretar “das bordas” enquanto um espaço geopolítico, produzido a partir de uma noção de centro. Parece-me que as duas produzem epistemologias

distintas, mas que dialogam. As teorias decoloniais têm se preocupado em definir o conceito de modernidade para expor que em seu lado obscuro (MIGNOLO, 2017) está a colonialidade e o conceito de eurocentrismo como consequência da colonialidade do poder, colonialidade do saber, colonialidade do ser e colonialidade do gênero. A Europa como centro e, sobretudo após o período Pós-Guerra os Estados Unidos da América como centro, têm reiterado a lógica de dominação colonial e subjetivado sujeitos como menos desenvolvidos intelectualmente, sobretudo terceiro-mundistas, em desenvolvimento, apontados para o cone norte global como “norte”, como referência.

Quando Larissa Pelúcio propõe as bordas a se abrirem e engolirem num movimento antropofágico, o esforço de romper com o padrão da colonialidade é um convite a radicalidade epistêmica. Apesar de a origem da Teoria Queer está geolocalizada num espaço de privilégio epistêmico, para a antropóloga,

os estudos queer se constituíram como um saber marginal que procurava desafiar as ciências canônicas, assim como colocar em xeque o próprio movimento de gays e lésbicas que, na crítica queer, estava se tornando assimilacionista e reiterador da ordem hegemônica [...]. Nasceu como resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. (PELÚCIO, 2020, p. 293-294).

Como propõe a artista e performance Pedra Costa em seu *periferiacentroperiferia* “jamais serei Judith Butler, mas sendo mais próximo de Nízia Floresta me contento com a tradução cultural que posso fazer da Butler e de suas teorias, numa infidelidade criativa que me surpreende e cria algo novo.”<sup>13</sup> Assim, me abro ao risco de errar, de promover distintas conexões. Como complementa a performer “os periféricos não necessitam da aprovação dos centros”.

## 1.2 O Problema da Heterossexualidade

Parece-me, com o desenvolvido no tópico acima, que contar a história da organização social e política de sujeitos que sentem desejo por outros sujeitos considerados do mesmo sexo no regime de verdade produzido sob o desenrolar da colonialidade do poder, do gênero e do saber, é também descolonizar nosso padrão de pensamento heterossexual (e consequentemente ocidental, branco e masculino).

---

<sup>13</sup> Ver performance completa em <https://frescuss.noblogs.org/pedro-costa/>

Segundo o dicionário Aurélio o termo *Orgulho* significa “sentimento de satisfação com os seus próprios feitos e qualidades, ou com as realizações de outra pessoa”, ainda segundo o Aurélio, na segunda definição, “excesso de admiração que o indivíduo tem em relação a si próprio, baseado em suas próprias características, qualidades ou ações; arrogância”.

Quando pesquisado por “Orgulho LGBT” o dicionário não possui uma definição, aponta para o significado de orgulho e para o significado da sigla LGBT. A primeira noção de orgulho apontada pelo dicionário talvez dê de conta, inicialmente, ao argumento que tenho construído. Porém, o “sentimento de satisfação com seus próprios feitos e qualidades” será potencializado e pensado a partir da noção de heterossexualidade compulsória (WITTIG, 1980; RICH, 1993), do mito da heterossexualidade e da complementaridade do sexo/gênero entre homens e mulheres (GUASCH, 2007) e da heterossexualidade enquanto invenção no século XIX (KATZ, 1996), ou seja, no regime de verdade criado pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2020) se instituiu políticas do corpo designando formas de ser, de parecer e de se portar que instituíram a heterossexualidade como forma única de experiência da sexualidade seguindo a falsa congruência colonial de gênero.

A segunda definição do dicionário diz respeito ao campo da arrogância, soberba, desdém e estes não serão aqui tratados, pois, mesmo que utilizados e apropriados pela cultura das dissidências sexuais e de gênero, o significado não seria o mesmo. A arrogância, a soberba e o desdém à cultura heterossexual poderia estar relacionada no máximo à expressão da iconoclastia, a quebra de signos e padrões heterossexuais (VIDARTE, 2019). Assim, não seriam sentimentos pensados a partir das noções de cultura dos grupos tidos como universais (sobretudo heterossexual e cisgênero), mas como ferramentas e táticas políticas de resistência à dada cultura que visa disciplinarizar nossos corpos.

Lendo e estudando pesquisas que se deram no período do neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores nas primeiras décadas do século XXI parecia que os/as/es pesquisadores/as enxergavam com otimismo as ondas de “direitos” que pessoas LGBTQIAP+ vinham conquistando fruto sobretudo do *lobby* dos movimentos organizados que podemos chamar hoje de Movimento LGBTQIAP+ (mesmo fazendo a crítica ao assimilacionismo à heterossexualidade que desenvolverei mais à frente). O reconhecimento do direito à união homoafetiva em 2011, do direito ao casamento civil em 2013, o direito de adoção

pro casais homossexuais, que, aliás, colocaram no centro das discussões o conceito de família tão caro a heterossexualidade e ao projeto colonial, o direito de pessoas trans\*<sup>14</sup> como o acesso facilitado a retificação de documentos em cartórios de registro civil.

O golpe político, judiciário e midiático impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, significou um aprofundamento da política conservadora, fascista, LGBTQIAP+fóbica, racista e machista de extrema-direita. Não por acaso, Michel Temer, seu vice, deu início a implementação de reformas políticas que tiveram como centro a precarização dos postos de trabalho, a pobreza, a fome... O Brasil cai em um buraco cada vez maior de abismo social e desigualdades. O Conselho LGBT, importante ferramenta de orientação para políticas públicas no Brasil foi desmantelado, o conservadorismo e a polarização entre vida e morte ficou cada vez mais evidente.

O Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo. O grupo Gay da Bahia há 40 anos desenvolve pesquisas e relatórios com base nos noticiários da mídia, ou seja, os dados coletados são apenas a ponta de uma profunda raiz de ódio e perseguição sofridos por pessoas dissidentes. Em 2021 houve uma morte a cada 29 horas. Foram 300 casos de morte violenta no Brasil, 8% a mais que no ano anterior. Desses 300, 276 foram homicídio (92%) e 24 suicídios (8%)<sup>15</sup>.

Os dados analisados também apontam o Nordeste como a “região onde mais LGBT tiveram mortes violentas, 35% dos casos” (DOMINGOS; MOTT, 2022, p. 2). Nessas quatro décadas, com exceção do ano de 2020 quando pela única e primeira vez pessoas trans\* ultrapassou, o número de gays que sofreram mortes violentas tem sido “termos absolutos”. Racializando esses número, 28%, ou seja, a maioria são pessoas brancas, 25% pardas, 16% pretas e uma indígena. Apesar de trabalhar com essas categorias separadas, considerando pretos e pardos o número sobe vertiginosamente para 41%, sendo quase metade do contingente. Outro aspecto metodológico dessa pesquisa é que está limitada ao esforço voluntário de seus organizadores de organizar e

---

<sup>14</sup> Uso o Trans\* com (\*) em alguns momentos com base no livro Transfeminismo de Latícia Nascimento em que usa como termo-guarda chuva para se referir as identidades de pessoas transgeneras, transexuais e travestis. Aqui não incluo as pessoas não-binárias ou que se identificam fora do binário exatamente porque os direitos de pessoas LGBTQIAP+ tem sido ancorados na política de identidades na qual outras identidades projetam luz e provocam profundas fissuras.

<sup>15</sup> Ver Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil no link: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>, acessado em: 28/08/2022

centralizar todos os casos ocorridos no país com base nos noticiários. Esse detalhe pode revelar muito, visto que devido o racismo institucional e estrutural os ataques a pessoas brancas, sobretudo de classes abastadas, são o centro das manchetes. Atravessando e classificando com base no etarismo, a morte violenta de uma pessoa mais velha foi contra um gay de 76 anos, enquanto a pessoa mais jovem foi uma menina travesti de 13 anos. A Paraíba está em 16º lugar no triste ranking de casos de mortes violentas a pessoas LGBTIAP+ com 6 casos, equivalente a 2% do total nacional.

Os dados fazem emergir um conjunto de sensações e revoltas, mostra que a masculinidade violenta característica da nordestinidade faz dezenas de vítimas quase que diariamente. Esses dados também corroboram com a afirmação de que a heterossexualidade está longe de ser apenas uma sexualidade como a homossexualidade, mais do que isso, é um regime de poder colonial que mata aqueles que ousam não caber na norma.

Pentear a contrapelo o lado visível da colonialidade do gênero. Para Lugones (2020) “o sistema de gênero tem um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O lado visível iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero” (p. 78), assim dão sentido as categorias coloniais homem/mulher. A Teoria Queer também tem proposto um novo olhar sob aquilo que possivelmente não teria história, os longos traços do biológico e conseqüentemente natural e imutável. Um projeto que retorne o olhar, uma torção epistemológica promovida por bichas que historicamente foram perguntadas de onde vieram, como alienígenas pisando em terrenos estranhos.

Isso não significa uma longa história da sexualidade passando das práticas da antiguidade clássica até os dias de hoje, mas sim para problematizar o caráter histórico da heterossexualidade. Assim, em um primeiro momento delinco a emergência de categorias centrais para essa pesquisa a heterossexualidade e da homossexualidade nos múltiplos discursos médico-legais do século XIX, como esses discursos produziram a heterossexualidade enquanto norma e prática saudável do corpo e, em contraposição, a homossexualidade como degeneração para todo o corpo biológico e social; e, em um segundo momento, problematizo como essas categorias inventaram políticas do corpo, identidades múltiplas que desafiam sua própria rigidez e fixidez. Essa mobília, a meu ver, é fundamental para construir o cenário em que emergem forças e vozes de resistência organizada.



### 1.3 Maternidade colonial: o nascimento das categorias heterossexual e homossexual

Pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (MOMBAÇA, 2015, p. 7)

“destacar somente aqueles processos que resultaram historicamente na formação da homossexualidade significa implicar que a heterossexualidade é, de alguma forma, a construção mais autoevidente, natural ou estável”, (JAGOSE, 1996, p. 16 [tradução minha]).

Nas primeiras palavras que escrevo na introdução desse trabalho convido quem ler este trabalho para o ato de tornar-se viado, à *enviadescer*, a deixar-se ser sentido pelo pajubá da artista Linn da Quebrada. Enviadescer é também envaidecer, orgulhar-se de si, subjetivar a ofensa, engolir e devolvê-la para sociedade em forma de luta, orgulho e autoafirmação causando rupturas, fissuras, frestas nas falhas do sistema moderno/colonial de gênero.

Dialogo com teóricas/os/es, artistas e experiências que respiram um novo projeto político de organização social coletiva, de (des)estrutura do sistema mundo moderno-colonial de gênero. Venho defendendo nesse desenrolar de problamatizações o uso estratégico de conceitos caros para aquilo que chamamos de Teoria Queer e Teorias Decoloniais. Esta relação que não parece óbvia reitera, na superfície da cisheterossexualidade, as engrenagens da colonialidade de saber sendo retroalimentada pela colonialidade do poder e pela colonialidade do gênero.

Expor uma breve genealogia da atual instituição biopolítica da heterossexualidade permite criar estranheza no natural, quebrar a falsa congruência do “sexo”, “gênero”, “desejo” e “prática sexual” apontada por Butler (2020) na inteligibilidade dos corpos ditos normais, saudáveis, reprodutores não apenas da “espécie”, mas dos valores morais que sustentam a ficção desse regime de verdade.

Os estudos gays e lésbicos, que posteriormente darão origem (não de forma evolutiva) aos estudos *queer* no período da eclosão da epidemia de HIV/AIDS, vem desde a década de 1970 tomando lugar em departamentos, grupos de pesquisa e na

historiografia, porém a universidade continua sendo um espaço de exclusão, como afirma J. Mombaça no artigo *Pode um cu mestiço falar?*: “a academia, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimento científico, deve ser compreendida como espaço de violência e exclusão” (MOMBAÇA, 2015, p. 10). Essa afirmação de Mombaça parece óbvia em um primeiro momento, mas possui teor profundo de historicidade que desenvolverei nessa sessão.

A “maternidade colonial” ao qual me refiro nesse subtítulo é um jogo de palavras. Problematiza a “maternidade” em seu sentido restrito e institucional, de fazer nascer, de revelar o menino ou menina aos propósitos das ansiedades dos pais (homem e mulher) que já planejaram ou certamente planejarão a cor do quarto, os elementos que o compõe, as roupas e todos os múltiplos discursos que se materializam no fazer gênero da criança; uso o termo “maternidade colonial” também para me referir ao caráter histórico da emergência das categorias de heterossexualidade e homossexualidade, ambas nas pesquisas médico-legais.

Aqui me refiro ao nascimento dessas categorias em clínicas médicas em um sentido amplo, produzidas pela colonialidade do poder, saber e gênero que se movimentam tanto numa proporção molecular, quanto com grandes abalos de placas tectônicas. É a colonialidade do saber e o privilégio epistêmico de homens, heterossexuais, brancos, europeus e cisgêneros que reitera o poder da heterossexualidade em medicalizar e patologizar sujeitos outros no processo de produção das diferenças, daquilo que é normal e do anormal e por isso degenerado.

A engrenagem biopolítica que mantem a congruência sexo/gênero/desejo/prática sexual se mostra como natural e conseqüentemente sem história. Existe desde que o mundo é mundo, ou seja, homens, que nascem com a genitália dita masculina, o pênis, que se identificam como homens (não poder haver arestas da problemática disforia) e gostam de mulheres (naturalmente heterossexuais) e, por outro lado, mulheres, que nascem com a genitália oposta ao do homem<sup>16</sup>, a vagina, que se identificam como mulheres e que gostam de homens. Percebe-se que esse sistema ao passo que constrói a norma, cria hierarquias múltiplas e reitera, em seu seio, a opressão e subalternização de mulheres numa lógica hipotética da heterossexualidade eterna.

---

<sup>16</sup> A cisheterossexualidade presume não apenas o binário, mas a complementaridade do homem e mulher (GUASH, 2007)

Para Jonathan Ned Kats,

A heterossexualidade não é análoga ao ato sexual reprodutivo dos sexos; não é o mesmo que as diferenças sexuais; não é igual ao erotismo de mulheres e homens. Eu argumento que a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e se seus prazeres. (1996, p. 14)

A tempo, como investiga teóricos/as/es e ativistas *queer*, nos perguntamos e produzimos saber sobre sujeitos/as/es que sentem o desejo de se vestirem com a roupa do sexo oposto, mas dificilmente ou quase nunca, nos perguntamos sobre pessoas que sentem o desejo de se vestirem com as roupas do próprio sexo. No mesmo andar tem havido produções de discursos e saberes diversos que estudam as pessoas trans\* e crescido um movimento de teorização da cisgeneridade enquanto categoria analítica como Viviane Vergueiro, J. Mombaça, Letícia Nascimento e tantas/os/es outras/os/es.

As ferramentas decoloniais nos apontam a imposição do mobiliário de gênero no processo de colonização como desenvolvi no tópico anterior, porém, é com o desenvolvimento das *sciencia sexuales* (FOUCAULT, 2020), no ocidente, que estudos de sexólogos, psiquiatras, psicólogos, criminalistas e outros discursos fizeram emergir saberes que refletiam a ordem colonial de poder.

O filósofo, francês, branco e homossexual Michel Foucault em A história da Sexualidade a vontade de saber reitera,

na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso (FOUCAULT, 2020, p. 114)

e completa,

essa mutação se situa na passagem do século VIII para o século XIX, [...] A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 2020, p. 128)

A formulação clássica do personagem homossexual vai se caracterizar na transição do sujeito sodomita, ou seja, sujeito que é efeito de sua prática sexual pecaminosa, para paulatinamente, o sujeito com determinadas características natas ou inatas de perversão. Karl-Heinrich Ulrichs, jurista alemão e homem que sentia desejo por outro homem, desenvolve o termo *uranista* para nomear homens que sentem atração por

outros homens. Para o jurista o uranista era um *terceiro sexo*. Ele desenvolve uma descrição completa dos uranistas em doze livros publicados entre 1864 e 1879. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 38)

O termo homossexual surge da jornalista húngara trans\* Károli Maria Kertbeny em folhetos contra a punição da sodomia masculina na Prussia (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Porém é no livro *A invenção da heterossexualidade* do historiador Jonathan Ned Kats que o termo homossexual e heterossexual vão ganhar devida projeção e luz sofre suas fiações que os criaram, sustentaram e sustentam. O historiador aponta que nem sempre o uso do termo “heterossexual” esteve relacionado diretamente ao normal, bom e saudável. Seu “primeiro uso conhecido da palavra heterossexual nos Estados Unidos ocorreu em um artigo do Dr. James G. Kiernan, publicado em um jornal de medicina de Chicago em maio de 1882” (KATS, 1996, p. 31).

O sujeito dito heterossexual de Kiernan estava ligado a “manifestações anormais do apetite sexual” (KATS, 1996, p. 31). O prefixo hetero para kiernan não significava o desejo sexual pela pessoa do sexo oposto, mas a uma espécie de *hermafroditismo psíquico*, ao desejo por dois sexos diferentes. Essa teoria presumia que os sentimentos tinham e advinham de um sexo biológico. Esses heterossexuais também eram culpados pelos métodos anormais de ter prazer que não reproduziam a espécie ao mesmo tempo que também apresentavam o desejo normal pelo sexo<sup>17</sup>.

Nesse mesmo artigo, Kiernan também designa o termo homossexual como “pessoas com um estado geral do sexo oposto” (KATS, 1996, p. 31), eram invertidos, contrários ao seu gênero, a própria masculinidade e feminilidade. Assim, este artigo também estreou o uso do termo “homossexual” na modernidade.

A velha norma reprodutiva do heterossexual e do homossexual de Kiernan passa a dar lugar a um *instinto sexual* reprodutivo no interior das subjetividades. Esse novo hetero-sexual, separado com hífen, emerge em 1893 com a publicação de *Psycopathia Sexualis, with Especial Reference to Contrary Sexual Instinct: a Medico-Legal Study* [Psycopathia Sexualis, com referência especial ao instinto sexual contrário: um estudo médico-legal] do professor de Psiquiatria e Neurologia, heterossexual, branco e europeu, Richard von Krafft-Ebing. Para o autor o hetero-sexual possui um *instinto*

---

<sup>17</sup> É anacronismo chamarmos essa prática ao que hoje conhecemos como bissexualidade

*sexual* enquanto seu oposto teria o instinto sexual patológico ou o instinto sexual contrário.

O termo hetero-sexual, de Krafft-Ebing, não faz qualquer referência explícita à reprodução, embora implicitamente sempre inclua o desejo reprodutivo. Por isso, significa da mesma forma uma normalidade erótica. Seu termo gêmeo, homo-sexual, sempre significa um desejo pelo mesmo sexo, patológico porque não é reprodutivo. (KATS, 1996, p. 34)

Essa divisão entre a forma de enxergar a heterossexualidade entres Kiernan e Krafft-Ebing também não é tão simples, visto que para esse ultimo, a heterossexualidade permanece no escopo da estratégia de natalidade, ligada a um desvio não reprodutivo, ou seja, biopolítico.

O livro *Psycopathia Sexualis* é um ponto chave no desenrolar da heterossexualidade. O professor de psiquiatria o desenvolve a partir de pesquisas clínicas que visavam a “cura” do sentimento homossexual. Em seu desenvolvimento dois conceitos são importantes: 1) *perversão sexual congênita*, “uma distinção entre atos supostamente causados por uma anormalidade inata, biológica”; e 2) *perversão sexual adquirida*, “atos voluntários que constituem uma perversão” (KATS, 1996, p. 40). Esse movimento projeta uma moral biológica, uma escolha dos sujeitos não apenas de seus atos, mas do desejo de muda-los, “essa bioética determinista afirma [no século XX] que a heterossexualidade é um fato imutável da natureza, uma norma estabelecida naturalmente” (KATS, 1996, p. 40). Essa distinção delinea o invertido verdadeiro, congênito, de causas inatas e aqueles pervertidos que praticam por escolha. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

Para desenvolver seu estudo, Krafft-Ebing cita diversos casos de homens que o procuraram por estarem sentindo desejo por outros homens, por sonharem com outros homens, por acharem que são pervertidos por ainda não terem casado, inclusive o casamento é um aspecto fundamental naquilo que o pesquisador vai apontar como a “cura” desses pacientes. Nesse momento terapias como sonambulismo, a hidroterapia, a faradização (terapia de choque) e hipnose com sugestões como

1. eu tenho horror ao onanismo [...],
2. Não tenho interesse pelos homens; porque o amor pelos homens é contra a religião, a natureza e a lei.
- 3 eu me sinto atraído pelas mulheres; porque a mulher é encantadora, desejável e criada para os homens (KATS, 1996, p. 37).

Essas teorias articularam uma variedade de expressões da vida humana, da sexualidade e das constituições biológicas dos corpos, “elas se orientavam por um conjunto de preocupações políticas e morais voltadas a identificar toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 37) e da identidade de gênero.

A partir da decolonialidade não posso dizer que a prática do desejo, relação, cosmogonia e prática sexual de homens que sentem atração por outros homens surgiu apenas no século XIX, visto que, como aponta as feministas decoloniais, o gênero foi envenenado nos territórios colonizados. Muito menos posso afirmar que os sujeitos homossexuais e heterossexuais foram ali, na clínica, inventados, visto que esses pesquisadores buscavam, na classificação, compreender o fenômeno visível da existência de sujeitos que fugiam a norma. Esse movimento colonial e violento (parece pleonasma, mas merece ser reiterado) lançou saberes que viriam a ser novas identidades sexuais, sociais e culturais. Ao passo que a heterossexualidade foi se desenvolvendo como norma institucional do sistema moderno-colonial de gênero, a homossexualidade, seu lado oculto, passa a ser produzido pela chancela da verdade científica.

Outros pesquisadores como o próprio Ulrichs, que citei anteriormente, disputarão o sentido do termo homossexual no sentido de livrá-los da perseguição legal e moral. Como o filósofo britânico Edward Carpenter e o médico Magnus Hirschfeld, sendo este último o fundador do Comitê Humanitário Científico, em 1887, proclamando o *terceiro sexo* (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Outra contribuição foi do médico britânico Havelock Ellis que para livrar homossexuais da vala da degeneração faz uma lista de homossexuais que contribuíram positivamente para a sociedade. Figuram nessa lista “Erasmus de Roterdam, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Alexander von Humboldt, Lord Byron, Oscar Wilde, Walt Whitman, Paul Verlaine e Safo de Lesbos” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 40).

Esses diversos discursos científicos eurocentrados serão irradiados para todo o restante do planeta quase que como as naus europeias. As novas classificações do homossexual delinquente, degenerado e patológico coexistirão com o sodomita pecador a nível global, afinal se esses corpos são perseguidos nos territórios europeus, o imperialismo heterossexual permanecerá violentando ainda mais corpos localizados em geopolíticas de subalternidade como desenvolvo sobre o Brasil no próximo tópico.

#### 1.4 Não há pecado no sul do equador

Não é um pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer e obviar ou corrigir. Não religião ou direito, que nada tem que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez [...] (Estácio de Lima)<sup>18</sup>.

Walter Mignolo (2017) descreve a Matriz Colonial de Poder (MCP) em seu fundamento histórico como um monstro de quatro cabeças, sendo essas cabeças âmbitos de controle e administração da ordem mundial e duas pernas, sendo uma o fundamento racial e a outra o fundamento patriarcal do conhecimento. Para o autor a colonialidade ocupa o lado escuro e não visível da modernidade. Quijano (2000) declara que o eurocentrismo é mais profundo que uma localização geográfica, é antes de tudo uma localização e um privilégio epistêmico. Esse eurocentrismo que implementou nas Américas a noção de gênero durante o colonialismo, implementa reiteradamente seus esforços na manutenção desse sistema a partir de múltiplos discursos. Digo isso porque a tradição intelectual brasileira se apoiou e ainda se apoia em grande escala (e devido à colonialidade do poder e do saber) nas produções teóricas da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

As teorias europeias que sugeriam comportamentos sociais desviantes como desequilíbrios hormonais congênitos passam a ocupar território das universidades brasileiras principalmente a partir dos estudos dos professores Leonídio Ribeiro, professor da disciplina de Medicina Legal e Criminologia na Escola Médica Fluminense, publicou a pesquisa *Homossexualismo e Endocrinologia*; Edmur de Aguiar Whitaker, médico, psiquiatra do Serviço de Identificação da Polícia e professor da Polícia de São Paulo, com a pesquisa *Manual de psicologia e psicopatologia judicial*; Antonio Carlos Pacheco e Silva, Professor do curso de Psiquiatria Clínica na Universidade de São Paulo (USP) com o seu *Psiquiatria clínica e forense*; Viriato Fernandes Nunes e outros tantos pesquisadores empenhados em estudar o exótico, o diferente e anormal.

No processo de desenvolvimento da pesquisa me deparei com algumas perguntas: se a medicina e a criminologia à brasileira importaram essas categorias de análise tão importantes para compreender a epistemologia de sujeitos/as/es

---

<sup>18</sup> Prefácio escrito pelo médico baiano Afrânio Peixoto para o livro *A inversão dos sexos* de Estácio de Lima em 1935.

contemporâneos/as e manutenção do poder colonial, como se portou a Faculdade de Medicina do Recife fundada em 1920? Quais os saberes foram produzidos aqui no nordeste? Ou melhor: foram produzidas pesquisas sobre homossexuais ligando a prática com a degeneração? Como essas pesquisas foram feitas? Havia clínica de “cura” ou reversão da perversão inata aqui na Paraíba? Quem são esses sujeitos? Como se dá o atravessamento com o processo de endocolonização que passou o nordeste brasileiro? Como e se esses saberes foram atingidos pela nordestinidade?

Para pensar as formas pelos quais sujeitos sodomitas e não sodomitas brasileiros foram constituídos e atribuídos pelo modo de subjetivação das identidades coloniais, eurocêntricas e importadas, aqui falo da “heterossexualidade” e “homossexualidade”, e consequentemente a produção de diferença, me uso da mola propulsora que foi a tese de doutorado do Historiador James N. Green intitulada *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*.

Nela o pesquisador define seu campo de pesquisa nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro e descreve o longo processo de busca nos arquivos ainda não organizados e catalogados, sobretudo quando a palavra-chave da pesquisa era termo como homossexual, por exemplo.

O critério então de viabilidade dessa pesquisa que desenvolvo criou limites nas respostas dessas perguntas, visto que numa pesquisa online não encontrei um levantamento ou arquivo virtual dessas teses, dissertações, monografias e afins, bem como o tempo para planejamento e execução do levantamento desse material.

No mais, para atender aos objetivos dessa pesquisa de analisar as condições de emergência do movimento de homens e mulheres que sentiam atração pelo mesmo sexo, na Paraíba da abertura política (1981), a partir das próprias fontes do grupo, me parece que esses discursos médico-legais das capitais São Paulo e Rio de Janeiro dão conta, inicialmente, de um panorama político, social e cultural do ser diferente. Essas novas perguntas direcionarão possivelmente meus futuros trabalhos e certamente me levarão a outras perguntas.

Retomando quanto aos discursos científicos médico-legais “a tradição positivista no Brasil, que enfatizava a ‘ciência’ aplicada como mola propulsora do progresso social e mantenedora da ordem social, respaldava a intervenção do Estado para resolver os



males da sociedade” (GREEN, 2019, p. 202). Essa forma de subjetivação vai buscar a manutenção da ordem social brasileira nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo devido as constantes movimentações pelas quais passava a conjuntura política brasileira.

Em 1906, o médico clínico Dr. Pires de Almeida publica em um dos primeiros trabalhos que tratarão do tema da homossexualidade no Brasil, intitulado: *Homossexualismo/A libertinagem no Rio de Janeiro*. Pires está preocupado com a libertinagem, a ordenação social da virada do século XIX para o século XX. O homossexualismo deveria ser punido por ser antinatural visando à higiene e à moral, numa pedagogia do controle e condenação dos excessos de um Estado ordenador e modernizador, pois

O homossexualismo, com relação às suas consequências imediatas ou remotas, tanto afeta individualmente ao pervertido quanto à sociedade.

Neste ultimo ponto de vista, sobretudo, se não acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmosfera social: querem uns capitular tais anomalias como crimes passíveis das penalidades relativas às condições de cada indivíduo – outros opinam que tais anomalias, constituindo exclusivamente um estado patológico, devem ser eliminadas como qualquer moléstia, não sendo, portanto, os pacientes passíveis de penas.

A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros – hospital, os segundos.

Acertam e erram uns e outros, vindo o erro do exclusivismo a que ambos se aferram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia. (PEREIRA apud PIRES, 1994, p. 105)

A industrialização, a modernização, a urbanização e conseqüentemente os problemas decorridos desses três. Após 1930 a Grande Depressão, as greves gerais de trabalhadores, as transformações do papel das mulheres na sociedade, o surgimento da União da República Socialista Soviética (URSS) em 1917 e dos regimes nazifascistas na Europa, a chegada de Getúlio Vargas ao poder são alguns dos elementos que compõem o cenário histórico. Ao propor cura à degeneração do homossexualismo se propunha também cura e controle do tecido social doente e fraco. “Até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados” (GREEN, 2019, p. 2003). Nessa citação acredito haver um erro por parte de Green, pois fascistas não foram necessariamente controlados, mas estavam muitas vezes em posição de controle, por exemplo, o professor de Psiquiatria Pacheco e Silva no qual citei anteriormente era líder da Liga da Higiene Mental, uma das mais importantes

sociedades eugênicas no Brasil. No capítulo *Direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30*, publicado em 1994 no livro *A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*, o antropólogo Carlos Alberto Messeder Pedreira acrescenta “ao que tudo indica, a discussão em torno do gênero, nessa hora, parece ser uma dimensão chave da nova ‘ordenação nacional’ que a implementação do paradigma moderno implicava” (1994, p.89).

Uma das cabeças da MCP apontada por Quijano e sustentada pelas pernas do racismo e do patriarcalismo (ou do que as feministas decoloniais vão desenvolver como sistema moderno-colonial de gênero ou mais colonialidade do gênero) são assim fundamentais na execução do projeto científico brasileiro de progresso linear e evolutivo baseado, sobretudo nas tendências positivistas. Essa linearidade caminharia para a ordenação do corpo social, pois, “quando este universo de categorias é acionado pela medicina legal dos anos 30, o ponto problemático fundamental revela-se como aquele referente à necessidade de uma ‘correta ordenação’, de uma ‘correta arrumação’” (GREEN, 2019, p. 211).

A criação da identidade de trabalho após 1930, no governo de Getúlio Vargas, ajudará a perseguir, identificar e rastrear qualquer tipo de mudança na norma “agitadores anarquistas e socialistas, empregados relapsos e vagabundos” (GREEN, 2019, p. 212). Os estudos sobre tipos sanguíneos também corroboraram para a análise baseada em intelectuais como Lombroso e Gregório Marañón<sup>19</sup> quanto da criminalidade ligada a traços de raça.

A partir de 1930 e 1940, aqui no Brasil, haverá um movimento de transição da figura do homossexual degenerado, praticante de um crime nitidamente tipificado, para o doente, medicalizado, anormal e conseqüentemente alvo do tratamento e da jurisdição médica. Gregório Marañón no prefácio do livro *Homossexualismo e endocrinologia* do brasileiro Leonídio Ribeiro reitera: “[...] o homossexual não deve ser tratado, a priori, como um delinquente. Um homossexual é um anormal [...]” (PEREIRA Apud MARAÑÓN, 1994, p. 93.) Essas discussões estarão no interior da Medicina que naquele momento era fortemente influenciada pela combinação de caráter biológico-

---

<sup>19</sup> Professor da Universidade de Madri, autor de *La Evolución de la Sexualidad y los Estados Intersexuales* em 1929.

organicista e pela psicanálise freudiana. Reitera o médico Leonídio Ribeiro ao demarcar o papel da medicina

as práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos, de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. (...) A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis. (PEREIRA apud RIBEIRO, 1994, p. 118)

A medicina, imbuída do dever social de atingir o lado escuro, de explicar a degeneração, de acessar o exótico e doente para curar o leproso homossexual doente. Causas orgânicas como

a encefalite, sífilis, meningite e traumatismos cranianos, podem provocar, em certos casos, o aparecimento de tendências homossexuais. A epilepsia, paralisia geral, mania e demência senil [...] delírios, com alucinações de formas as mais variadas, especialmente delírios de perseguição, em cuja gênese os psicanalistas fazem intervir os sentimentos de natureza homossexual recalcados no subconsciente. (RIBEIRO, 2010, p. 501)

Dois conceitos importantes aparecerão nesse momento e serão apoderados por Leonídio Ribeiro, o primeiro é de *interssexualismo*, interpretado das teorias de Goldsmidt e Marañón, em que o indivíduo é portador dos dois sexos, o masculino e o feminino, porém um deles pesaria mais na balança e ganharia proeminência. Se apoderando desse conceito, o médico brasileiro Afranio Peixoto desenvolverá o conceito de *missexuais*, pois haveria uma mistura desse estado interssexual, sendo essa mistura entre o “macho viril e a fêmea materna” resultante de uma escala percentual, por exemplo “um invertido que tem filhos e amantes, uma lésbica que tem marido e filhos, estarão na zona média dos ‘missexuais’, as imediações dos 50%.”, e completa o médico que a “diferenciação sexual jamais será perfeit[a]; será sempre relativo, de 1 a 99%” (RIBEIRO, 2010, p. 502).

Como apontei anteriormente, há alguns problemas metodológicos nas pesquisas desses médicos, no geral eles usavam como fonte para análise homossexuais que haviam sido presos em delegacias, ou seja, o recorte do que é homossexual já está implicitamente exposto, àqueles sujeitos que não eram afeminados passaram batidos da polícia e conseqüentemente dos estudos “esses indivíduos foram todos detidos em casa de prostituição, algumas exclusivamente masculina, pelo Delegado dr. Dulvidio Gonçalves, a quem aqui agradecemos o valioso concurso prestado à nossas

verificações” (RIBEIRO, 2010, p. 506). Outro aspecto pode dizer respeito aos marcadores de raça e de classe, visto que, tomando a pesquisa de Ribeiro como exemplo, a maioria desses sujeitos foram classificados como negros ou pardos e de profissões populares como trabalhos domésticos, comércio, operários, alfaiates e outros. Outro problema metodológico está no levantamento dos dados. Como aqueles sujeitos já estavam detidos por serem homossexuais (mesmo não havendo crime específico por ser homossexual), o pesquisador analisa seus traços biológicos, seu biótipo, hipotensão arterial, distribuição de pelos no corpo, na região pubiana ou se estavam depilados, a ginecomastia (tamanho dos seios), o formato da bacia e outros dados a fim de perceber características em comum nesses sujeitos.

Ribeiro propunha também um tratamento médico-pedagógico para solucionar o “problema essencial” com dois possíveis tratamentos: “em primeiro lugar, educação e criação apropriadas – e, se isso se provar ineficaz, transplante de testículos” (GREEN, 2019, p. 225).

Assim, o pecado nefando da sodomia vai convivendo com outros atravessamentos e dispositivos de poder. Passa pelo poder de regulação desses corpos, de aprisionamento, para o poder médico-legal biopolítico. Esse movimento não significa de forma alguma o fim de uma forma de poder e substituição por outra, muito pelo contrário, até os dias atuais percebemos a convivência de todos esses discursos.

O código de Penal Italiano de 1930, por exemplo, abole a figura da sodomia, mas ainda em 1927, em seu artigo 528 dizia: “aquele que, fora dos casos previstos nos artigos de 519 a 521, pratica atos de libidinagem, com pessoas do mesmo sexo, ou se presta à prática de tais atos, é punido, se do fato resultar escândalo público, com seis meses a três anos de prisão. A pena será de um a cinco anos se o culpado, sendo maior de vinte anos, praticar o ato com menor de vinte ou se o ato for praticado habitualmente ou com fim de lucro”. Na URSS no Novo Código Bolchevique também não tipificou o crime. O fim do delito também foi discutido no II Encontro Internacional de Sexologia e Reforma Sexual, em 1928. (RIBEIRO, 2010).

O Código Penal de 1890, da recente República brasileira, dispunha do Art. 266 que tipificava como atentado ao pudor as práticas entre sujeitos do mesmo sexo, dizia o artigo “Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencia ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação

moral”<sup>20</sup>, a prisão poderia ser de um a seis anos, ou seja, a prisão de homossexuais não era tipificada, mas apoiada em outros dispositivos jurídicos como o atentado ao pudor ou a vadiagem, por exemplo.

Já em 1938, Francisco Campos, ministro da Justiça do Estado Novo, dá ao jurista e professor Alcântara Machado a tarefa de redigir um novo Código Penal condizente com os valores da Ditadura varguista. Uma proposta é redigida deixando, agora sim, explícita a prática homossexual, inclusiva porque o título do capítulo chamava-se “Homossexualismo”, em seu artigo 258 dizia “mesmo um capítulo especial, com o título de Homossexualismo, cujo artigo 258 diz:

Os atos libidinosos, entre indivíduos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano. Punir-se-á somente o sujeito ativo e a pena será a de prisão: (I) – por um a três anos, quando por violência ou ameaça grave, tiver constrangido o outro participante a tolerar o ato, ou este, por deficiência física, permanente ou transitória, acidental ou congênita, for incapaz de resistir a esta situação; (II) – por dois a seis anos, quando a vítima for menor de 14 anos, caso em que, para punição, se prescinde do escândalo público. Parágrafo único: Tratando-se de anormais, por causa patológica ou degenerativa, poderá o Juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias (RIBEIRO, 2010, p. 509-510)

Para Green (2019) essa foi a primeira vez, desde que o pecado da sodomia foi descriminalizado, em que estava explícita a criminalização da homossexualidade. Esse projeto no Código Penal foi lido com bons olhos pelos médicos e juristas, pois “constitui um passo à frente na solução do problema, pois prevê a hipótese da perícia médica, a fim de permitir ao Juiz a substituição da prisão pela internação, mostrando assim o grau de cultura de seus autores”.

Esse artigo mostra a superfície de uma discussão entre aqueles intelectuais que divergiam no binário cultura e natureza, patologia e crime, nato ou inato. O artigo foi vetado da lista de propostas para o Código de 1940. Durante o Estado Novo Vargas dissolve o Congresso e aprova o novo Código por decreto. “Os juízes não contaram com o poder legal extraordinário para sentenciar homossexuais à reclusão em instituições mentais como queria Ribeiro. No entanto, os precedentes já estavam firmemente estabelecidos para permitir aos membros das famílias de homossexuais, justamente com

---

<sup>20</sup> Mais em [https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1201/Atentado-ao-pudor#:~:text=Da%20viol%C3%A2ncia%20carnal\)%3A-%E2%80%9CArt.,seis%20anos%2C%20mantido%20o%20dote.](https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1201/Atentado-ao-pudor#:~:text=Da%20viol%C3%A2ncia%20carnal)%3A-%E2%80%9CArt.,seis%20anos%2C%20mantido%20o%20dote.)

médicos e psiquiatras, solicitar o confinamento de parentes envolvidos em atividades sexuais perversas em hospícios.” (GREEN, 2019, p. 230).

A política do corpo da primeira metade do século XX rapidamente descrita acima continuará se desenrolando em múltiplos e difusos discursos. Os asilos, instituições mentais, hospitais psiquiátricos e afins legitimarão a exclusão desses sujeitos, a limpeza e retirada de desviantes das ruas, confinando transgressores morais. Os tratamentos de choque a base da convulsoterapia, injeções de insulina. Esses tratamentos não chegaram à cura, obviamente, porém, por outro lado, serviram como controle social, pairando uma nuvem de terror e medo nos homossexuais.

No fim da década de 1930 para 1940 esses intelectuais aos poucos abandonarão à tona desses tipos de pesquisa, pois passarão a ser mal vistas, sobretudo por que estavam relacionadas às sociedades higienistas no contexto de Segunda Guerra Mundial. Porém esses discursos passarão a ocupar manuais sexuais mais simples, o que popularizou parte dessas ideias de degeneração, criminalidade e patologia. “A ênfase passou a recair sobre a imagem positiva e saudável da sociedade brasileira” (GREEN, 2019, p. 247).

Como mostrei, se para esses teóricos europeus o homossexualismo estava no ato do desejo por outro do mesmo sexo, nas suas fantasias ou práticas, seja com características natas ou inatas, aqui no Brasil, a relação com a homossexualidade está no papel de gênero desempenhado, assim o homossexual masculino seria aquele homossexual passivo, afeminado, com práticas anais no sexo. Essa ideia desenvolvida na primeira metade do século passado permeará as subjetividades da sociedade em geral e as práticas sexuais de homossexuais até pelo menos os anos 1970.

## CAPÍTULO II

### “UMA MILITÂNCIA A PARTIR DOS DESEJOS”

Um dos intentos deste trabalho é “torcer” o olhar “treinado” no modelo eurocêntrico e colonizado para experiências dissidentes outras consideradas historicamente como locais e, por isso, menos importantes. No artigo publicado na Revista Cult, historiador James Green escreve *Nem todos os caminhos levam a Stonewall, em Nova York*, esta provocação nos faz repensar os marcos reguladores do então Movimento Homossexual que apontam para o 28 de junho de 1969.

Na imagem a seguir, publicada na quarta feira, 22 de Maio de 1968, pag 05 do segundo caderno, sessão informes do Nordeste, quarta e ultima notícia, porém a maior em caracteres, sem muita atenção, é possível notar a notícia “Escândalo chega à Paraíba”.

#### Imagem 3: Jornal Diário de Pernambuco: “ESCÂNDALO CHEGA À PARAÍBA”



Fonte: Diário de Pernambuco, Ano CXLIII, n 118, p. 5, 22 mai, 1968. 2 caderno.

Transcrição do texto:

"ESCÂNDALO CHEGA À PARAÍBA - A imprensa vem noticiando a possível realização na Paraíba de um congresso dos homossexuais, denominados "enxutos".

Acredita-se que o conclave seria em João Pessoa, mas de igual modo se acredita que a polícia, a esta altura, esteja prevenida para repelir essa monstruosa afronta a uma sociedade reconhecida como das mais recatadas da região.

Os anormais, de tão audaciosos, chegaram a divulgar, pela imprensa, um temário para discussão com os seguintes itens:

a) reconhecimento do 3º sexo; b) permissão para casamento e divórcio entre homossexuais; c) reivindicação de melhor tratamento por parte da sociedade; d) fundação do Clube dos Enxutos, "que deverá ter funcionamento livre, onde quer que seja implantado".

Talvez os tempos estejam mudados, mas num passado ainda recente, quando fui delegado em Natal, dei solução a esse problema com os meios que considerei necessários, debelando esse terrível mal, que jamais poderia ser oficializado num país de tradições másculas como o nosso." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, maio de 1968:5).<sup>21</sup>

Como é possível perceber pela transcrição do texto, houve na Paraíba, antes mesmo da revolta de *Stonewall in*, uma articulação para um congresso de pessoas do "terceiro sexo", o que aponta para o amadurecimento das identidade de sujeitos dissidentes sexuais e de gênero.

Neste capítulo discutirei, em um primeiro momento, o conceito de Ditadura *Cisheteromilitar*, como delinearei a seguir, para que assim, possa problematizar os elementos que tornaram possível, mesmo durante forte repressão ditatorial, a emergência do que convencionou-se chamar de Movimento Homossexual Paraibano, mais especificamente no título "Nós Também Somos" desenvolvo a partir de múltiplas fontes a história do grupo Nós Também, pioneiro na luta por direitos de sujeitos homossexuais no Estado da Paraíba. Por ultimo projeto luz aos intercâmbios promovidos pelo grupo Nós Também no I Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste (EGHON).

## 2.1 Ditadura Cishetero-militar

O intelectual Renato Janine Ribeiro, ex-Ministro da Educação no governo Dilma, entre abril e setembro de 2015, escreveu em 2005 um artigo intitulado *A política dos costumes*<sup>22</sup>, nele o filósofo afirma que

No Brasil, contudo, a repressão foi bastante leve — ou mesmo tolerante — no que dizia respeito a sexo, a costumes, a sentimentos. Isso pode significar

<sup>21</sup> Edição completa na Emeroteca Digital Brasileira, Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&pagfis=59540](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=59540), acessado em 03/09/2022.

<sup>22</sup> O texto foi publicado no livro *Muito Além do Espetáculo*, organizado por Adauto Novaes, porém só tive acesso pelo site <https://artepensamento.ims.com.br/item/a-politica-dos-costumes/>, acessado em 03/09/2022.



que nossos ditadores fossem mais inteligentes, ou, o que é mais provável, que a sociedade brasileira separe, mais que as duas outras, a política em sentido mais próprio e os costumes — e talvez que a vitalidade se concentre mais nestes últimos. O Brasil conseguiu assim liberar costumes no momento mesmo em que a ditadura reprimia a política. (RIBEIRO, 2005)

Essa compreensão de que a ditadura cívico-militar foi ao mesmo tempo dura em relação à política e branda quanto à moral limitou por muito tempo a análise de políticas do corpo, de formas de existir, de ser, de atuar e de resistir às constantes perseguições e dispositivos legais de controle e aniquilamento de corpos tidos à época como subversivos (à homossexualidade por exemplo).

Essa linha de pensamento reitera a afirmação dos “*porões da ditadura*” como se a perseguição àqueles que ousaram resistir estivesse localizada no âmbito do não visível da sociedade, que os militares e civis dos grandes escalões do Estado brasileiro não soubessem do que acontecia “por baixo dos panos”, ou ainda pior, limitou a Historiografia da Ditadura ao Estado, suas supostas engrenagens e maquinarias (e consequentemente detentor de todo o poder) ou àqueles que resistiram organizados em partidos políticos e na luta armada. Com isso não digo que essas análises são menores, muito menos que aqueles que resistiram na ilegalidade não merecem ter sua história contada, muito pelo contrário, me inscrevo num grito polifônico e multidirecional de sujeitos subalternizados que direcionam seus olhares para horizontes turvos, ainda sendo desenhados e percebidos. Longe de dar voz às fontes, me permito escutá-las sem conceitos prévios, afim de alinhar, à muitas mãos, colchas de tecidos historiográficos.

Uma voz presente nesse grito é a do pesquisador, gay, cisgênero e professor de Direito Renan Quinalha, no qual desenvolveu o conceito de *Ditadura Hetero-militar* com o objetivo de “descortinar, com maior profundidade, dimensões específicas da repressão outrora ignoradas ou negligenciadas” (QUINALHA, 2018, p. 21). Ainda assim, como desenvolverei afrente e inspirado em críticas de intelectuais trans\*, me parece que a perseguição aos sujeitos dissidentes não tem como matriz apenas a *homossexualidade compulsória* (RICH, 1993), mas também a *cisgeneridade* enquanto categoria, assim, proponho uma interdisciplinaridade do conceito acrescentando a *cisgeneridade* como categoria analítica, pois, segundo a intelectual travesti Viviane Vergueiro

a cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. Em outras palavras, “o

termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (VERGUEIRO Apud JESUS, 2012).

Pensar essa interdisciplinaridade para o conceito significa dizer que a defesa da “moral e dos bons costumes” não está centrada apenas no desejo por uma sexualidade dita normal, a heterossexual, mas também um modelo de gênero naturalizado pela congruência sexo-gênero-desejo-performance, ou seja, estruturado pelo *cistema moderno colonial de gênero*.

Como apontei no capítulo anterior, a Ditadura Militar (1964-1985) não inaugurará o preconceito e a violência contra corpos subalternizados e de gênero dissidentes, porém, por outro lado,

um regime ditatorial, em verdade, não é apenas uma forma de organização de um governo orientado para a supressão de direitos e liberdades como um fim em si mesmo, mas se abate sobre os corpos social, político e individual como um verdadeiro laboratório de subjetividades para forjar uma sociedade à sua própria imagem (QUINALHA, 2018, p. 20)

A heterossexualidade e a cisgeneridade alimentam e são alimentadas, conformam e são conformadas pelo sistema moderno colonial de gênero a partir de todo o mobiliário montado pela epidemia que foi o gênero no processo de colonização. O controle dos corpos, dos desejos e num nível macro da natalidade e da população permitiu ao *biopoder* a reiteração da heterossexualidade como um sistema institucional, ou seja, a heterossexualidade não é “apenas” uma sexualidade como a homossexualidade ou a bissexualidade, a heterossexualidade é um princípio organizador da sociedade ocidental a partir da “da idealização do romance heterossexual na arte, na literatura, na mídia, na propaganda” (RICH, 1993, p. 24). Para a feminista, lésbica e professora estadunidense Adriene Rich a heterossexualidade é sempre uma presunção, é a “ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres” (RICH, 1993, p. 18). Sendo uma forma reiterada de subjugar às mulheres em relação aos homens, a heterossexualidade compulsória serve também no controle às dissidências sexuais e de gênero possivelmente improdutivas ao biopoder no sistema capitalista.

A *Ditadura-cisheteromilitar* se alimentou da cisgeneridade e heterossexualidade compulsória (RICH, 1993) na afirmação de políticas do corpo normatizadoras, saudáveis à nação,

a ditadura ela cerceia a todos os campos da liberdade, né?! De expressão, de comportamento. Então ela agravou a situação, mas a minha geração, a minha infância e adolescência, a minha descoberta como uma pessoa e como homossexual foi num momento extremamente repressivo (Henrique Paiva de Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Na entrevista acima, concedida por Henrique Paiva Magalhães ao projeto *Juventude em movimento: percepções sobre as demandas contemporâneas de jovens para o campo da saúde - 2ª edição da FIOCRUZ*, é nítido como o discurso da “moral e bons costumes” serviu na disciplinarização das dissidências sexuais à norma. E continua o relato

no momento que eu fui adolescente era completamente discriminada homossexualidade, sabe?! Então a gente fugia desse desejo, né? A gente tentava abafar, tentava reprimir para seguir dentro de uma padronização da sociedade. Só que o desejo é mais forte do que tudo isso, né?! Alguns se marginalizam e vão fazer aventuras arriscadas, marginalizadas, e cobertas, né?! Escondidas... Outros casam para poder tentar ou se convencer de que era uma coisa que podia ser revertido, né? Ou então mostrar a sociedade que era uma pessoa como qualquer outra, né? Mas nunca que era um homossexual. Homossexual era a bicha louca assumida sabe?! que se identificava com a feminilidade, entendeu? Não havia... Você não considerava como um homem ou talvez fosse um homem decadente, né?! (Henrique Paiva de Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

O discurso da “moral e bons costumes” institui a moral cisgênera e heterossexual reafirmando uma vontade de verdade. Aquilo que Henrique chama de “tentativa de abafar, tentativa de reprimir para seguir dentro de uma padronização da sociedade”, bem como outros pontos dessa transcrição da entrevista, é um ponto de inflexão quase que fundante dos *Estudos Queer* em sua emergência nos Estados Unidos. O armário montado no mobiliário heterossexual é um campo epistemológico, ou seja, “um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDGWICK, 2007, p.19).

A partir do arquivo da entrevista podemos perceber que para Henrique, um gay, branco e da classe média pessoense (capital paraibana), o armário funcionou como *locus* privilegiado de possibilidade de existir no mundo em seu processo de autoidentificação enquanto homossexual. Desenvolvido pela poetisa e crítica literária estadunidense Eve Kosofsky Sedgwick, o conceito escancara, nesse caso da entrevista, a presunção da heterossexualidade, ou como defini acima, a partir da Adriene Rich, a *heterossexualidade compulsória*.

Teóricos e teóricas decoloniais ou da teoria queer racializada (a *Queer of color critique*) denunciam que o armário é também um privilégio social a partir de intersecção das formas de opressão. Em outras palavras, pessoas negras, pessoas pobres e pessoas trans\* não gozam do mesmo direito que a branquitude à passabilidade heterossexual e cisgênera. A própria ideia de “armário” nos é estranha, pois é traduzida do inglês “closet”, fazendo referencia à uma forma de se vestir e de performar a heterossexualidade armazenada no armário, completamente distante dos guarda-roupas que nós pessoas pobres, racializadas e/ou trans\* podem possuir e que é mais comum em nossa cultura do que um closet, ou seja, um cômodo específico para nossas roupas.

Outro aspecto que saltam aos olhos no trecho acima dito por Henrique é “homossexual era a bicha louca assumida sabe?!”, pois analisando o conjunto de entrevistas transcritas nos arquivos da FIOCRUZ me deparo com um trecho cedido por Marli Soares, mulher, negra e lésbica paraibana que diz

A questão descobrir na verdade foi uma amiga. Eu tinha uma coleguinha na cidade, né? E essa coleguinha ela era... As pessoas chamavam ela de louca e eu dizia “ela não era louca”. Na própria escola. E a gente conversava era normal, de chupar chiclete, de picolé, da pipoca, do caminho da escola, entendeu? Nunca vi nada demais dessa menina, mas o povo dizia que essa menina não tinha bem Juízo, né? E uma vez essa menina confessou a mim, né? Que havia beijado uma colega. (Marli Soares, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Outra entrevista nos arquivos foi cedida por Bertrand Lira, gay, branco, de classe média, natural de Cajazeiras no alto sertão paraibano que diz em um trecho

com 10 anos já tinha consciência de minha orientação sexual, não queria aceitar até a pré-adolescência, até aqui em João Pessoa, eu achava ruim ser, até porque era uma dificuldade conseguir se relacionar com alguém, de ter alguém, de fazer sexo com alguém, é difícil, não tinha coragem de me expor. Então foi muito difícil, né? Eu pensava até fazer psicologia na universidade para poder, achava que tinha cura, né? (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

A feminista decolonial Yuderkys Espinosa Miñoso, se valendo da Análise do Discurso proposta por Michel Foucault, inspirado no projeto de Nietzsche de numa ontologia crítica do presente, informa que “a tarefa genealógica está menos ligada à tentativa de encontrar uma unidade do que à tarefa de mostrar os antagonismos, os dilemas, os jogos de poder”.

É no atrito entre os dois trechos da entrevista de Henrique e de Marli que vemos a recorrência da “loucura” associada à homossexualidade e no trecho de Bertrand o

desejo de se apoderar de um saber afim da cura da patologia que é ser homossexual. O uso da genealogia possibilita observar as condições e possibilidade de uso de determinados discursos em suas vontades de verdade em determinados momentos históricos. No capítulo anterior mostrei como o sujeito heterossexual e, sobretudo homossexual, surgiu no âmbito da colonialidade do saber e foram impostos como uma caricatura, um personagem, um modelo a ser seguido. Assim, essas experiências vividas por Henrique, por Marli e por Bertrand são corporações e materializações na própria carne de discursos produzidos no âmbito das ciências *psi*, nascidos nas clínicas, que se reverberam na patologização e conseqüente desejo de cura das homossexualidades.

O medo e pessimismo assolaram o Brasil da década de 1960. Artistas símbolos da resistência aos padrões da ditadura cishetero-militar como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, que performavam entre as fronteiras do gênero, partiram para o exílio, o que reiterou a perseguição a performances dissidentes e serviu como exemplo de “futuro” para sujeitos que não se adequassem à norma cisheterossexual.

A vitória do Brasil na Copa do Mundo do México em 1970 aprofundou a onda de nacionalismo. Época do slogan “Brasil ame-o ou deixe-o” de inspiração norte americana. O país estava vivendo o milagre econômico (1968-1973), nesse período as taxas de crescimento anuais chegaram a 11%. Comércio com o Japão, fábricas, créditos com os Estados Unidos. Porém, o padrão de vida da classe trabalhadora caiu no período, tornando o terreno da mobilidade social ainda mais pantanoso. O controle aos sindicatos e associações de classe também impediam ações organizadas desses trabalhadores. Esse cenário parecia dar base de sustentação à ditadura cishetero-militar, pois possibilitou a ascensão e maior poder de consumo às classes médias e altas do país, as principais apoiadoras do golpe, ao passo que precarizava ainda mais a vida dos trabalhadores das classes menos abastadas (GREEN, 2019).

Por outro lado, o aumento do preço dos combustíveis em 1973 “em razão do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP” (GREEN, 2019, p.403), seguido do aumento da dívida externa, momento em que a inflação chegou a níveis exorbitantes, os setores das classes médias agora se juntam às classes pobres votando no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) único partido de oposição legal à ditadura no bipartidarismo das eleições de 1974. Esse contexto pós-guerrilhas armadas, atos estudantis e greves de trabalhadores extremamente repressivos

e fim do apoio das classes médias ao governo ditatorial montam o cenário necessário para que o então presidente Ernesto Geisel (1974-1975) seja pressionado a montar o planejamento de uma abertura “lenta, gradual e segura”.

Apesar da repressão, movimentos sociais vêm à tona reivindicando democracia, melhores direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, a ala progressista da igreja católica volta para a legalidade. Parte do controle de grandes sindicatos voltam para as mãos dos trabalhadores. O Ano Internacional da Mulher, em 1975, após a conferência do México das Nações Unidas, também alimentou, internacionalmente, nas mulheres a busca por espaços de oportunidade que “se uniram em organizações comunitárias de base para exigir melhoria dos serviços urbanos e condições para cuidar dos filhos” (GREEN, 2019, p. 404). Em 1976 é fundado o primeiro jornal autoproclamado feminista do país, o *Nós Mulheres*<sup>23</sup>.

A partir dos anos 1970 em consequência das desigualdades causadas pelo “milagre econômico”, pôde se perceber um aumento de pessoas de classe média e alta que podiam pagar por sexo e, por outro lado, devido ao aprofundamento da pobreza e excluídas dos benefícios ofertados pelo milagre econômico, pessoas pobres se prostituindo ou colocando seus próprios corpos como ferramenta de trabalho, reflexo da mercantilização do sexo na sociedade brasileira. Michês<sup>24</sup> ofertavam seus corpos másculos para “tias” (homens ou mulheres ricas que o mantinham como amantes) e, no pior dos casos, trabalhavam em troca de roupa ou lugar para dormir. Os atravessamentos aqui possíveis também expõem os corpos travestis à estrutura cisheteronormativa, às fronteiras do sistema moderno colonial de gênero, e à competitividade do capitalismo e das relações de trabalho, “ingerir ou injetar hormônios para desenvolver os seios” (GREEN, 2019, p. 413), os glúteos, os cabelos, as roupas. O gesto de adaptar seu próprio corpo para imitar uma performance de gênero validada no escopo do “ser mulher”, o que reitera meu argumento da interdisciplinaridade necessária entre o conceito de cisgeneridade (VIVIANE, 2016) e de Ditadura cishetero-militar (QUINALHA, 2018). O crescimento foi tal que na década de 1970 foram importadas travestis para a Europa (GREEN, 2019).

---

<sup>23</sup> Formado por ex-militantes do movimento estudantil de São Paulo. Estando em circulação de 1976 a 1978.

<sup>24</sup> Ver mais em O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo, do antropólogo Nestor Perlongher, publicado em 1987.

O homem que é “mulher” torna-se um “homem” na cama, ao passo que o parceiro alegadamente masculino procura por uma mulher substituta para experimentar prazer sexual de uma maneira, em geral, vista como própria do efeminado [...] ao encenar a fantasia sexual de masculinidade e feminilidade, na verdade as duas partes envolvidas estavam praticando uma outra variação de díade bicha/bofe. As relações tia/michê e bicha/bofe refletiam, ambas, noções de gênero polarizadas (GREEN, 2019, p. 416 - 418).

Uma falsa contradição nessas procuras por sexo com travestis por homens casados era o fato de quererem ser o sujeito passivo da relação. Invertendo as estruturas do sistema moderno colonial de gênero a travesti ativa desempenhava o papel dito natural do “homem”, enquanto o homem (muitas vezes casado) desempenhava o papel passivo atribuído à “mulher”. Travestis e mulheres trans que já haviam passado pelo processo de redesignação sexual comumente reclamavam da baixa procura por não possuírem mais o órgão tão procurado pelos homens das classes médias/altas (GREEN, 2019).

Durante o período de abertura “lenta, gradual e segura” o Brasil fervilhava de atos políticos estudantis e de trabalhadores, informações de outros países começam a ganhar mais força nos jornais nacionais (apesar do controle da ditadura com a Lei de Imprensa). No início do ano de 1976 começara a ser publicado no jornal *Última Hora* a *Coluna do Meio*, o então jornalista Celso Curi comentava sobre personalidades da subcultura gay nacional e internacional e sobre bares e clubes na cidade de São Paulo.

Inspirados na *Coluna do Meio*, ainda em 1976 é publicado o *Gente Gay*<sup>25</sup> por antigos redatores e leitores de *O Snob*<sup>26</sup> e alguns outros jornalistas<sup>27</sup>. Foram responsáveis por abrir caminho para a imprensa homossexual<sup>28</sup> negociando espaço com os censores da ditadura. O termo gay então conhecido por homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo “havia entrado no léxico popular” (GREEN, 2019, p. 431). O jornal também trazia informações sobre o movimento gay internacional.

---

<sup>25</sup> Em dezembro de 1976, em uma atmosfera política mais propícia, os antigos redatores e leitores de *O Snob* decidiram produzir um novo periódico direcionado ao público homossexual, o *Gente Gay*.

<sup>26</sup> O *Snob* parou de circular em junho de 1969, após 99 edições regulares e uma edição como retrospectiva

<sup>27</sup> Dentre eles: Anuar Farad, Agildo Guimarães, Hélio Fonseca e José Rodrigo.

<sup>28</sup> Sobre a imprensa homossexual no período ditatorial brasileiro (1964-1985) ver o artigo *Um Lâmpião iluminando esquinas escuras da ditadura* do comunicador Jorge Caê Rodrigues publicado no livro *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, QUINALHA, GREEN (Orgs.)

## 2.2 A emergência da organização política

Como desenvolvido no capítulo 1 dessa dissertação e no tópico anterior a Ditadura Cívico-Militar não vai, de modo algum, criar ou inaugurar a homofobia no Brasil, porém, o conjunto de valores, a supressão dos direitos individuais e o acirramento da violência possibilitarão que costumes, desejos, afetos e corpos hajam de forma distinta.

Após o lançamento do *Lampião* e seguindo os bons ventos possíveis a partir da perda de forças da Ditadura Cishetero-militar frente à abertura política, se articulou em São Paulo um grupo homófilo que se autodenominou *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais (NADH)*, a participação dos integrantes variava e de início tinha um caráter parecido à tentativa sem êxito de João Silvério Trevisan de 1976.

Ao fim do ano de 1978, como aponta Green, discussões acaloradas tomaram o grupo em razão do próprio nome. Para alguns o nome do grupo afastava outros homossexuais que desejavam se organizar, mas não queriam se expor tanto. Dentre as propostas estava a de que “expressasse claramente a proposta da organização, e sugeriram Grupo de Afirmção Homossexual” (GREEN, 2019, p.442). As propostas com o termo “gay” eram na hora rejeitadas, pois, segundo os integrantes, imitava o modelo norte-americano. Outra proposta foi em homenagem à Frente de Libertação Homossexual Argentina, exemplo de articulação na Argentina. No consenso final das discussões escolheram Somos: Grupo de Afirmção Homossexual.

Um ponto de inflexão fundamental na leitura do movimento homossexual no Brasil e que aparece como pontapé das profundas mudanças na estrutura teórica, metodológica e orgânica não do *Somos*, mas do incipiente Movimento Homossexual Brasileiro, são as discussões ocorridas em 06 de fevereiro de 1979 no evento “*Minorias*” brasileiras - mulheres, negros, índios e homossexuais promovido pelo Centro Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ali evidenciou ainda mais as contradições existentes entre movimento homossexual e as esquerdas. “Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica” (GREEN, 2019, p. 443). A mesma questão que aparecera na tentativa de organização em 1976 continuara a pairar sobre as organizações e grupos ativistas que emergiram, nas diferentes territorialidades do país.



A organização do Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados (EBHO) em abril de 1980 articulou oito grupos na cidade de São Paulo. Gays e Lésbicas superlotaram o teatro Ruth Escobar. Já no 1º de Maio de 1980, dia do trabalhador, um grupo de cerca de cinquenta gays e lésbicas marchou com outros militantes em São Bernardo do Campo no ABC Paulista. O ato fora conclamado pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC em resistência à prisão do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

O aprofundamento e a polarização que aparecera desde a tentativa de organização em 1976 havia constituído um ruído no grupo. Parte composta por Trevisan se intitulava autonomista e não queria articulação com a esquerda “homofóbica” e machista à época. Outra parte, composta por James Green, também militante da Facção Gay da Convergência Socialista, via a saída da ditadura e do regime autoritário no alinhamento e conciliação com as esquerdas.

Essa polarização existiu em certa medida pela falta uma teoria que oferecesse aos militantes uma leitura das inúmeras categorias de análise possíveis ou mesmo uma leitura interseccional que compreendesse a complexidade e pontos de atravessamento das identidades (GREN, 2018). Culminou no ato do dia do trabalhador de 01 de maio de 1980 e resulta no racha do *Somos* com a saída: 1) do grupo de tendências autonomistas, com o João Silvério Trevisan fundando o *Outra Coisa* (que não conseguiu manter vida orgânica); 2) na saída das lésbicas que formavam o *Grupo de Apoio Lésbico Feminista* (LF) dentro do *Somos* e aproveitaram o ensejo para formar o *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF).

Como citei acima, João Silvério Trevisan foi um dos fundadores do *Somos* e do jornal *Lampião da Esquina*. Em sua leitura, desde o princípio da organização “havia[m] dificuldades consideráveis para elaborar alguma consistência conceitual, graças à inexperiência e pioneirismo de um debate sobre direitos LGBTs” (TREVISAN, 2018, p. 137). Trevisan fora um crítico ferrenho à esquerda que reproduzia valores machistas e homofóbicos da época inspirado por ideais antiautoritário e libertário. “Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome” (TREVISAN, 2018, p. 138), todavia eram atacados pela direita e deixados (propositalmente) de lado pela esquerda, isso quando as ações da esquerda não eram mais efetivas quanto às agressões físicas e verbais. Trevisan também se refere ao debate

ocorrido em 1979 no C.A. de Ciências Sociais da USP como sendo um ponto importante para a maturidade e articulação do incipiente grupo.

A mudança no nome do grupo para Somos viria também desse amadurecimento político de seus militantes,

alterneiro, propositivo e abrangente, reivindicando nosso direito de sermos o que éramos. Mas era também um nome de natureza palindrômica: nosso estado de ser se afirmava com tal determinação que até mesmo quando lido ao contrário continuava sendo aquilo que é [...] mesmo pelo avesso, o reflexo sempre refletiria que somos. (TREVISAN, 2018, p. 138)

A solidariedade entre homossexuais e a absoluta autonomia das suas vozes eram objetivos políticos centrais para o grupo. Trevisan dá mais detalhes sobre a estrutura orgânica e organizativa do Somos, segundo proposta que defendia, por exemplo, “forma rigorosamente horizontalizada, evitando qualquer concentração de poder e lideranças centralizadora” (TREVISAN, 2018, p. 138-139), assim todas as vozes seriam ouvidas e evitariam silenciamento em um grupo já silenciado e abjeto.

Os debates teóricos também partiam se não do zero no país, mas bebendo de ativismos colhidos em outros países e em atividades e elaboração do feminismo. A descentralização e o antiautoritarismo defendidos por Trevisan no Somos era, sobretudo contrário a “práxis política da esquerda autoritária de então” (TREVISAN, 2018, p. 139). A exemplo da inexistência de endereço físico, apontado por James Green como um problema para o grupo que teria que ficar de casa em casa em busca de lugar para reunir, para Trevisan o rigor autonomista possibilitava a descentralização do grupo, criando apenas uma Caixa Postal.

Foi criado no grupo um colegiado gerenciador, que se renovava a cada três meses. Esse colegiado era formado por militantes escolhidos nos subgrupos do Somos, que nesse período tinha cerca de 100 militantes. Esses subgrupos obedeciam a estrutura organizativa do Somos e eram chamados de “grupos de reconhecimentos”, sendo divididos em “atuação externa, serviços burocráticos, atuação lésbico-feminista, divulgação externa, estudos na área homoerótica e atividades artísticas” (TREVISAN, 2018, p. 139).

“O processo começou a ruir quando a Fração Gay da Convergência Socialista entrou no Somos” (TREVISAN, 2018, p. 139), o caráter antiautoritário do grupo que

permitira a existência do Grupo Lésbico Feminista dentro do Somos se abriu para um novo subgrupo.

Cabe aqui explicar que o livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, lançado em 2018, é o primeiro a conter publicações dos dois grandes militantes e intelectuais do movimento homossexual no Brasil, seja na atuação do movimento homossexual, seja nas formulações e análises possíveis a partir de suas produções acadêmicas.

Para Trevisan, a entrada de Green simbolizou a entrada das velhas práticas e vícios da esquerda e do estalinismo na disputa por hegemonia que em sua opinião estava viva na *Convergência Socialista* apesar de suas tendências trotskistas críticos a Stalin (TREVISAN, 2018).

Os autonomistas do Somos passaram a perder lugar para a defesa coesa das propostas de Green, que segundo Trevisan eram debatidas antes para os momentos de votação, o que para ele perdia o senso de solidariedade entre os oprimidos, valor e objetivo fundamental desde a fundação do grupo.

Em abril de 1980 como já assinalado por Green, ocorre o primeiro *Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)*, porém para Trevisan o encontro foi mais um espaço de disputa da *Convergência Socialista*, pois, segundo ele, na hora da votação pessoas alheias ao movimento apareceram para votar nas posições da Convergência Socialista e simpatizantes. “Estarrecidos pela manobra suja, decidimos tirar a prova dos nove: passar a mão na bunda como teste de resistência. Não deu outra: ao serem apalpadados, os alienígenas machões protestavam e davam saltos de horror. (TREVISAN, 2018, p.141).

Nos anos que se seguem a Ditadura Cisheteromilitar executou um profundo processo de higienização e precarização dos trabalhos de travestis e michês que se prostituíam no centro de da cidade de São Paulo (GREEN, 2019). O delegado Richetti empreendeu um processo de fichamento e limpeza desses corpos das ruas, chegando a prender mais de 500 travestis e michês por dia, mantendo detidas por vários dias, a fim de prejudicar nas rendas mensais e causar expulsões de apartamentos, casas e alojamentos não pagos. As consequências do “milagre econômico” marginalizaram ainda mais esses corpos dissidentes.

Nos atos no qual participava, a Convergência Socialista fizera um enorme esforço propagandístico como é o exemplo do ato de junho de 1980, contra as prisões arbitrárias do delegado Richetti, “uma faixa enorme e sobranceira ostentava o nome ‘Facção Gay da Convergência Socialista’ - mensuradamente erguida para se tornar a mais visível” (TREVISAN, 2018, p. 141).

Mas foi no ato de 1º de maio de 1980 o estopim da cisão do Somos, a partir da decisão de participar do que Trevisan chama de “comemoração” no Estádio Vila Euclides. A manifestação conclamada pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC e pelo movimento sindical em geral, iria utilizar o movimento homossexual apenas como acessório,

ou seja, a mais avançada, com uma inédita proposta pró homossexual [...] esse fato polêmico [...] determinou a divisão definitiva dentro do Somos, já que não era mais possível conviver num ambiente de desconfiança, em que todo o grupo tinha que seguir a linha determinada previamente por James Green e sua turma. (TREVISAN, 2018, p. 142)

Trevisan também sinaliza que sua dedicação maior ao jornal *Lampião da Esquina* nesse período e conseqüentemente sua ausência dos espaços da organização foi fundamental para a tomada de liderança das forças mais ligadas à esquerda. “A tal ponto que precisei divulgar uma carta dentro do Somos, alertando que ele estava longe de ser meu porta-voz.” (TREVISAN, 2018, p. 142)

A padronização da heterossexualidade revolucionária compulsória assumida pela esquerda naquele período atingira duramente os desejos e marcaram os corpos de pessoas LGBTs que militavam nos partidos de esquerda ou que giravam em sua órbita, “foi assim que o grupo hegemônico passou a manifestar incômodo com as bichas efeminadas, cujo padrão afetado podia escandalizar a seriedade das lideranças proletárias” (TREVISAN, 2018, p. 142).

Essa denúncia é outro ponto fundamental de inflexão na emergência do Movimento Homossexual Brasileiro, a “masculinidade revolucionária” e a ausência de categorias de análise que possibilitasse a interseccionalidade das estruturas na luta violentaram subjetiva e objetivamente esses corpos abjetos em prol da “luta maior”, revolucionária. O discurso comum de que a homossexualidade era um “desvio burguês” legitimou práticas de exclusão próprias como no caso de Herbert Daniel que tivera que

“esquecer” sua sexualidade (ou mutilá-la, visto que ele não esquecera e chegou a se declarar algumas vezes a companheiros na luta armada) (GREEN, 2018). “Num debate sobre o tema, causou furor quando Zezé, uma das bichas mais pintosas dentro do Somos, apareceu provocadoramente de batom, unhas pintadas e sapatos de salto alto.” (TREVISAN, 2019, p. 142).

Após a ruptura o grupo de Trevisan foi batizado de *Outra Coisa*, ainda em referência ao *Somos*, no jogo com a linguagem explicitavam que “Somos Outra coisa”, porém acabou não durando muito. A Convergência Socialista por sua vez se integra ao recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) levando o Somos consigo para as estruturas do partido.

A história do Movimento LGBT no Brasil tende a ter pontos de vista, em quase sua totalidade, masculinos. De homossexuais masculinos. Marisa Fernandes, Historiadora e uma das militantes do grupo *Somos* projeta luz sobre a invisibilização das mulheres na bibliografia sobre o movimento e durante o processo de pesquisa para a escrita deste artigo percebi que todos os autores além de homens privilegiavam o ponto de vista da atuação dos homens gays na atuação do movimento. Expor essa ferida na História é necessária. Marisa Fernandes, expoente nas pesquisas sobre a atuação das mulheres lésbicas no movimento LGBT brasileiro, é intencionalmente trazida nesta revisão como potencial político de horizontes mais plurais.

As mulheres lésbicas vieram a entrar no Somos oito meses após sua fundação, a partir de fevereiro de 1979, coincidentemente oito dias após o debate sobre minorias da USP promovido pelo CA do curso de Ciências Sociais. Em três meses na organização as mulheres lésbicas perceberam as atitudes de discriminação dos companheiros gays. O termo usado internamente de “bicha”, “racha” e “rachada” começou a ser utilizado para se referir às mulheres causando desconforto junto as companheiras que reafirmavam sua identidade enquanto mulheres lésbicas. (FERNANDES, 2018, p. 93)

Na estrutura orgânica do Somos as lésbicas compunham os grupos de identificação, sendo divididas duas por cada grupo, visto serem minoria dentro da organização, assim quase não conseguiam falar. “Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres - e não apenas como homossexuais femininas - geravam dupla discriminação” (FERNANDES, 2018, p. 93). Resolveram que a singularidade da interseção entre ser mulher e lésbica iria para além dos grupos de

identificação. Em 07 de julho de 1979, numa reunião geral, elas se posicionam em frente de todos os companheiros do Somos e dizem que passarão a atuar como um novo subgrupo, independente frente à centralização masculina. Surge o Grupo Lésbico Feminista (LF).

Vale registrar que não eram todas as lésbicas do SOMOS que estavam no LF, mas foram as do LF que decidiram; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade do para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o somos e buscar alianças com o movimento feminista. (FERNANDES, 2018, p. 93)

As *LFanas*, como se autointitulavam, foram atacadas dentro do *Somos* como “históricas” e “divisionistas”, porém receberam apoio de alguns gays do grupo. A inexistência de experiências organizativas lésbicas foi um empecilho a primeiro momento, mas depois o grupo continuou a crescer criando subgrupos de reconhecimento próprio como o Grupo de Reflexão (debates sobre feminismo e homossexualidade), Agitação/Atuação e o LF Artes (fotografia e audiovisual). Chegaram a ter mais de 30 lésbicas organizadas.

A absorção de teorias feministas, o combate a reprodução dos papéis de gênero tão cristalizados nesse período pelo estado e pelos grupos revolucionários, pelo fim da monogamia incentivando relações abertas e pelo fim da propriedade privada da mulher. Porém as dificuldades em relação a uma teoria lésbica faziam aparecer algumas contradições, por exemplo, Marisa Fernandes conta que as mulheres lésbicas do “gueto” se entendiam a partir da identidade de entendidas, diferente da sapatão que tinha trejeitos mais masculinizados, assim reproduziam os relacionamentos heteronormativo. Como aponta “em um casal, a masculinizada era a ‘fanchona’ e a feminina era a ‘lady’” (FERNANDES, 2018, p. 95).

Em 1980 e 1981 o LF foi chamado para o II e III (respectivamente) Congresso da Mulher Paulista, seria a primeira aparição em público do LF.

Nesses congressos, as lésbicas do LF defendiam que as mulheres lutassem pelo prazer e pela sua sexualidade como um direito; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina, que aceitava a igualdade da mulher; e que tomassem conhecimento de que a heterossexualidade é imposta e transformada em norma, uma convicção moral que oprime, fragiliza e promove submissões, bem como impede o reconhecimento de realidades, existências e sexualidades plurais. (FERNANDES, 2018, p. 95)

As mulheres acharam as ideias muito radicais. Durante uma reunião da comissão organizadora no Sindicato dos Jornalistas alguns homens portando correntes invadiram

a sala para atacar as mulheres, as lésbicas para serem mais aceitas tomaram a frente para impedir a invasão.

Já no II Congresso, bem maior, contava com cerca de 3000 participantes e cerca de 600 crianças. Os homens gays do Somos ficaram responsáveis pelas 10 creches organizadas para melhor participação das mães. As lésbicas do LF formaram dois painéis um primeiro intitulado “E eu não sou uma mulher?” em referência ao discurso da negra e abolicionista norte americana *Sojourner Truth*, reivindicavam seu lugar de mulher e denunciavam a invisibilização. Um segundo painel intitulado “Amor entre Mulheres” era composto por fotos sensuais, eróticas de algumas integrantes do LF. Todavia os dois painéis foram destruídos pelas mulheres do encontro, além da recusa em ler o documento “Mulheres Violentadas” na plenária final, o primeiro documento dentro do movimento feminista a denunciar os casos de violência contra as mulheres. O movimento lésbico “impactou profundamente a discussão sobre sexualidade junto às mulheres de baixa renda” (FERNANDES, 2018, p. 97) e heterossexuais.

No ato do 1º de maio de 1980, dia do trabalhador, algumas lésbicas aderiram e participaram da passeata, porém “uma divisão irreconciliável instalou-se no grupo” (FERNANDES, 2019, p. 98). 16 dias após o ato as mulheres lésbicas do LF se retiraram definitivamente do Somos. O nome do grupo, agora todo no feminino, foi para Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

Para arrecadar dinheiro vendiam boletins, faziam festas do para lésbicas, passaram a ter uma sede própria. Atuaram fortemente no ato contra as prisões arbitrárias do delegado Richetti a partir de abril de 1980. Junto com outros grupos de homossexuais, feministas, do Movimento Negro Unificado. As lésbicas tomaram a frente da passeata de mãos dadas segurando duas faixas escrito: PELO PRAZER LÉSBICO e CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL. Alguns dos teóricos do movimento LGBT no Brasil, dentre eles a Marisa Fernandes, configuram essa passeata como sendo a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo (FERNANDES, 2018).

Em janeiro de 1981 as lésbicas do GALF e outras lançaram o *ChanacomChana*, primeiro periódico lésbico do Brasil. No *III Congresso da Mulher Brasileira* o jornal foi lançado em caráter experimental e efetivamente apenas em janeiro de 1983 a 1987.

Na noite de 23 de julho de 1985, enquanto vendiam o *ChanacomChana*, as lésbicas do GALF foram proibidas de vendê-los dentro do *Ferro's Bar*, importante espaço de gueto e homosociabilidade da subcultura lésbica paulistana. Em 19 de agosto, liderado pela militante Rosely Roth, lésbicas, homossexuais, defensores dos Direitos Humanos, políticos e a imprensa invadiram e protestaram no *Ferro's Bar*, um marco na história do movimento LGBT no Brasil, pois, como relembra Marisa, em homenagem a Rosely Roth, a partir do ano de 2003, na data de 19 de agosto, celebra-se em São Paulo, o Dia do Orgulho Lésbico (FERNANDES, 2018).

O GALF fez duras críticas ao feminismo hegemônico da época chamando de heterofeminismo, por serem porta-voz de práticas heterocentradas e excludentes das dissidências sexuais causadas pelo heterossexismo e pela heterossexualidade compulsória, tão denunciada pelas lésbicas do GALF. “O GALF deixou de existir em 1989. [...]. Suas lutas e resistências foram contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres. (FERNANDES, 2018, p. )

Alguns pontos são convergentes são centrais na leitura do Movimento LGBT no Brasil, sobretudo no ano de 1980. O racha interno do Somos desestabilizou vários outros coletivos e grupos LGBTs espalhados pelo país, por outro lado, de algum modo, descentralizou também o movimento, antes centrado no eixo Rio-São Paulo.

### **2.3 Nós Também Somos!**

A “abertura lenta, gradual e segura” ocorrida no governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, trazia novos ares para a repressão ocorrida no Brasil após a Guerrilha do Araguaia e a dura repressão aos que resistiram na luta armada, após os Atos Institucionais (AI), sobretudo o mais autoritário, o AI-5, Movimentos Sindicais e estudantis, levados à ilegalidade, reaparecem e são reconstruídos, surgem movimentos ligados às formas de opressão (que serão relegados pela esquerda como grupos de minorias ou grupos identitários) como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Movimento Feminista, o Movimento Homossexual Brasileiro, o Movimento Ecológico e outros.



Assim, após o AI-5 (1968) e as incontáveis mortes na Guerrilha do Araguaia, as instituições e grupos de trabalhadores e estudantes passaram a ter atuações mais pontuais. Na UFPB, segundo entrevista publicada no artigo *Tempos intranquilos, sonhos férteis: movimento estudantil na ufpb de 1976 a 1979*, da Historiadora Talita Hanna Cabral Nascimento, “O DCE não fazia a luta reivindicatória e política. Emitia carteirinha de estudante e deveria participar ou apoiar a Associação Atlética nas atividades esportivas.” (NASCIMENTO, 2014, p. 588). E continua, “é a partir da luta contra a implantação dos tickets nos transportes coletivos que houve o ponto inicial da articulação estudantil acadêmica, em conjunto com os estudantes secundaristas” (NASCIMENTO, 2014, p. 589).

O então Reitor da UFPB, Lynaldo Cavalcante, segundo relato de entrevista publicado pela Historiadora era uma “pessoa ligada ao regime, mas que tinha uma visão mais aberta.”, o entrevistado continua “ele um cara inteligente, sabia que haveria um controle melhor se as coisas estivessem abertas, que ele pudesse ver” (NASCIMENTO, 2014, p. 589-590).

Os alunos e alunas do recente curso de Comunicação<sup>29</sup> criarão o jornal *Bocão*, onde analisavam a conjuntura política paraibana. Nos anos que se seguem, a arquidiocese da Paraíba, no nome do arcebispo Dom José Maria Pires, irá anunciar apoio aos seguidos atos estudantis, mesmo quando novamente reprimidos em 1977.

Em 1979, após tentativas de reorganização do Movimento Estudantil (ME) da universidade e de reestruturação da UNE, estudantes da UFPB organizarão a “Calourada 79”, como relata o documento de nº 0188, de 02 de maio de 1979. Na ocasião, a calourada serviu para arrecadação de dinheiro para o deslocamento dos/das estudantes. Na calourada, o prefeito de João Pessoa, Damásio Barbosa da Franca, havia sido aplaudido pelos estudantes ao prometer “uma ajuda de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil Cruzeiros)<sup>30</sup>”.

Pedro Nunes, estudante do curso de Comunicação, foi do DCE da UFPB no ano de 1979 e um dos alunos da Paraíba que participaram do 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), com o intuito de reconstruí-la,

---

<sup>29</sup> “Comunicação Social, habilitação em Jornalismo em 1977, ligado ao antigo Departamento de Artes e Comunicação (DAC) do CCHLA, com a resolução 24/77, de 24 de março de 1977, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).”

<sup>30</sup> Ver como citar arquivo do SNI

teve o Congresso de reabertura da une, você veja bem... Olha, o Congresso de reabertura da UNE eu fui delegado, né? Eu fui um dos Delegados. [...] aí eu entrei no DCE. Depois eu participei do Diretório Acadêmico, o nome do diretório acadêmico a gente colocou o nome da pessoa que foi morta pelo regime militar, Vladimir Herzog. Isso aí é uma afronta para época, entendeu? (Pedro Nunes Filho, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Outro estudante a compor o Movimento Estudantil foi Henrique Paiva Magalhães que afirma, “eu fui um dos fundadores PT aqui na Paraíba, então eu tava dentro também do movimento geral, partidário, eu participei da fundação do PT. Eu participei da reconstrução da UNE, União Nacional dos Estudantes, quando ainda a Ditadura estava com toda a força.” (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Esses estudantes compunham as frentes de juventude na luta por liberdade, aquilo que as Esquerdas chamavam de “luta maior”, em contraponto das “lutas minoritárias”, pois segundo uma leitura secular do marxismo, após a revolução socialista e tomada do poder, todas as contradições teriam fim. Como diz Henrique em outro momento da entrevista “a luta dos trabalhadores é como se fosse à luta maior e a gente era, para eles, uma luta minoritária” (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Já em 1980, os encontros da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) aglutinavam pautas de diferentes movimentos, diferentes tendências de luta e se afirmava como um lugar de coesão estratégica da atuação política nas ruas e nas universidades. Esse é um ponto de inflexão ainda turvo na História do Movimento Homossexual na Paraíba, todas as entrevistas analisadas apontam para a emergência do Grupo Nós Também no ano de 1980, no encontro da SBPC em Salvador, Bahia. Porém, no site da SBPC, o encontro de 1980 ocorreu no Rio de Janeiro, tendo o encontro na Bahia ocorrido no ano seguinte, em julho de 1981. De todo modo utilizarei a data de 1980 a partir de um entrecruzamento com outras fontes como: *a*) as memórias dos entrevistados e da entrevistada nas transcrições em arquivo; *b*) a carta de “Objetivos” lançada pelo grupo e assinada em 21 de dezembro de 1980; *c*) o jornal Lampião da Esquina que divulga o Nós Também na sessão “Escolha seu grupo” já na edição de novembro de 1980, bem como o nome do próprio Henrique Magalhães como um dos vendedores do jornal no estado da Paraíba.

A partir desse cotejamento, utilizo o ano de 1980 como o marco de fundação do Movimento Homossexual Brasileiro na Paraíba, o que não quer dizer que não tenha havido outras experiências organizativas como as reuniões em casas, bares ou em prol das divas de rádio, porém aponto esse ano como marco da organização política de sujeitos de desejo dissidentes.

nós fomos a um encontro do SBPC em Salvador. E lá teve... Um dos debates foi sobre o Movimento Gay no Brasil. Acho que foi puxado talvez pelo GGB [Grupo Gay da Bahia], mas a gente aproveitava esses eventos grandes na universidade para colocar as pautas, pautas de interesse da gente. Então nesse debate foi muito interessante que a gente percebeu que tinha vários grupos já surgindo no país: no Rio de Janeiro, em São Paulo... Não posso afirmar, mas tinham vários... E aí no final dessa reunião uma amiga nossa, que não era homossexual, ela disse: ‘olha se existe o grupo Somos, vamos botar o nosso telefone porque vai ter o grupo Nós Também. Nós também somos né?’. Nós Também, daí o nome Nós Também. Aí ela colocou o telefone, o endereço de onde eu morava com ela lá no Castelo Branco. E aí quando nós voltamos começamos a receber correspondência para esse endereço, de pessoas interessadas em saber o que era o grupo, o que é que fazia. Então como não existia grupo nenhum, ela fez uma brincadeira. Nós nos reunimos alguns amigos, que inclusive tinha ido para SBPC. Disse: ‘olha, a gente vai ter que decidir se nega, se diz que não existe, ou se a gente decide fundar o grupo’. E parte para fazer movimento e aí surpreendentemente várias pessoas da Universidade foram para essa reunião, alguns professores e estudantes e a gente decidiu montar o Nós Também a partir daí, a partir desse evento. Então surgiu imediatamente após a reunião do SBPC (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Na análise genealógica, afirma Foucault,

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a regra de uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (Foucault 2012, 73).

Compondo um jogo aberto de heterogeneidades, de descaminhos, causalidades, a emergência do grupo Nós Também é ao mesmo tempo efeito e causa. Efeito de uma multiplicidade de discursos e causa de sujeitos atravessados e inseridos por seu tempo histórico, atendendo a demandas e perguntas de seu tempo, como afirma Henrique,

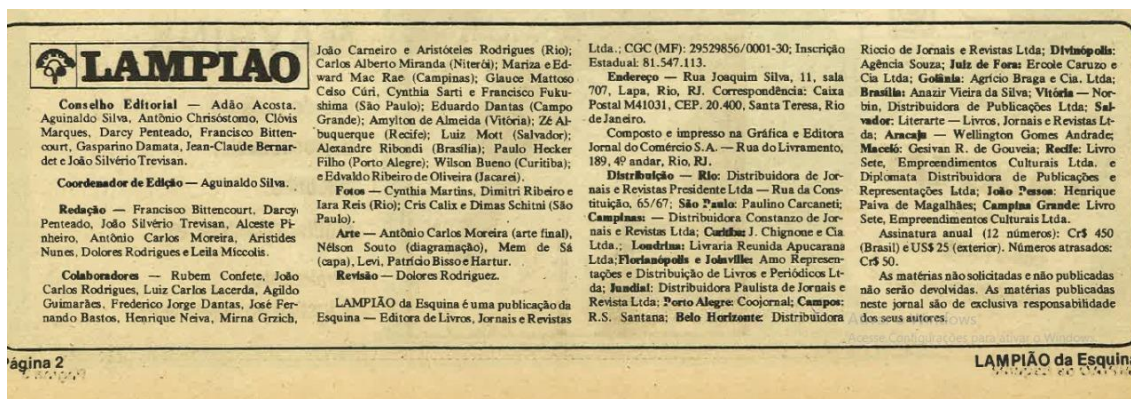
Mas foi assim quase como um acaso, né?! É claro que aquela reunião nos motivou muito né? Se não tivesse motivado a gente não teria feito o grupo. Então nós somos consequência daquele debate que aconteceu em Salvador na SBPC. Foi a partir dali que veio o nosso interesse em fazer um grupo para fazer militância gay na cidade (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Paralelo à organização do grupo Nós Também, Henrique Magalhães era um assinante do jornal Lampião da Esquina. O Lampião de fato iluminou as possibilidades de ser homossexual a partir de uma mídia nacional, distribuída em larga escala, completamente direcionada ao público homossexual. O jornal também atualizava, a cada edição, informações sobre os lugares de homosociabilidade, de pegação, as gírias, as identidades. As informações, dissidências e atuações do Somos também era constantemente publicadas no jornal para que fosse de conhecimento do restante dos homossexuais e dos grupos organizados em todo o país. Em outras palavras, o jornal também foi importante na formação do Nós Também, segundo Henrique

Então, quando eu descobri isso [sobre organização de homossexuais], principalmente por intermédio do jornal Lampião, que eu acho que eu assinava, que eu representava aqui na Paraíba, eu fui distribuidor de Lampião, então eu lia tudo sabe?! que vinha... Principalmente os artigos de João Silvério Trevisan que para mim é um mentor, é um cara que abriu a minha mente para a homossexualidade enquanto a atividade política, né? Então isso aí fez com que em certo momento um grupo de amigos se reunissem para afundar um grupo de militância homossexual na cidade. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

De fato, a partir da edição de novembro de 1980 o nome do Henrique Paiva Magalhães figura na categoria “Distribuidores”, como mostra na *imagem 3*, no final da página 02 do jornal, precedido pela equipe técnica (Conselho Editorial, Coordenação da Edição, Colaboradores, Fotos, Arte, Revisão) e o endereço. Vemos também que o jornal foi distribuído em Campina Grande, talvez por uma banca de jornal com nome de Livro Sete, Empreendimento Cultural Ltda, porém nada foi encontrado sobre essa última.

#### Imagem 4: Jornal Lampião da Esquina



Fonte: Jornal Lampião da Esquina, ed. 30, 11/1980, disponível no link <

<https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>, acessado em 07/09/222

Para Henrique o jornal era uma forma de criar coalizões, zonas de intercâmbios nacional e internacional sobre as notícias de homossexuais, produzidos por homossexuais e para homossexuais, dentre as quais estavam às análises dos integrantes do jornal sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), suas dissidências e continuidades, completa

[...] quando eu descobri o Lampião, eu fiquei meio chocado sabe? Comecei a ler, comecei a procurar e me ofereci para distribuir aqui em João Pessoa porque Lampião era alternativo e não tinha uma distribuição massiva no país, eram pessoas de alguns lugares que recebiam distribuíam nas bancas e fazia a prestação de contas. Então eu me ofereci para fazer isso aqui em João Pessoa porque eu queria ter acesso, queria participar de algum modo daquele movimento que surgiu no país, né? Então foi assim que eu tive contato e por um tempo eu fiquei representando Lampião até terminar (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Nessa mesma edição o jornal passa a apresentar o grupo Nós Também entre os grupos organizados pelo país, *imagem 4*, o que pode ter ajudado a divulgar ainda mais o grupo e talvez explicar o grande número de contato de homossexuais que Henrique Magalhães recebeu “Disse: ‘olha, a gente vai ter que decidir se nega, se diz que não existe, ou se a gente decide fundar o grupo’. E parte para fazer movimento e aí surpreendentemente várias pessoas da Universidade foram para essa reunião”(Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

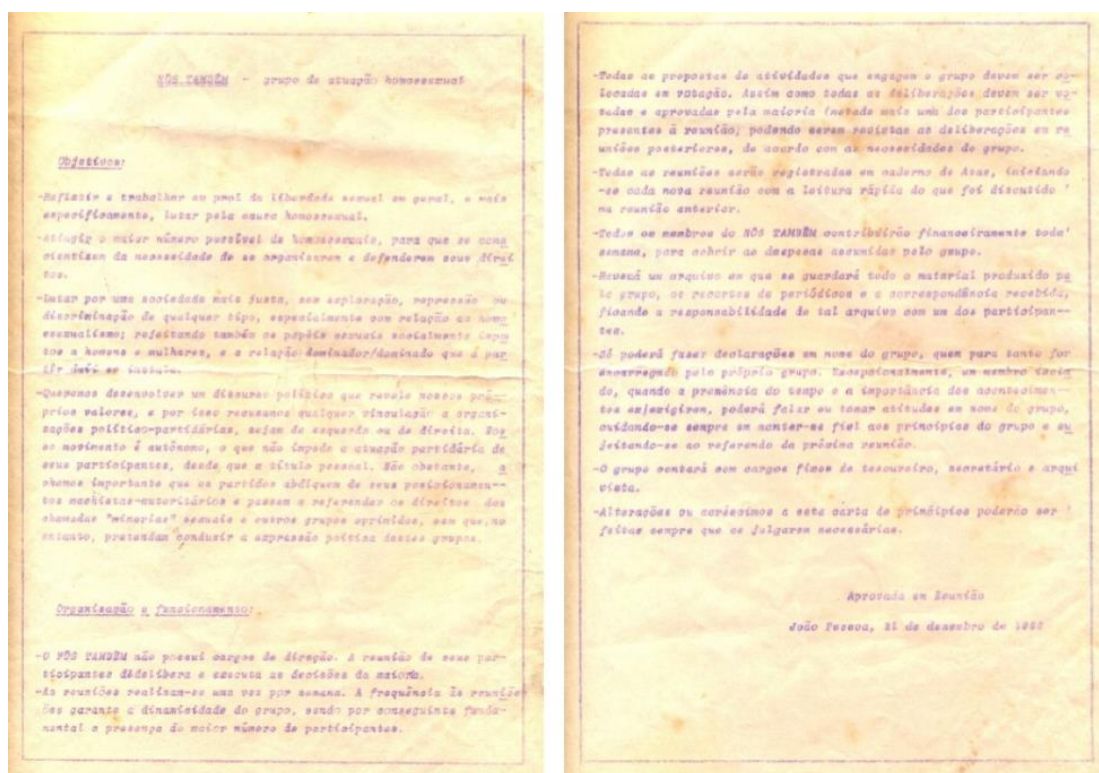
### **Imagem 5: Escolha seu grupo**



Libertinagem, pela Esquina-editora, aliás, primeiro lançamento da editora que compõe o grupo do jornal Lampião da Esquina.

Após divulgado, o grupo se reúne e decide por construir um grupo de autoconhecimento, autoafirmação, autopercepção e ao mesmo coletivizar essas e outras experiências do ser um sujeito de um sexo que não sente atração pelo sexo oposto. Em pleno domingo, dia 21 de dezembro de 1980, o Nós Também lança uma espécie de manifesto, de carta de princípios, dividido em dois momentos: a) Objetivos e b) Organização e funcionamento; conforme mostra na imagem a seguir.

### Imagem 6: Carta de Princípios do Nós Também (1980)



Fonte: Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

#### Objetivos:

- *Refletir e trabalhar* em prol da liberdade sexual em geral, e mais especificamente, lutar pela causa homossexual.
- *Atingir* o maior número possível de homossexuais, para que se conscientizem da necessidade de se organizarem e defenderem seus direitos.
- *Lutar* por uma sociedade mais justa, sem exploração, repressão ou discriminação de qualquer tipo, especialmente com relação ao homossexualismo; rejeitando também os papéis sexuais socialmente impostos a homens e mulheres, e a relação dominador/dominado que a partir dali se instala.

- Queremos desenvolver um discurso político que revele nossos próprios valores, e por isso recusamos qualquer vinculação a organizações político-partidárias, sejam de esquerda ou de direita. Nosso movimento é autônomo, o que não impede a atuação partidária de seus participantes, desde que a título pessoal. Não obstante, achamos importante que os partidos abdicuem de seus posicionamentos machistas-autoritários e passem a referendar os direitos das chamadas “minorias” sexuais e outros grupos oprimidos, sem que, no entanto, pretendam conduzir a expressão política desses grupos. (Carta de Princípios, Nós Também, 1980 [grifos meus])

Os três primeiros objetivos iniciam com verbos de ação que propõem, a meu ver, um tripé organizativo de: organização (trabalhar/atingir), formação (refletir) e luta/atuação (trabalhar/lutar). Me parece também que esse tripé se retroalimenta, sendo difícil e prejudicial desarticulá-lo em instancias separadas (mesmo como fiz acima em caráter didático).

Logo na primeira linha, os verbos *refletir* e *trabalhar* mostram uma grande preocupação do Movimento Homossexual em sua emergência de produzir uma espécie de “contra-saberes”, apoderarem-se de teorias e epistemologias que explicassem, de algum modo, mais do que quem são esses sujeitos, mas quais são as causas que levam esse sujeitos a serem considerados abjetos, subalternizados, minorizados. Talvez seja exatamente por isso que, no segundo objetivo (se é que posso hierarquiza-los de algum modo), o verbo *atingir* seja usado no sentido de incorporar uma quantidade cada vez maior de homossexuais ao grupo, elevando seu nível de “conscientização”, termo bastante usado no vocábulo da esquerda marxista.

O terceiro objetivo é o ultimo a iniciar com um verbo, nesse caso *lutar*, mostra como o Nós Também estava antenado com as críticas levantadas pelo Movimento Homossexual Brasileiro aos papéis de gênero e como estes servem para manutenção de um modelo de dominação da figura masculina, em outras palavras, à cisheteronormatividade (BUTLER, 2019; VERGUEIRO, 2012) produzida pela heterossexualidade compulsória (RICH, 1993). Essa crítica é também alimentada pela liberdade sexual existente numa crítica à monogamia como braço articulador da manutenção do controle dos corpos,

[...] mas todo mundo transava com todo mundo e era o prazer e é claro que se buscava uma relação afetiva, amar e conviver, ter uma relação, mas não tendo transava assim mesmo. Então era uma coisa de libertação das tensões sexuais, independente se ia namorar ou não, isso era muito comum... Amigos transar com amigos, transar com desconhecidos, transar... (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).



É possível se deparar com termos como “homossexualismo” no terceiro objetivo quando fala “especialmente com relação ao homossexualismo”, o que reflete que são grupos sujeitos aos seus regimes de verdade, localizados no tempo a qual o sufixo “ismo”, mesmo se referindo à doença, era utilizado pelo MHB. Pouco tempo depois os grupos irão acampar a luta contra a patologização da homossexualidade, que será retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990. Um dos grupos a capitanearem esse movimento a nível nacional foi o GGB<sup>31</sup>.

O último ponto dos objetivos aponta para um ponto de inflexão importante da emergência do MHB que o distingue das formas de atuação contra a Ditadura-Cisheteromilitar, inclusive porque as esquerdas também estavam empestadas pela figura do *macho revolucionário* (GREEN, 2012). Nesse último ponto o grupo reafirma sua autonomia e o fato de que o MHB não nasceu no seio da esquerda e muito menos da direita brasileira, o que não o coloca como isento ou ligado às forças de centro, muito pelo contrário, apresenta sua autonomia a partir de fissuras provocadas no âmbito das resistências organizadas contra as forças repressoras da Ditadura. Autonomia inclusive contra as forças repressoras que foram as esquerdas. Grupos de homossexuais criticarão veementemente as tentativas de: *a*) exclusão desses sujeitos às trincheiras de luta (dita luta maior) e *b*) às tentativas de tutela por parte das esquerdas ao perceberem o potencial organizativo dessas bichas.

Esse objetivo analisado acima dialoga diretamente conectando com o segundo tópico *Organização e funcionamento* apresentado nesse documento com o título do grupo Nós Também (que tenho pretensiosamente chamado de “carta de princípios”). Se nesse último objetivo vemos o poder de crítica e de autonomia do Nós Também, no tópico seguinte percebemos que seu horror à hierarquia e ao autoritarismo se expressa nitidamente quanto seu modelo orgânico:

Organização e funcionamento:

- O NÓS TAMBÉM *não possui cargos de direção*. A reunião de seus participantes delibera e executa as decisões da maioria.

---

<sup>31</sup> Ver mais em MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018. cap. 11, p. 211-226.

- As reuniões realizam-se uma vez por semana. A frequência às reuniões garante a dinamicidade do grupo, sendo por conseguinte fundamental a presença do maior número de participantes.

- Todas as propostas de atividades que engagem o grupo devem ser colocadas em votação. Assim como todas as deliberações *devem ser votadas e aprovadas pela maioria* (metade mais um dos participantes presentes à reunião), podendo serem revistas as deliberações em reuniões posteriores, de acordo com as necessidades do grupo.

- Todas as reuniões serão registradas em cadernos de Atas, iniciando-se cada nova reunião com a leitura rápida do que foi discutido na reunião anterior.

- Todos os membros do NÓS TAMBÉM contribuirão financeiramente toda semana, para cobrir as despesas assumidas pelo grupo.

- Haverá um arquivo em que se guardará todo o material produzido pelo grupo, os recortes de periódicos e a correspondência recebida, ficando a responsabilidade de tal arquivo com um dos participantes.

- *Só poderá fazer declarações em nome do grupo, quem para tanto for encarregado pelo próprio grupo.* Excepcionalmente, um membro isolado, quando a premência do tempo e a importância dos acontecimentos exigirem, poderá falar ou tomar atitudes em nome do grupo, cuidando-se sempre em manter-se fiel aos princípios do grupo e sujeitando-se ao referendo da próxima reunião.

- O grupo contará com *cargos fixos de tesoureiro, secretário e arquivista.*

- Alterações ou acréscimos a esta carta de princípios poderão ser feitas sempre que se julgarem necessárias. Aprovada em Reunião

João Pessoa, 21 de dezembro de 1980. (Carta de Princípios, Nós Também, 1980 [grifos meus])

Como citei acima, na entrevista Henrique Magalhães cita João Silvério Trevisan como um “mentor” seu, inclusive o próprio Trevisan virá à Paraíba quando da *Amostra de Cinema Alternativo em 1981* organizado por Pedro Nunes, também integrante do grupo Nós Também, que cita “nós trouxemos o João Silvério Trevisan porque ele tava muito mais vinculado a uma corrente do cinema, de um cinema marginal, não é de um cinema independente, mas Marginal” (Pedro Nunes Filho, arquivo FIOCRUZ, 2022). Cito esse intercambio com Trevisan, pois no processo da cisão ocorrida no SOMOS, descrita no tópico *A emergência da organização política*, é nítida a defesa de um grupo autônomo e horizontal em relação às outras formas de organização e contra todas as formas de hierarquia inclusive das esquerdas daquele período.

Com exceção dos cargos de tesoureiro, secretário e arquivista que eram fixos, todos os outros cargos eram flutuantes e rotativos. A estabilidade desses cargos mostra a preocupação com as finanças do grupo, inclusive no ponto que cita expressamente “todos os membros do NÓS TAMBÉM contribuirão financeiramente toda semana, para

cobrir as despesas assumidas pelo grupo” (Carta de Princípios, Nós Também, 1980); bem como a preocupação com a frequência e com a relatoria das reuniões, atividades geralmente atribuídas ao/à secretária do grupo, o que fica registrado nos pontos “- todas as reuniões serão registradas em cadernos de Atas. [...] - As reuniões realizam-se uma vez por semana [...]”(Carta de Princípios, Nós Também, 1980); o terceiro cargo fixo, que diz respeito ao arquivista é aquele que salta aos olhos de Historiadorxs. Até os dias atuais a Historiografia do Movimento LGBTQIAP+ tem o desafio de desarquivar fontes mofadas, bem guardadas, às vezes até esquecidas devido um desejo de normatização e arrependimento de ativismo pelo “imoral”. Um integrante do grupo responsável por guardar esses materiais simboliza uma profunda preocupação com a História e a memória do grupo. Inclusive no *Quadro 3* apresento a multiplicidades dessas fontes recolhidas.

Aquilo que pode (e é) alvo de desejo de poder, os cargos de direção do movimento, também serão destituídos do Nós Também. Não havia uma direção, porém, segundo Henrique, “havia um núcleo que era muito coeso, muito forte, sabe? Que era Lauro Nascimento, o companheiro dele que era José Augusto, Gabriel Bechara, Sandra Albuquerque, Germana Galvão, “Lu” e Henrique Magalhães” (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022), e completa

então esse núcleo foi o que sustentou, que deu coerência ao grupo, que planejava as ações, que pensou no filme, que fazia os eventos poéticos... Então era um grupo que se reunia todo domingo na casa de Sandra, todo domingo. A gente dizia que era como se fosse para missa. Aí já era muito boa porque a gente criou uma família (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Seguindo a proposta de *Organização e Funcionamento* da Carta de Princípios, as reuniões passaram a ser chamadas de missa, por serem dominicais, principalmente na casa de Sandra Craveiro, como consta na transcrição da entrevista de Pedro Nunes “o local de reuniões na casa de uma professora Sandra Craveiro” (Pedro Nunes Filho, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Essa “família” na qual Henrique fala é um ponto importante. Analisando os relatos das quatro entrevistas percebi que todas falam de uma saída de casa como forma de autocompreensão e posteriormente autoafirmação. Esses sujeitos ao se organizarem trocavam não só experiências de suas sexualidades, mas junto sensibilidades, amores e desamores, desejos e rancores, prazeres e desprazeres, de uma sociedade que os

tratavam com dureza. As reuniões na casa de Sandra Craveiro por um lado mostram o medo de se organizar em qualquer território, visto que, segundo Pedro Nunes Filho,

[...] não tinha presidente, não tinha, não. Tinha nada além de um espaço onde se reunia, mas era essa questão do exercício de uma prática mais né? Inclusive as pessoas que pessoas que, digamos assim, até se escondiam, né? Se escondiam não que eram mais reservados, né?! Dos que digamos que estavam ali presente também, né?! E de pessoas até de diferentes faixas etárias, porque tem ali numa faixa de 23, 24... 22, 23, 24 e 25 e também você tem pessoas mais maduras que estavam se descobrindo naquele momento também como professor Lauro Nascimento. Ele já tinha na época, ele deveria ter os seus 50 anos, ele seria da minha idade hoje mais ou menos, né? Então foi um grande mestre, assim um grande mestre no sentido de sabedoria, e que se descobriu nessa mesma época aí nossa e que para ele foi uma celeuma na vida dele, né?! Assim, porque ele tinha dois filhos, uma esposa, então é uma coisa assim para ele e ele assim foi de uma forma mais intensa mais assim... Até digamos assim... Com transbordamentos porque ali a gente ia com uma, às vezes puxava o freio de mão, mas aí para o Lauro, ele foi ele, assim foi no sentido... Não é nenhuma crítica, nenhuma observação, é no sentido que ele assim que percebeu o quanto é que... O quanto ele Já devia ter se posicionado lá atrás, né? Mas aí você tem ditadura militar, você tem vários fatores ali de uma sociedade conservadora machista, onde assim até nós mesmos assim nos referimos com a expressão Homossexualismo, né? (Pedro Nunes Filho, arquivo FIOCRUZ, 2022)

A casa de Sandra em Tambaú, a Universidade e a cartografia que desenvolverei no capítulo III desta dissertação mostram lugares seguros de afirmação, de performances, de ser a bicha que se é. A celeuma vivida pelo professor da UFPB Lauro Nascimento, contada por Pedro Nunes, exemplifica essas reuniões como lugar de formação e acolhimento. A heterossexualidade compulsória investe seu poder na normatização dos corpos, o que não significa que não havia desejo por parte de Lauro em seu relacionamento com sua esposa, não é sobre isso, mas é sobre não criar referências do que é ser homossexual. O grupo Nós Também, em sua atuação criava rupturas, fissuras no sistema moderno colonial de gênero, nas formas de ser, na política do corpo implantada com a colonização. Talvez nessas fissuras que Lauro enxergou, pelas frestas, novas possibilidades de ser no mundo contrárias à Ditadura-Cisheteromilitar e sua moral cisheterossexista e conservadora.

Apesar das resistências, murais, *outdoors* e atuações pela cidade, era dentro da subcultura homossexual que o Nós Também mais atuava, Bertrand Lira também falando sobre suas sensibilidades em relação ao grupo diz

Não era um barulho para a cidade toda, as pessoas nem sabiam muito da existência do grupo e não entendiam o que era Nós Também, mas o pessoal do meio sabia que era um grupo de defesa das causas, de afirmação da homossexualidade e para mim foi muito importante esse grupo porque eu comecei a aceitar que se chamasse de bicha, que se falasse bicha, que eu

achava super chato, e as pessoas começaram (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Retomando ao primeiro ponto dos objetivos (imagem 6) vemos “*Refletir e trabalhar* em prol da liberdade sexual em geral, e mais especificamente, lutar pela causa homossexual” (Carta de Princípios, Nós Também, 1980 [grifos meus]), como falei anteriormente o verbo refletir vai de encontro com a formação que parece conformar um tripé indissociável: organização, formação e luta/atuação. Nessas reuniões eram comuns espaços de formação que desembocavam nesse processo de autocompreensão e autoafirmação que entrará no segundo ponto dos Objetivos no sentido de “conscientizar”, “eles traziam o material de fora, o pessoal divulgava lá jornais, impressos, essas coisas todas” (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Nesse mesmo sentido Henrique Magalhães fala que

“a gente cresceu muito nas reuniões do Nós Também... Ele funcionou muito mais para nós mesmos, enquanto grupo do que essa atuação externa. Claro que chegou a cidade por causa de outdoor que eu fazíamos, por conta das pichações, por matérias que às vezes saía no jornal que eu publicava [Henrique foi jornalista do O Norte], mas funcionou muito para o nosso crescimento pessoal enquanto grupo, enquanto na questão da sexualidade sabe?! De afirmação, de conquista de uma integridade, foi a partir do Nós Também. Inclusive porque a gente estudava, a gente lia, lia muito. Ia discutir no grupo as questões que iam surgindo. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Em outubro de 1981 o Nós Também lança seu primeiro boletim informativo com quatro páginas mimeografadas (o boletim completo está no *Anexo I*), na *imagem 7* apresento a primeira página que discorre sobre os encontros de formação que aconteceram naquele período. O nome do grupo vem escrito acima de uma flecha que atravessa uma maçã em formato de coração fazendo referencia ao pecado, ao amor e ao desejo no canto superior direito; o boletim é todo azul, característica do aparelho mimeógrafo utilizado para fazer as cópias.

Neste Boletim é possível ver logo na primeira notícia, intitulada TJERK, o quanto as reuniões do grupo formavam esse lugar de apoio mútuo, mas não sem contradições. A notícia conta

Tjerk Von Dan Berg, a exemplo do que fez em outras cidades, passou três dias em João Pessoa, numa convivência descontraída com Nós Também. Não promovemos nenhum debate público ou entrevista com ele a imprensa. Preferimos uma convivência mais interna e mais intensa que resultou positiva e ilustradora. Fizemos um encontro mais formal com ele durante uma noite, quando passamos informações sobre nossos respectivos grupos. Tjerk deixou conosco exemplares de publicações dinamarquesas e ficou de enviar outras,

de toda a Europa, em breve. Em contrapartida, estamos elaborando um dossiê mais completo sobre o grupo (texto, fotos) para enviarmos, através dele, à Associação 48 (Boletim nº 1, Nós Também, 1981).

### Imagem 7: Boletim nº 1 (folha 1)



Fonte: Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

Pouco encontrei sobre o ativista dinamarquês, porém, ao que parece, a “Associação 48” que é citada como sendo a receptora do dossiê feito pelo (e sobre o) Nós Também, se refere a F-48 (Forbundet af 1948) grupo inspirado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, tem entre seus fundadores Axel Lundahl-Madsen e Eigil Eskildsen, é tida como a primeira organização de direitos gays da Dinamarca<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer a união de homossexuais, em 1989, e o casal Axel Lundahl-Madsen e Eigil Eskildsen foi o primeiro casal homossexual do mundo a ter sua união reconhecida. Ver mais em: Os Axgil: A ousadia de serem os pioneiros, Esqrever, 2018. Disponível em:



**Fonte:** Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

A notícia é intitulada PCINT e descreve:

O NT assumiu e realizou uma ideia lançada por Lauro em uma de suas reuniões: o Primeiro Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também.

O PCINTE, como denominados o Encontro, foi realizado de quarta a domingo, na casa de Lauro, e contou não só com gente do grupo mas também com amigos e ex-integrantes. A casa noite, por volta de seis e meia nos reunimos no local para fazer o jantar com distribuição de tarefas. Depois, papos descontraídos por alguns minutos e em seguida, o lance mais formal. Foram realizadas duas palestras: A Prática Sodomítica no Brasil Colonial, por Gabriel (ex-NT), e Doenças Venéreas, por Carlos. Depois das palestras os debates foram bastante participativos. No papo sobre Venéreas as discussões foram se aprofundando (com muita descontração) que findou com bichas e pitombas falando sobre suas experiências amorosas, modos de fazer, de dar, de receber. Foi ótimo.

O PCINTE foi encerrado com uma festa e com um delicioso desfile promovido por algumas bichas presentes. (Boletim nº 1, Nós Também, 1981).

O Primeiro Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também (PCINT) foi uma ideia dada por Lauro Nascimento e ocorrida também na casa dele, assim como Sandra Craveiro, os/as professores/as foram fundamentais na articulação e formação do Nós Também que, ao mesmo tempo que constituía o movimento, constituía a si próprio no processo de descortinar seus desejos. Ao todo foram cinco dias de encontro onde debateram sobre a prática sodomítica no Brasil Colonial, facilitado por Gabriel Bechara, um dos fundadores do NT, possivelmente o debate foi ancorado nas pesquisas do ativista e Prof. Dr. Luiz Mott, um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia (GGB), visto que o próprio professor cita que o Nós Também esteve em Salvador, em 1981, no Encontro da SBPC

Julho foi aquele arraso na reunião anula da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no Campus da UFBA: rodamos de tal modo a baiana que um jornal de Salvador traduziu SBPC como sendo *Sociedade das Bichas Procurando Cartaz!* Cá estiveram representantes dos grupos Dialogay/Se, Nós Também/Pb, Gathó/Pe, Facção Homossexual da Convergência Socialista/Sp, Grupo de Ação Lesbico-feminista/Sp (Rosely Roth), Somos/Rj e Auê/Rj (MOTT, 2018, p. 215).

A ida desses grupos ao Encontro da SBPC foi consequência do I Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste (EGHON) que será melhor analisado no próximo tópico 2.3.1, porém esse cotejamento das fontes pode mostrar as articulações e os motivos pelos quais esse debate, que até os dias atuais é desenvolvido pelo Prof Dr. Luiz Mott acerca da prática sodomítica no Brasil Colonial, aparecerá no PCINT em João Pessoa.



Um segundo debate descrito no texto é sobre doenças venéreas. Como apontei anteriormente, as liberdades trazidas pela revolução sexual, às aberturas aos desejos e às práticas sexuais serão um ponto recorrente de debates entre homossexuais. Vale ressaltar que o primeiro caso de HIV/AIDS no Brasil será notificado apenas dois anos depois, em 1983, assim sendo, essa ainda não havia como ser uma preocupação.

Já ao fim da reunião, “bichas e pitombas falando sobre suas experiências amorosas, modos de fazer, de dar, de receber. Foi ótimo” (Boletim nº 1, Nós Também, 1981), na mesma edição do boletim, na última página, há duas observações, na segunda delas diz “PITOMBA: é uma expressão muito usada aqui e no Recife para designar ‘lésbica’” (Boletim nº 1, Nós Também, 1981). Não encontrei referência ao termo quanto à sua apropriação pelo Pajubá local, alguns sites definem a Pitomba como uma “fruta [que] possui uma casca dura, porém fácil de ser aberta, uma fina polpa suculenta e doce”<sup>33</sup>, o que pode significar uma lésbica mais fechada, sisuda ou masculina, porém doce e feminina quando aberta.

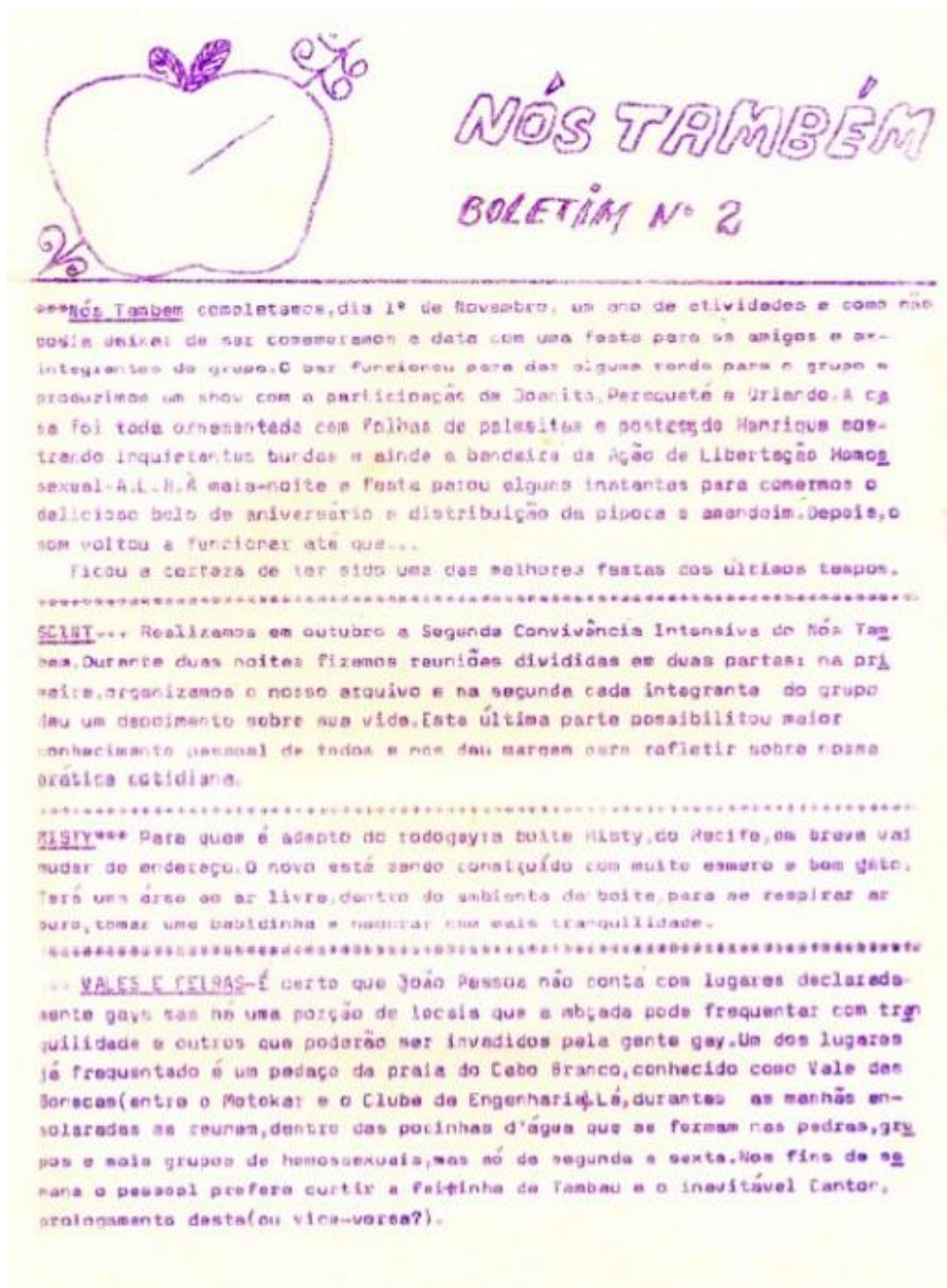
Esse boletim tinha a função de dialogar com os outros grupos organizados tanto no próprio estado como o Movimento Feminista, o Movimento Negro, Estudantil, Sindical e outros, quanto com grupos de outros estados, como diz na primeira observação ao fim do Boletim nº 1 “decidimos tirar este ‘boletim’ para informar os grupos sobre nossas atividades, o que ficaria difícil em cartas individuais além do que poderíamos correr o risco de omitir alguma coisa importante” (Boletim nº 1, Nós Também, 1981).

Um mês depois, em novembro de 1981, o NT lança seu segundo boletim, *imagem 9*. Com uma maçã atravessada por uma flecha no mesmo canto do papel, agora não mais em formato de coração, sem o nome do grupo e aparentemente com a flecha apontada em sentido oposto, agora de cima para baixo, o nome do grupo ganha um a fonte maior e vai para o título do boletim, inclusive com o nome “Boletim Nº 2” com letras menores e logo abaixo do nome do grupo, que tem mais destaque (O boletim completo está ao final do trabalho, no Anexo II).

### **Imagem 9: Boletim nº 2 (parte 1)**

---

<sup>33</sup> Espécie da Caatinga, Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado, Disponível em: <<https://www.cerratinga.org.br/especies/pitomba/>> Acesso em 10/09/2022



Fonte: Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

Nesta segunda edição o espaço para falar do Segundo Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também (SCINT) é menor, também não há data no boletim, dá para saber que foi lançado entre novembro e dezembro porque logo no início, na primeira notícia, se fala da comemoração de um ano do NT em 1º de novembro de 1981. Como desenvolvi no início desse tópico, a data de fundação desse grupo ainda é nebulosa e incongruente, por isso me importa mais os elementos que tornaram possível sua emergência e organização do que a data em si, considerando os meses de novembro e dezembro de 1980.

Segundo o boletim, o *Segundo Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também* (SCINT) foi realizado ainda em outubro, possivelmente pouco tempo após o *Primeiro Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também* (PCINT). Se o tamanho dedicado a notícia no Boletim nº 2 foi pequeno, os dias de encontro também foram. O SCINT contou com a duração de duas noites e

reuniões divididas em duas partes: na primeira, organizamos o nosso arquivo e na segunda cada integrante do grupo deu um depoimento sobre sua vida. Esta última parte possibilitou maior conhecimento pessoal de todos e nos deu margem para refletir sobre nossa prática cotidiana (Boletim nº 2, Nós Também, 1981).

O NT foi um grupo de reconhecimento coletivo e de autoreconhecimento, de exploração das potencialidades do corpo, de ser, sentir, dar e comer o mundo. Muito mais do que um grupo de atuação contra os aparelhos repressivos do Estado, o Nós Também fazia micropolíticas de resistência, compunha e criava individual e coletivamente novas práticas educativas dos corpos. O Encontro de Convivência Intensiva unia aquilo que chamei acima de tripé organização, formação e luta, formava família e comunidade, pulverizava dialetos, práticas e desejos, compartilhava medos, , práticas e anseios de sujeitos que até então se via só, de identidades desviantes, alguns a procura da cura.

Como apontei no tópico *A emergência da organização política*, as divergências vividas pelo Somos/SP resultaram em seu racha e em diversos outros grupos (alguns militantes permaneceram no Somos/SP, outros na Facção Gay da Convergência Socialista, aqueles ligados à tendência libertária liderada por Silvério Trevisan formaram o Outra Coisa e as mulheres lésbicas formam o Grupo de Apoio Lésbico-Feminista-GALF). Esses atritos se reverberaram a nível nacional, visto que o Somos/SP foi o maior e o primeiro grupo de afirmação homossexual. As tentativas de organização de Congressos de grupos homossexuais foram a partir de então resultando em profundas divergências quanto à constituição de uma Coordenação Nacional e outras pautas. Nesse sentido, no ponto 2.3.1 analiso a participação do Nós Também no I Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste (EGHON) e no ponto 2.3.2 analiso a atuação mista (que hoje chamamos interseccional) do Nós Também e as múltiplas relações com outros movimentos

## 2.4 “Contem com nosso apoio queridinhas”: o I Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados no Nordeste (EGHON)

Em 1981, a proposta de realização de um segundo EGHO fracassa e ocorre um encontro paulista e outro encontro do Nordeste. No encontro paulista, chega-se a propor que o 13 de junho data da passeata contra Richetti no ano anterior fosse comemorado como uma data brasileira equivalente ao que significa o 28 de junho25 para o movimento norte-americano (FACCHINI, 2010, p. 92)

Em 6 de dezembro de 1980, no Teatro da Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, acontecia, a reunião com a Comissão Organizadora do *II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados* (EGHO). O jornal *Lampião da Esquina* noticia o encontro prévio em sua edição de janeiro de 1981 sob o título *Na reunião dos grupos, os reflexos da crise, conforme imagem 10*.

Pela notícia do *Lampião* é possível perceber na fala dos representantes dos grupos o refluxo organizativo que estava passando o Movimento Homossexual Brasileiro após o racha do Somos/Sp. Citando Ricardo, representante do grupo Terceiro Ato, de Belo Horizonte – MG o *Lampião* descreve,

a crise que atravessa o grupo não é quanto ao número de pessoas, mas é “uma crise de propostas práticas e ideias”. Mostrando o desespero da situação disse que “as reuniões tornam-se cansativas por falta do que fazer. Precisamos de alguma ideia para continuarmos vivos”. O grupo possui 10 membros (LAMPIÃO, janeiro de 1981:15).

Segundo a notícia estiveram presentes no encontro os grupos SOMOS do Rio de Janeiro/RJ; Auê do Rio de Janeiro/RJ; Bando de Cá de Niterói/RJ; SOMOS de São Paulo/SP; Outra Coisa de São Paulo/SP; EROS de São Paulo/SP; Convergência Socialista de São Paulo/SP, Grupo de Atuação Lésbico-Feminista (GALF) de São Paulo/SP; Terra Maria de São Paulo/SP; Alegria Alegria de São Paulo/SP; Grupo Opção de São Paulo/SP; Liberdade Sexual de Santo André/SP; GGB de Salvador/BA; GATHO de Olinda/PE; Beijo Livre de Brasília/DF; e o Terceiro Ato de Belo Horizonte/MG (LAMPIÃO, 1981)

Durante horas foi discutido se o *Lampião da Esquina* deveria permanecer na união, após cerca de três horas foi decidido que o *Lampião* permaneceria por 23 votos contra 11. Os pontos a serem deliberados eram:

- O IIº EGHO não será deliberativo;
- O tema “Coordenação Nacional” não será discutido no Encontro e;

- O Encontro terá o mesmo caráter do último, ou seja, dois dias de parte fechada, apenas para grupos e no último dia aberto ao público; (LAMPPIÃO, janeiro de 1981:15).

O temário deicídio para o Encontro engloba os sete seguintes temas:

- Estrutura e Funcionamento dos Grupos;
- Autonomia do Movimento Homossexual;
- Sexualidade
- Movimento Homossexual e Repressão;
- A Mulher Homossexual;
- O Negro Homossexual e finalmente
- Os Conceitos de Homossexualismo (LAMPPIÃO, janeiro de 1981:15).

O editor Emanuel Freitas, ao fim da notícia escreve,

Acho que o MH [movimento homossexual] deveria seguir na direção contrária; descentralizar o poder até o nível do indivíduo; cada um ser senhor do seu próprio nariz. Mas estamos mesmo preocupados é em fazer política séria (isto é partidária). E até os desavisados embarcam nessa. Para quem acompanhou os grupos desde o princípio, já está bem longe o tempo em que acreditamos no MH como uma alternativa política realmente nova. (LAMPPIÃO, janeiro de 1981:15).

Emanuel não precisa ser nenhum viajante no tempo, não precisou ver as ruínas do atual Movimento LGBTQIAP+ na afirmação das identidades como se houvesse uma essência assimilacionista à heterossexualidade, na construção de políticas e coalizões. Como feministas decoloniais apontam, a afirmação de identidades é a afirmação do efeito da colonialidade sobre nossos corpos.

**Imagem 10: Lampião da Esquina, janeiro 1981.**





Terra Maria e Alegria Alegria, divulgaram uma carta aos outros grupos homossexuais decidindo por não concordar com o Lâmpião na Coordenação do Encontro. Logo após, os grupos autônomos de São Paulo (que divergiam teórico/metodologicamente dos outros cinco grupos paulistas citados anteriormente), que formavam o Movimento Homossexual Autônomo (MHA) divulgaram uma carta onde não reconheciam nem o Lâmpião, nem os grupos paulistas na Coordenação do II EGHO.

Os outros grupos que não compunham o “eixo-maravilha” (referência e crítica do jornal para o eixo Rio-São Paulo), como os da região Nordeste, por exemplo, optam por outro caminho “se sabia que os grupos da Bahia para cima alimentam a antiga intenção de realizar um encontro regional, e encaram todo o sururu Rio-São Paulo em torno do EGHO como mais uma roupa suja local” (LÂMPIÃO, março de 1981:4).

O Grupo Gay da Bahia, um dos mais articulados do país nesse momento, envia uma carta para o Lâmpião pedindo que o II EGHO seja remarcado para abril de 1982 devido aos problemas de relacionamento (LÂMPIÃO, 1981) e

propõem ainda a realização de encontros regionais nos anos intermediários e já se mobilizam para realizar o 1º Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste, na próxima semana santa, juntamente com o GATHO de Recife e o Nós Também de João Pessoa. Contem com o nosso apoio, queridinhas (LÂMPIÃO, março de 1981:4).

Entre o feriado de 19 (Páscoa) e 21 (Tiradentes) de abril de 1981 foi organizado o Encontro Regional de Grupos Homossexuais do Nordeste (EGHON), estiveram presentes no Encontro os grupos: “GATHO de Olinda-Pernambuco, organizador do Encontro; Grupo Gay da Bahia (GGB) de Salvador-Bahia; Nós Também de João Pessoa-Paraíba; e DIALOGAY de Aracaju-Sergipe” (SANTOS, 2021, p.8), como mostra o documento de encerramento, *imagem 12*.

Durante o encontro gritos de ordem eram puxados e animavam os/as participantes,

Au, au, au, é legal ser homossexual.  
 Éte, éte, éte, é gostoso ser gilete.  
 Ado, ado, ado, ser viado não é pecado.  
 U, u, u, é gostoso dar o cu.  
 Ona, ona, ona, é legal ser sapatona.  
 O coito anal derruba o capital (MACRAE, 2018, p. 39).

Os gritos eram extremamente potentes e transformavam a homossexualidade, a bissexualidade (apesar de ainda não ser usado o termo aqui está referido como “gilete”,



que “corta dos dois lados), a lesbianidade ou a “sapatonidade”, a apropriação do cu como prática sexual e a crítica ao sistema capitalista como fundante dessas formas de opressão e da prática homossexual como força motriz na derrubada desse sistema.

### Imagem 12: Relatório Final do I EGHON (Parte 1)

#### Iº ENCONTRO DE GRUPOS HOMOSSEXUAIS ORGANIZADOS DO NE

Com este documento encerramos o Iº Encontro Regional de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste - Iº Eghon, o primeiro do gênero a se realizar no Brasil. Organizaram e participaram deste Encontro os seguintes grupos: GATHO (Grupo de Atuação Homossexual - Olinda) GGB (Grupo Gay da Bahia - Salvador); Nós Também (João Pessoa) e o DIA LOGAY (Sergipe, Aracaju)

Reunidos desde a manhã do dia 29/04, decidimos que o 2º EGHON será realizado na cidade de João Pessoa ou Salvador, na Semana Santa de 1982. Decidimos ainda criar uma revista, "RICHANA", (Revista do MH Nordestino), a ser lançada provavelmente no dia 28 de junho próximo, nas comemorações do DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO GAY. Resolvemos, também, participar ativamente da 33ª Reunião Anual da SBBC (Salvador, julho 1981), como forma de ampliar a divulgação do Movimento Homossexual nacional.

Com o objetivo de ampliar nosso movimento na região e conquistar novos espaços para a discussão da questão homossexual, resolvemos incentivar a criação de novos grupos nas demais cidades, ao mesmo tempo buscar um maior entrosamento e ação intergrupual, a edição da revista e promoção de debates e palestras sobre a questão homossexual

É decisão e interesse do MH Nordestino fortalecer um maior relacionamento com outros grupos organizados, tais como os movimentos feminista, negro, de apoio ao Índio, ecológico. Entendemos que a luta destes movimentos estão interligadas, assim como todas as lutas dos grupos oprimidos objetivam a erradicação do preconceito, da discriminação e buscam melhores condições de vida e uma sociedade igualitária. Pretendemos também com isso que a questão homossexual seja discutida e a luta pela liberdade sexual seja encampada por esses grupos, sendo intenção do MH Nordestino abrir um maior espaço de discussão sobre a mulher e o negro.

Decidiu-se, também, que os grupos nordestinos têm autonomia para fazer contactos e abrirem diálogos com os partidos políticos, visando apoio à nossa causa, sempre que cada grupo achar necessária tal aproximação.

Durante as discussões sobre a violência a que estão submetidos os homossexuais, analisou-se a repressão policial, política, familiar, no trabalho, na escola, na legislação, assim como a discriminação feita constantemente pelos meios de comunicação de massa, que exploram nossa sexualidade de maneira preconceituosa e pejorativa.

Fonte: <https://grupogatho.blogspot.com/2020/06/agora-o-relatorio-final-do-i-encontro.html>

Conquistar novos territórios, se aproximar de outros grupos homossexuais e de outros movimentos de resistência, incentivo a novos grupos e à abertura de diálogos

com partidos políticos e atuação na política local são algumas das orientações expressas no documento. Os debates ocorreram na estrutura do Centro Cultural Luiz Freire (CCFL), localizada na Rua 27 de janeiro, Bairro do Carmo em Olinda e teve temários próximos dos escolhidos para o EGHON, “violência e discriminação contra homossexuais; misoginia e sexismo; preconceito entre homens e mulheres homossexuais; e o preconceito contra homossexuais negros” (SANTOS, 2021, p.9).

### Imagem 13: Relatório Final I EGHON (Parte 2)

O *michê*, o *travesti*, o *sapatão*, os *enrustidos*, o *preconceito mútuo entre homem e mulher homossexuais*, o *homossexual negro*, a *misoginia*, o *sexismo* também foram temas discutidos no Iº EGHON. Percebemos que a sociedade patriarcal capitalista impõe papéis sexuais rígidos, sem que se leve em conta que a sexualidade deve ser exercida livre e plenamente. Nossa luta é contra o preconceito, a discriminação e pela livre sexualidade exercida em sua plenitude. Pelo direito das pessoas escolherem a quem amar e como amar,

Nessa luta pelos nossos direitos, conclamamos todos os grupos organizados a dela participarem num trabalho onde possamos nos fortalecer mutuamente e construir uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

Olinda, 19 de abril de 1981

GATHO - Grupo de Atuação Homossexual.

GATHO- Grupo de Atuação Homossexual  
Rua 27 de Janeiro, = 181-Carmo  
Olinda-Pe-53.000

GGB Grupo Gay da Bahia  
Caixa Postal 2552  
Salvador- Bahia- 40.000

Nós Também  
Rua Orris Soares, 51- Castelo Branco  
João Pessoa - Paraíba- 58.000

Dáalogay  
Rua Buquim, 193  
Vila Sr. do Bonfim c/26 -Centro  
Aracaju- Sergipe- 49.000

**Fonte:** <https://grupogatho.blogspot.com/2020/06/agora-o-relatorio-final-do-i-encontro.html>

O Nós Também não chegou a participar de nenhum Encontro de Grupos Homossexuais Organizados a nível nacional, porém é perceptível que sua participação no I EGHON foi crucial para os próximos anos de atuação do grupo que seguiu a orientação de promover articulações com outros grupos e movimentos sociais e de participar do encontro da SBPC de 1981 que citei acima e ficou conhecido como *Sociedade das Bichas Procurando Cartaz*, segundo Luiz Mott (2018). As orientações de criação da Bichana – Revista do Movimento Homossexual Nordestino e de um II EGHON na semana santa do ano seguinte (1982) não foram concretizadas.

#### **Imagem 14: Nós Também no I EGHON**



**Fonte:** Arquivo pessoal de Henrique Paiva Magalhães

Na imagem 14, cedida por Henrique Paiva Magalhães no I EGHON é possível ver Henrique sentado numa mureta, usando chinelas, a calça dobrada até abaixo dos joelhos, sem camisa, com a camisa apoiada em seus ombros, usando uma pulseira e sorrindo. Vemos dois homens sorrindo, um aparentemente todo de branco, com short curto acima do joelho, Newton Júnior, está sentado no colo de Lauro Nascimento, esse segundo já de calça, uma camiseta regata e descalços, ambos estão sentados no chão. Logo atrás outros três homens, atrás de Newton e Lauro está um integrante do grupo GATHO, seguido por Chico Noronha e José Augusto, como explicou Henrique Magalhães. Ao que parece a maioria destes são negros. A foto retoma o modo de

atuação desses movimentos aqui no Nordeste a época, sobretudo de atuação do Nós Também, mais leve, irônica, divertida.

Apesar de no Relatório Final (imagem 12) haver menção às violências sofridas por homossexuais nos múltiplos espaços (casa, trabalho, escola, política, política), não há registro sobre perseguição da Polícia Moral ou da censura durante o encontro.

Ao fim do encontro o GGB escreveu uma matéria e a enviou ao Lampião da Esquina para que fosse publicada. A escrita descontraída do Pajubá e as palavras moralmente obscenas, além de trechos em que se utilizava da diversidade e pluralidade de pensamento de modo positivo, levaram a uma autocensura por parte do Lampião,

logo de início, ao receberem o artigo, os responsáveis pela editoria homossexual constataram que seria impossível a sua publicação em versão integral devido a problemas de espaço, mas no resumo que fizeram mantiveram algumas das palavras de ordem, como as que diziam que é legal ser homossexual e que é gostoso ser gilete, que consideraram as menos escandalosas. Mesmo assim, os resultados desta autocensura levantaram inúmeras dúvidas entre os outros membros do corpo editorial. Estes, embora dispostos a publicar o artigo por uma questão de democracia interna, não deixaram de dar vários conselhos a respeito da matéria da orientação que estava sendo dada àquela editoria em geral. Alegava-se que a linguagem usada era apropriada a uma publicação voltada a um mercado gay, mas que naquele jornal ela serviria somente para confirmar preconceitos, reforçando a imagem caricatural do homossexual como palhaço e ridículo. Também foi lembrado que alguns leitores já haviam reclamado do espaço excessivo que estaria sendo reservado a essas matérias de importância considerada secundária. Nesta ocasião, o resumo do artigo acabou sendo publicado, mas provavelmente só porque seu conteúdo tratava de uma importante reunião dos grupos homossexuais do Nordeste, caindo, portanto, na categoria de “militância”, tão cara à direção do jornal. Tivesse ele uma natureza mais reflexiva, discutindo em mais profundidade a questão homossexual, suas dificuldades de aceitação certamente seriam maiores, se persistisse em empregar tal linguagem. Ficou então colocado para os editores homossexuais, de forma bastante clara, as contradições que defrontavam na sua tentativa de levar a discussão da homossexualidade para um campo dominado por uma concepção de política como relacionada primária e quase exclusivamente à luta de classes. Para serem ouvidos e entendidos, pediam-lhes que higienizassem a homossexualidade, reduzindo seus praticantes à categoria mais facilmente assimilável de “grupo oprimido lutando por seus direitos” (MACRAE, 2018, p. 39-40).

Essa higienização do MH será duramente denunciada por parte dos grupos que faziam oposição às tendências ligadas a partidos políticos como a Convergência Socialista (CS), por outro lado, os militantes da CS defendiam uma aproximação com os partidos de esquerda na construção de alianças políticas.

Como orientação do encontro, a construção de coalização com os outros movimentos sociais e partidos de esquerda foi intensificada por parte do Nós Também,

nesse sentido no próximo tópico analisarei essas aproximações a partir das entrevistas e dos boletins confeccionados pelo NT.

## CAPÍTULO III

### “LIBERTAS QUE DARÁS TAMBÉM”: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA HOMOSSEXUAL E ESQUERDA PARAIBANA

Neste capítulo há alguns caminhos a serem seguidos e as paradas as quais apresento podem não estar confortáveis. Confortáveis porque desde o início da dissertação falo na potência pós-identitária dos *estudos queer*, da interlocução variável e assimétrica com os *estudos decoloniais*, porém, o que verás é exatamente uma história daqueles que resistiram. Possivelmente não entreguei o que as *teorias do cu* ou *kuir* querem de mim, mas antes de virar a Historiografia do Movimento LGBTQIAPN+ de ponta-cabeça, me pareceu mais urgente compor a memória política, social e cultural deste movimento.

Nesta espécie de passeio pela cidade de João Pessoa veremos as praças e centros administrativos como foco de atuação das esquerdas paraibanas, sobretudo dos movimentos de trabalhadores; ao olharmos pela janela veremos outdoors na rua, convidando aqueles que leem a libertar para que possam “dar” também; caminharemos pela praia quente de Tambaú e pela agitada noite dos guetos homossexuais tão quentes quanto; além do clube Astréa, no show da cantora Cátia de França; por último caminhamos entre a praia de Jacumã, na cidade do Conde – PB (grande João Pessoa) e pelas Beiras das Esquinas que constituirão lócus fundamental de valorização da vida com sujeitos atravessados pela abjeção.

#### 3.1 “Queremos uma revolução de corpo inteiro”: saindo do armário com a Ação de Libertação Homossexual

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer a minha sexualidade” (DANIEL, 1996)

Na citação acima, do militante Herbert Daniel, organizado nas fileiras da esquerda revolucionária, ponto de resistência à Ditadura Cisheteromilitar, é sintomático a análise da homossexualidade como um desvio “pequeno-burguês”. Essa compreensão estava aliada a uma espécie de marxismo ortodoxo que não só privilegiava (e continua muitas vezes privilegiando) o marcador social da diferença de *classe* como fundante das “contradições do sistema capitalista”, mas, ainda mais profundo, limitados por suas cosmovisões, interpretavam a revolução socialista e o fim do sistema capitalista como o ponto central para a superação de todas (repito, todas) as formas de opressão.

Sujeitos homossexuais foram proibidos de experienciar seus desejos, seus afetos, se enquadraram nos discursos médicos da patologização, do pecado, do crime, isso tudo retroalimentado com a construção da identidade da “masculinidade revolucionária” (GREEN, 2012). Como consequência esses sujeitos fora da norma foram perseguidos, excluídos dos movimentos e grupos revolucionários, obrigados a se dobrarem nos armários ou ameaçados de morte como conta o historiador, gay, brasileiro James Green no artigo “*Quem é o macho que quer me matar?*”: *homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*.

Já na década de 1980, no período de abertura da Ditadura Cisheteromilitar, após se organizarem politicamente, o grupo Nós Também decidiu “sair do armário” para além dos muros da universidade Federal da Paraíba (UFPB), como conta o militante Henrique Magalhães

não tinha nem mais ou menos um ano do grupo, e o grupo era muito fechado, muito dentro de casa, embora muita gente circulasse [...] Havia um núcleo duro e muita gente circulante, muitos amigos que iam, participava, mas não se envolviam nas ações. E aí eu comecei a achar que o grupo era muito endógeno, tava trabalhando muito para si, para esse crescimento pessoal e achava que a gente devia atuar fora, devia fazer a militância, mais como se diz... Invasora dos espaços, mais... Que causasse interferência maior na vida cotidiana. E aí eu já tinha lido sobre os grupos franceses e me inspirava naquele tipo de movimento de atuar na sociedade. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

A atuação endógena, ou seja, fechada em si mesmo ou, quando não, muitas vezes limitada à universidade, fora uma característica marcante do Nós Também. As reuniões nas casas de amigos e amigas, como contado no capítulo anterior, as *missas*, as atividades e jornais na própria universidade como o *Jornal Gaya*<sup>34</sup>, são exemplos das estratégias e táticas do Nós Também. Diz Henrique “[...] fazer um contraponto ao senso

---

<sup>34</sup> Falar sobre o jornal

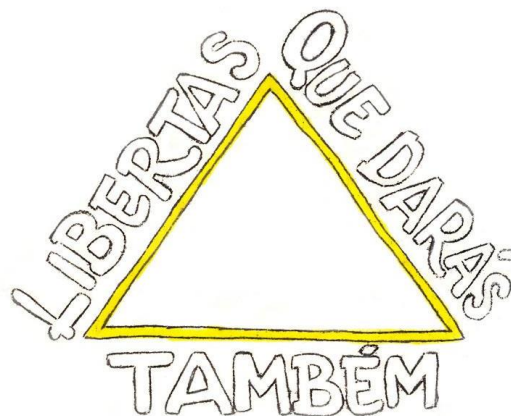
comum”, ou seja, tirar o incipiente grupo de universitários organizados no que podemos chamar de Movimento Homossexual Paraibano (MHP) para fora do armário, para a vida pública.

E segue “Aí eu disse: ‘olha, se o grupo não assume isso, eu vou fazer. Eu vou colocar uma sigla ALH, Ação de Libertação Homossexual, que é uma coisa mais militante, mais forte, mais agressiva, mas assim não tinha nada de agressivo, né?” (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022). A *ALH* teve o trabalho de desdobrar a militância que estava nos armários da universidade, de (des)construir pontes junto à esquerda paraibana, a grupos feministas, movimento negro, ecológico e demais ditos movimentos minoritários que emergiram na América Latina durante as Ditaduras.

O símbolo do grupo foi inspirado na bandeira da Inconfidência Mineira, naqueles que constituíram, já na República, o marco na defesa por independência e soberania, porém com o tom irônico, debochado e artístico do grupo. Os inconfidentes escreveram “libertas quae sera tamen” que significa “Liberdade ainda que tardia”, a Ação de Libertação Homossexual escreveu em letras vazadas, numa fonte animada, parecida com *Comic Sans*, “libertas que darás também”. Um grande convite ao público, um apelo por liberdade, por analfabetismo, por “dar” aquilo que se quer e não aquilo que se é permitido, como pode ser visto no logo na primeira página do manifesto (de duas páginas) de lançamento público do grupo.

### **Imagem 15: Lançamento Público ALH (folha 1)**





A Ç ã O   D E   L I B E R T A Ç ã O   H O M O S S E X U A L

**Fonte:** Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

Era uma segunda feira, no dia 07 de setembro de 1981, no Teatro Lima Penante, durante a Feira da Criação, pouco antes de um ano após a formação do Nós Também, quando a *Ação de Libertação Homossexual* (ALH) foi lançada, ou amenos tentaram lançar como consta no documento “Cronologia” (anexo 3) entre parênteses após a informação das datas “não houve lançamento porque não havia público”, porém, de todo modo, foi distribuído o Manifesto de Lançamento da ALH, como consta . uma versão mais “atrevida” do Nós Também, como disse Henrique Magalhães.

Diz o Manifesto de Lançamento da ALH (na íntegra no anexo 4 desta dissertação)

Entendemos o sexo como uma necessidade fisiológico/emocional tão importante quanto qualquer outra função de nosso corpo e nossa mente. Não o vemos isolado do processo revolucionário porque a revolução não deve discriminar necessidades por partes: primeiro a revolução política, depois a revolução sexual e de outros grupos oprimidos da sociedade. Queremos uma revolução de corpo inteiro e não somente da barriga vazia.

Opto por analisar este documento/monumento por partes, por alguns enxertos, pois é rico em detalhes, por exemplo, em pleno início da década de 1980, onde o privilégio sobre o dito “racional” em detrimento dos sentidos e dos sentimentos, se dizer que o “sexo” é uma “necessidade” do corpo e emocional produz um novo olhar sobre a ideia de “sexo” como prática e não apenas como genitália. O “sexo” como prática constante de um fazer-se, de um tornar-se. O *sexo* como categoria analítica tal qual a categoria *classe*. Rompendo a visão etapista e teleológica marxista de uma revolução advinda da evolução da consciência, esses militantes propunham uma “revolução de corpo inteiro”.

Para James Green, é possível identificar alguns enquadramentos que ele chama de “ideológicos”, “paralelos e complementares”, que circulavam no seio das esquerdas brasileiras, entre elas

O primeiro, ligava a homossexualidade ao comportamento burguês e, portanto, à contrarrevolução. O segundo, concordava com conceitos médicos e psiquiátricos, a partir dos quais a homossexualidade era uma degeneração física e emocional. Outra atitude, embora provavelmente inconsciente, se baseava nos ensinamentos católicos tradicionais que consideravam a homossexualidade uma abominação moral. Sentimento anti-imperialista associado ao comportamento homossexual e críticas à homofobia com influências alheias e estrangeiras (leia-se: EUA) Além disso, os esquerdistas propagavam conceitos populares que rejeitavam a homossexualidade masculina, uma vez que isso implicava a feminização da masculinidade. (GREEN, 2012, p. 14)

Em outro momento, continua o documento de manifesto, “acusamos de reacionários os que nos tentam eliminar classificando-nos de chaga social, em defesa da sagrada família cristã, prendendo-nos, torturando-nos até perdermos nossa dignidade de seres humanos, em qualquer cela suja da repressão”<sup>35</sup>. É possível reconhecer alguns desses enquadramentos desenvolvidos por Green no documento de Manifesto da ALH. Obviamente estes enquadramentos não são frutos da ditadura propriamente dita, Michel Foucault e outros teóricos já haviam apontado, em suas genealogias e pesquisas, que essas e outras formas de poder sobre o corpo já existem e atuam há algum tempo, porém quando aliados a constituição da “masculinidade revolucionária”, tomam outros desdobramentos.

O discurso de uma “luta maior” suprimiu, muitas vezes, as formas de resistências coletivas e organizadas de outros sujeitos como mulheres, negros e negras,

---

<sup>35</sup> Manifesto de Lançamento da ALH

indígenas, ecologistas e, não menos, homossexuais. Encaminhado como ponto no Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste (EGHON), a intersecção com os demais movimentos, as alianças estratégicas e a aproximação da luta com as esquerdas na resistência a ditadura provocou duras críticas da ALH à esquerda desde o seu manifesto de fundação

Acusamos também de reacionários os que tentam deixar-nos à margem do processo revolucionário, desconsiderando nossa luta específica, classificando-nos de decadência pequeno-burguesa, planejando nossa extinção de maneira não muito diferente dos fuzilamentos promovidos por Khomeini revolucionário, ou obrigando-nos a serviços forçados no canal como o fez Fidel da Cuba revolucionária.

O grupo se apodera de conceitos marxistas e de exemplos práticos nos processos revolucionários internacionais para construir a cena criticada. E finaliza “lançamo-nos publicamente justo no dia 7 de setembro como forma de questionar falsos gritos de independência que nos fazem cultuar. Tomamos como legítimo o símbolo da infidelidade, adaptando-o ao nosso processo histórico, e bradamos”<sup>36</sup>. É perceptível que o conjunto da crítica, ao apoderar-se de conceitos utilizados pela própria esquerda, busca muito mais a abertura da esquerda para o que Green chama de “nova esquerda” surgida na América Latina nas décadas de 1960 a 1980. De fato, Henrique Magalhães foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba, atuou no movimento estudantil organizado em movimentos de esquerda. O manifesto da ALH compõe uma crítica à esquerda ao mesmo tempo em que propõe construí-la.

O sistema moderno-colonial de gênero, como definido por Lugones, pode ser interpretado como um mobiliário Ocidental trazido pelos colonizadores, uma epidemia, como aponta no primeiro capítulo. Este mobiliário trouxe consigo o modelo de gênero que se desdobrou no século XIX gestando, no campo do sistema de poder-saber, das instituições médicas e legais, os conceitos de heterossexual como norma (após as primeiras aparentes contradições) e o homossexual como seu par dialógico, antagônico e de alguma forma também complementar. Esse mobiliário trouxe a noção de “armário” como um “dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também,

---

<sup>36</sup> Manifesto de Lançamento da ALH

aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDWICK, 2007, p.01).

Assim, a heterossexualidade se torna um regime compulsório (RICH, 1993; WITTIG,1980), e a saída do armário torna pauta central do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), de convocação à saída do armário, dos “guetos”, como analisa o Historiador, gay, Paulo Souto Maior no livro *Assumir ou não assumir: o Lâmpião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, “os textos do jornal, em conjunto, podem, sem dúvida, ser lidos como um discurso persuasivo. E é a isso que se deve observar, a relação entre tais enunciados e a formação de uma experiência da confissão, de um imperativo de assumir a homossexualidade.” (MAIOR, 2020, p. 116).

Em síntese, quanto mais os homossexuais saíssem dos guetos, mais haveria resistência. Este ponto é problemático quando atravessados por outros marcadores sociais da diferença que geram *efeitos de subalternidade* (MOMBAÇA, 2015), como o marcador de raça, etnia, classe e território, por exemplo, visto que o próprio léxico que se cria em torno do vocábulo “armário” faz referência a um mobiliário que, mesmo importado e compondo nosso imaginário colonizado, não faz parte, muitas vezes, do conjunto de relações experienciadas por sujeitos subalternizados em territórios do consul global, por exemplo. Porém, no caso analisado, a ferramenta do armário me parece funcionar. Henrique Magalhães, assim como boa parte dos integrantes do Nós Também, era branco, de classe média, ocupava a universidade... Este conjunto de atravessamentos, mesmo em territórios terceiro-mundistas, possibilitou que o armário funcionasse por um tempo como campo de (re)sistência, mas também como quebra na atuação política coletiva e individual.

Ainda em setembro de 1981, inspirados na “saída do armário”, como consta no documento intitulado “Cronologia”<sup>37</sup>, fruto de levantamento de memórias feito em uma das reuniões do Nós Também, a Ação de Libertação Homossexual expõe um *outdoor*, no início da Avenida Epitácio Pessoa, uma das mais movimentadas da cidade de João Pessoa, capital paraibana. Na foto é possível ver Henrique Magalhães colando as partes do *outdoor* sobre um outro, parece informar o “novo” em detrimento do “velho”, ultrapassado, atrás.

---

<sup>37</sup> O documento consta na íntegra no anexo 3 desta dissertação

### Imagem 16: Outdoor - ALH



Fonte: Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

Na fotografia é possível ver que a imagem que se forma no *outdoor* é exatamente o desenho da ALH. Henrique usa um *shortinho jeans* curto e apertado, símbolo da liberdade de gênero reivindicada pelo grupo, uma camiseta de modelo regata, preta e chinelos. Está apoiado numa mureta, nos fazendo interpretar que a colagem, mesmo rompendo com as expectativas na dita normalidade heterossexual espairada e espacializada pela cidade de João Pessoa, ainda é artesanal, manual e construída artisticamente.

Me parece que, de algum modo, o desenrolar da *ALH* como atuação pública e do *Nós Também* como um grupo endógeno, de atuação prioritária na universidade, reitera a lógica binária público/privado do armário, ao menos a primeira vista, como fala Henrique “ele [o Nós Também] funcionou muito mais para nós mesmos, enquanto grupo, do que essa atuação externa. Claro que chegou a cidade por causa de outdoor que eu fazíamos, por conta das pichações, por matérias que às vezes saía no jornal que eu publicava” (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022), porém, numa análise mais detalhada, cotejando as fontes das entrevistas do arquivo da FIOCRUZ, me parece que havia muito mais uma preocupação com aqueles sujeitos que, por estarem no armário, não queriam o “risco” do assumir-se. Este argumento pode ser reiterado pelo enxerto do arquivo da entrevista feita a Bertrand Lira, um dos fundadores do *Nós Também*, que desenvolve “lógico que a gente não assumia, a maioria não assumia a

militância publicamente, sabe?! Assim de levantar a bandeira publicamente. O homem que fazia isso, que foi ousado, foi Henrique Magalhães.” (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022). De fato o assumir-se foi um imperativo do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), mas suas implicações, durante a Ditadura Cisheteomilitar, poderiam ter resultados perversos. Essa aparente distinção superficial público/privado, que se desenvolve em incontáveis outras distinções binárias às quais não irei explorar agora, reserva pontos de resistência micropolíticos, reservados a territórios de atuação escolhidos por cada um daqueles integrantes.

O armário, como campo epistêmico, pressupõe a heterossexualidade como forma única de existir no mundo, assim, segundo Sedwick, há constantes “saídas do armário”, visto que a heterossexualidade é sempre uma presunção e aliado à Ditadura Cishetomilitar toma outras proporções como contarei a frente no desejo de aliança entre o recente Movimento Homossexual Paraíbano, que venho chamando de MHP, com os movimentos de trabalhadores<sup>38</sup>.

### 3.2 - “É preciso libertar corpo e mente para a construção da nova sociedade”: há homossexualidade na “classe” trabalhadora?

O título deste tópico é, não sei se obviamente, uma provocação. Na edição de julho de 1979 do jornal *Lampião da Esquina*, está estampada na capa a chamada para a notícia “*alô, alô classe operária: e o paraíso nada? LULA fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!*”<sup>39</sup>, no corpo do jornal a reportagem ocupa toda a folha das páginas nove a onze, ou seja, são três páginas de entrevistas, fotos, comentários de leitores e/ou editores do jornal sobre o militante do movimento sindical Luiz Inácio Lula da Silva, apelidado comumente como Lula. É possível notar, na última página da reportagem, uma foto do Lula usando uma cueca preta, uma camisa de botões branca, meio deitado em uma espécie *puff*, com as mãos na cabeça e a seguinte legenda: “Lula: além de tudo um símbolo sexual?”. Um exemplo perfeito do performativo ato de construção da virilidade da masculinidade revolucionária, mas, onde quero chegar mesmo é um pouco antes, na página dez do jornal, diagramado no canto direito, envolto

<sup>38</sup> Me utilizando aqui de um conceito genérico e pulverizado de luta de trabalhadores, isolado de marcadores como sexualidade no período estudado.

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/18-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-14-JULHO-1979.pdf>

de uma margem que o delimita, há o “ABC do Lula”. Nele cada letra do alfabeto representa um comentário ou pergunta feita para que o entrevistado pudesse comentar ou responder. Ao chegar na consoante “H” é comentado pelos editores do Lampião: “*homossexualismo na classe operária*”; e respondido por Lula: “*não conheço*”.

Os jovens universitários que se organizaram no final de 1980, na cidade de João Pessoa, no grupo Nós Também, certamente leram essas e outras reportagens que contava a relação tortuosa e, muitas vezes, problemática com a esquerda brasileira. Porém, a exclusão dos homossexuais das trincheiras de lutas organizadas pelas esquerdas não foi um imperativo ou impeditivo para os homossexuais paraibanos.

Um mês após a “tentativa” de lançamento do grupo *Ação de Libertação Homossexual* (ALH), agora em uma manhã de quinta-feira (01/10/1981), estava marcado o *Dia Nacional de Luta*, em prol dos trabalhadores, mobilizados pelas reorganizadas centrais sindicais e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com concentração no Parque da Lagoa – Solon de Lucena, ou apenas Lagoa, na capital paraibana, e parada final na Praça João Pessoa, próximo a Assembleia Legislativa da Paraíba<sup>40</sup>.

Antes da saída do ato, ainda na Lagoa, no documento Boletim Nº 1 da ALH consta,

para nossa grande surpresa, quando fomos nos inscrever entre os que iriam falar, foi-nos negado o direito de voz com a alegação de que a luta homossexual não é uma bandeira de trabalhadores e que eles não entenderiam nossas reivindicações. Depois de muito insistirmos, foi-nos dado o não definitivo. Resolvemos nos retirar e protestar no outro dia através dos jornais

A própria organização do ato impediu o grupo de participar sob o discurso da pobreza/insuficiência intelectual dos trabalhadores, que, assim, não entenderiam aqueles sujeitos. O ato caminhou pelo centro da cidade

[...] ato público na Lagoa, que foi depois da Praça João Pessoa, aí eu fiz um manifesto de apoio aos trabalhadores e contra o sistema. E foi lido. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Neste ato o grupo sai mais uma vez do armário. Chamo a vez passada de “tentativa” por me apoderar do próprio argumento do documento do arquivo pessoal de Henrique, porém, considerando a heterossexualidade e a cisgeneridade como regimes de

---

<sup>40</sup> REF do DOC CRONOLOGIA

verdade, epistemológicos, de determinados tempos históricos, é possível afirmar, sobretudo apoiado na crítica literária norte americana Eve Sedwick, que a saída do armário é composta por movimentos constantes, sendo assim, este ato pode ser considerado mais um momento de “saída do armário” para o grupo, de lançamento público.

Como conta Henrique, inicialmente os trabalhadores se sentiram incomodados com a presença daqueles sujeitos, mas, ainda mais, com o Manifesto do 01 de Outubro lido por ele. Por uma questão metodológica, chamarei de “Manifesto do 01 de Outubro” para que não haja confusão com o Manifesto criado para o lançamento do grupo.

O documento “Manifesto do 01 de Outubro” inicia compondo um levantamento histórico da emergência do grupo Somos de São Paulo e traçava um paralelo incisivo com as pautas dos trabalhadores (como consta íntegra o documento no anexo 5). O texto propõe uma leitura que hoje podemos chamar de interseccional, ponto de inflexão fundante no racha vivido pelo grupo Somos de São Paulo alguns anos antes, porém, diferente do acontecido no dia 01 de maio de 1980, dia dos trabalhadores, quando parte do Somos de São Paulo foi bem recebida pelos demais grevistas<sup>41</sup>,

foi lido, embora os próprios trabalhadores se incomodaram, queriam reprimir, mas eu li o manifesto com a bandeira do ALH, que a bandeira era Libertas Que Darás Também, tinha a bandeira Libertas que darás também e isso foi um choque. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Dizia o Manifesto de 01 de outubro,

A luta homossexual não está isolada da luta do povo brasileiro, já que somos discriminados tanto como trabalhadores como homossexuais. O homossexualismo não é uma opção de pessoas de determinada classe, encontra-se inserido em todas as camadas da população, sendo evidentemente mais reprimido nas classes de menor poder aquisitivo, ou seja, na maior parte da população brasileira.

O que fica evidente é que desde o início o grupo buscou marcar a diferença dentro da identidade e da categoria “trabalhadores”, tentando superar a perspectiva de desvio pequeno-burguês, mostravam a homossexualidade como prática integrante da classe trabalhadora e que, ao ser atravessada pelo marcador de classe acarretaria em maior aprofundamento das formas de repressão.

O documento também não tem poder de verdade, ao passo que constitui o ponto de vista e experiência de jovens pertencentes a camadas sociais que, de algum modo,

---

<sup>41</sup> Mais amor e mais tesão



podemos chamar de privilegiadas. Por exemplo, no artigo *Alguém falou em teoria quare? Pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA + negres norte-americanes à teoria queer*, o historiador gay Rodrigo Weimer percebe que, a partir das críticas de cor à Teoria Queer, ou *Critic of Colors*, alguns sujeitos não têm acesso ao “privilégio” do armário e esses sujeitos são, sobretudo, atravessados pelo marcador de raça, de classe e de território que se retroalimentam.

Levanto este ponto de discussão devido ao enxerto: “sendo evidentemente mais reprimido nas classes de menor poder aquisitivo”. Longe de afirmar que os homossexuais de classes populares e de territórios marginalizados de João Pessoa tiveram menos repressão quanto à exposição de suas sexualidades, o que quero é apontar para o caráter de suspensão do armário enquanto dispositivo, visto que esse argumento do documento pode servir para reiterar a lógica de que a homofobia ocorre com maior incidência em territórios vistos como ultrapassados<sup>42</sup>, bárbaros, menos desenvolvidos. O que digo, mais uma vez, é que o mobiliário de gênero que traz consigo a categoria “armário”, muitas vezes não corresponde à realidade de sujeitos subalternizados que, comumente, possuem no máximo algumas poucas gavetas para se guardar sua performance afeminada ou que a organização do gênero enquanto categoria analítica possibilita outros caminhos pelas margens.

Voltando ao documento Manifesto de 01 de Outubro – Dia Nacional de Luta conclui da seguinte forma

O dia nacional de luta tem sua importância na medida em que concentra todos os grupos, respeitando suas especificidades, na formação de uma corrente onde o ideal de libertação, evidentemente, seja o denominador comum.

É preciso dar as mãos na luta contra a exploração e repressão.

É preciso libertar corpo e mente para a construção da nova sociedade.

O “todos os grupos” corresponde aos grupos feministas e de pessoas negras, nesse sentido a ALH convoca os trabalhadores a autocrítica de “*quem são os trabalhadores?*” sem abandonar a ideia de uma “luta maior” pela revolução em um “denominador comum”.

Após serem proibidos de lerem coletivamente o manifesto,

algumas pessoas do grupo foram embora e outras seguiram para a Assembleia onde o ato se realizaria. Por pressões de pessoas amigas que

---

<sup>42</sup> A discussão de homonacionalidade de Jasbir Puar pode aprofundar mais.

tomaram conhecimento do fato, a comissão, sem menos esperar fomos chamados a participar do ato. Quando começamos a nos pronunciar, havia ainda uma grande confusão quanto à nossa participação, e em determinada hora, fomos impedidos de falar, o que fez com que a plateia de aproximadamente quinhentas pessoas, reagissem gritando e exigindo nossa volta. A comissão então teve que ceder e concluímos nossa manifestação.

Duas vezes impedidos, o grupo ainda assim fala, mas após a pressão de “pessoas amigas” e do contingente de trabalhadores e trabalhadoras que estavam presentes e pediram para que a ALH terminasse de ler seu Manifesto. Este fato me parece sintomático das esquerdas e forças ditas progressistas durante a o período ditatorial, mesmo no período de “abertura”, pois, no mínimo, além de exercerem o poder de silenciar sujeitos subalternizados, subestimam as sensibilidades e capacidades cognitivas dos sujeitos ditos das “massas”, como se fossem um bloco, monolítico, literalmente bruto.

O Boletim Nº 1 da ALH continua, “a bandeira do grupo continuou desfraldada e passamos a distribuir nosso manifesto. Esta foi a primeira vez que um grupo homossexual desbravou as ruas de João Pessoa, mesmo a contragosto das forças ditas progressistas e democráticas”. Mesmo fugindo dos discursos de origem, este documento conta sobre uma importante ação do Movimento Homossexual Paraibano e, mesmo tendo o cuidado para não cair no poço positivista e colonizador dos grandes feitos, os marcos temporais de resistência de sujeitos subalternizados devem ser constituídos enquanto memória pelo que hoje chamamos de historiografia LGBTQIAPN+.

O grupo propõe de fato uma luta pela libertação dos corpos, o que fica evidente no Boletim Nº 1 da ALH onde é exposto a perseguição a homossexuais nos espaços de homosociabilidade de João Pessoa, como será desenvolvido no próximo tópico.

### **3.3 – “A repressão vem com o verão”: Xoxota, (homos)sociabilidade e (re)sistência em João Pessoa**

As transformações políticas e econômicas que atravessaram o Brasil na segunda metade do século XIX proporcionaram profundos rearranjos sociais e culturais. O movimento de urbanização do Sul e Sudeste brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, o êxodo advindo, sobretudo, das regiões Norte e Nordeste e o crescimento das capitais e demais centros urbanos de seus respectivos estados brilhou aos olhos de sujeitos que

buscavam o anonimato (GREEN, 2019), “As grandes capitais brasileiras, densidade demográfica e heterogeneidade, garantiam aos sujeitos ávidos em desfrutar dos prazeres do mesmo sexo uma espécie de anonimato” (CARNEIRO, 2017, p. 64).

Esses espaços de sociabilidade homossexual, ou homossociabilidade, compõem um território de fabricação de subjetividades, de valores éticos e estéticos, criam heterotopias (FOUCAULT, 2003) do poder existir quando sua existência não é possível. Montam uma cartografia do babado na cidade João Pessoa, de “guetos”, como afirma o historiador gay Júlio Assis Simões e Isadora Lins França, “o ‘gueto’ é importante na medida em que proporciona um ambiente de contatos no qual as pressões da estigmatização da homossexualidade são momentaneamente afastadas ou atenuadas” (CARNEIRO apud SIMÕES; FRANÇA, 2005).

Na cidade de João Pessoa não apenas a UFPB serviu como *lócus* de atuação do Movimento Homossexual Paraíbano na década de 1980, mas a praia também, especificamente no bairro de Tambaú, próximo ao clássico Hotel Tambaú, “a universidade era um campo de atuação, a gente atuava dentro da Universidade, mas atuava também na praia”<sup>43</sup>

Apesar da repressão, “essa ideia que a gente tinha mesmo [de liberdade], a gente tinha como era o Bar da Xoxota, que não era o nome do bar, era Bar Doce Lar. Esse nome Bar da Xoxota era o nome popular que ficou, no guia gay.”<sup>44</sup> E complementa “super conhecido, ninguém sabia mais falar em Bar Doce Lar, tinha até a placa lá dentro, Bar Doce Lar”. Esses sujeitos subalternizados resignificaram um “doce lar” com uma “xoxota”, mas não apenas, nessa cartografian da espacialização homossexual também se desenhavam outros espaços

Havia além do bar da xoxota vários pequenos bares no entorno, isso fica em Tambaú, perto do Hotel Tambaú onde a gente circulava. Então era um ambiente de alta circularidade, sabe?! Que não ficava exatamente no Bar da Xoxota, que era o principal, era o melhor, era o mais engraçado, mais dinâmico, maos diversificado. Não era um bar gay, era um bar de transgressão. Tinha de travesti a um cara mais machista que ia lá por curiosidade para ver os homens se beijando, de mão dada, então era tudo e não tinha repressão que pudesse amainar esse clima de transgressão do Bar da Xoxota, mas havia o Bar do Cacete, o Piniqueiral, havia Desiree Rose, que era outro bar, havia o Quintal... Era assim no entorno do bar da Xoxota, em várias ruas, vários bares onde a gente circulava a noite inteira, né? Então era

<sup>43</sup> (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

<sup>44</sup> (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

como se fosse... A gente até chamar de baixo Tambaú, né? Como se fosse baixo Leblon uma coisa assim... Havia um ambiente favorável para essa circularidade. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

### Cotejando com relatos de Bertrand Lira

Atrás do Bar da Xoxota, tinha um bar chamado... O dono do bar só falava “esse é meu cacete”, “meu cacete”, “meu cacete”, e aí ficou chamando o bar dele, que parece uma bodeguinha, de Bar do Meu Cacete. Com essa brincadeira, tinha um Bar do Meu Cacete. O pessoal começou a funcionar, como era do outro lado da rua, chamaram Bar da Xoxota e isso pegou mesmo. (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Nos relatos acima é possível perceber a efervescência da noite pessoense e o que podemos chamar de emergência de um “mercado gay” na cidade. O local, como relata Bertrand, “começou a ser frequentado pelos professores da Universidade, principalmente professores” (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022). Este ponto do relato torna nítida a diferença de classe, pois põe em evidência o público alvo e o território ao qual este mercado foi fixado.

A distinção “gay rico” e “bicha pobre” estudada por Juan P. Pereira Marsiaj no artigo *Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil* pode ser mobilizada para alguns distintos (des)enquadramentos, por exemplo, um “segundo lugar de atuação”, inclusive apontado por Henrique Magalhães, é o que Marsiaj chama de “espaços públicos [como] parques, praças, praias e outros espaços públicos usados para contatos entre homossexuais, desde locais para pegação até aqueles usados para encontros sexuais” (MARSIAJ, 2010, p. 141); já o Bar da Xoxota e o Bar do Cacete, por exemplo, são “estabelecimentos comerciais [visto que] incluem saunas, bares, boates, e outros estabelecimentos onde gays e lésbicas se encontram e, ocasionalmente, têm relações sexuais.”

O Bar da Xotota foi um estabelecimento do *capitalismo rosa* (MARSIAJ, 2010) que provocou um verdadeiro laboratório de identidades, ponto de encontro e de coesão de desejos abjetos, de sujeitos anormais, frequentado não só por professores universitários, mas também por estudantes, “e quando tinha festa de Iemanjá as pessoas desciam todos, aí tinha muito gay nas festas de Iemanjá, aí já ia tudo caracterizado, os pais de santo, tudo ia para o mar”<sup>45</sup>, haviam eventos como lançamentos de livros, como o livro *Recados e Bilhetes* escrito por Lauro Nascimento, professor da UFPB e

<sup>45</sup> (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

integrante do grupo Nós Também, bem como haviam performances não combinadas, como conta Bertrand Lira “fazer performance, Lauro fazia performance, dublava Tetê Espíndola, Lauro era o professor de Artes Cênicas, do curso de Educação Artística, aí tinha Artes Cênicas, Musica e dança. E todo mundo que queria fazia uma performance, não era nada programado, tudo improvisado”<sup>46</sup>.

#### Complemente Henrique Magalhães

fazíamos poesias, sarau poético, ocupávamos o Bar da Xoxota para fazer eventos. Então tinha todo uma... Foi uma forma que a gente encontrou, primeiro porque a gente era todo mundo era artista, todo mundo fazia alguma coisa ligada e traduzia isso através da sua arte a questão da homossexualidade (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Aqueles sujeitos criavam novas realidades, torciam o tempo e a conjuntura, construía afetos, desejos, amores, experiências e liberdades em pleno período de perseguição da Ditadura Cisheteromilitar.

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, especialmente no Grupo de Trabalho (GT) de Gênero, faz um profundo trabalho sobre a perseguição sofrida por mulheres durante o período, porém, a insuficiência da categoria Mulheres ao relacionada diretamente à categoria Gênero provocou ainda mais silenciamentos e invisibilizações. Primeiro, o relatório ainda leva em consideração, na categoria Mulheres, elementos ditos biológicos, o que pode explicar a completa ausência do nome da militante travesti Fernanda Benvenutty do referido Relatório, por outro lado, não comenta sobre a perseguição sofrida por homossexuais, lésbicas e demais dissidências sexuais e de gênero, como diz Audre Lorde “as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre”<sup>47</sup>, assim, categorias escoradas em pressupostos biológicos e coloniais tendem, como aconteceu, a envelhecer como leite.

Não digo que ofereço ferramentas capazes de dismantelar o sistema moderno-colonial de gênero, mas que a mobilização de categorias de pensamento devem ser operacionalizadas de modo a projetar luz às margens, ao que tá visível e que parece indizível.

<sup>46</sup> (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

<sup>47</sup> <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>

Por exemplo, o Boletim N° 1 da ALH (anexo 6), de outubro de 1981, denuncia logo no título “A repressão chega com o verão”, e continua logo no primeiro parágrafo

João Pessoa está vivendo um de seus momentos mais agressivos dos últimos tempos. Seria diluir demais a questão afirmar que a violência a pessoas, como se tem manifestado, faz parte de uma violência maior e de fruto do desemprego, do custo de vida e de toda a contradição do sistema capitalista. O que tem se observado é uma sistemática repressão organizada na orla marítima de Tambaú, mais particularmente ao homossexuais que procuram, nas ruas e bares, respirar aliviados da repressão diária que sofrem em casa.

A repressão é evidentemente tão específica que se destina aos homossexuais apenas da orla marítima, onde surgiu fulgurante no verão passado um movimento de conscientização dos homossexuais através de grupos de discussão organizados e da discussão da questão nas mesas dos bares. Chegou-se a criar inclusive vários pontos de encontro onde eram organizados shows, festas e lançamentos de publicações.

A noção de que a Ditadura teria acabado após o ano de 1980 é posta para baixo pelos relatos e pela denuncia do documento. A perseguição a sujeitos homossexuais, na ausência de dispositivos legais que regulamentassem a proibição da homossexualidade, irá se apoderar de outros discursos e ferramentas para o exercício do poder. As batidas policiais iam contra o “desbunde” daqueles sujeitos que ousavam ser feliz. As batidas policiais visavam intimidar e assustar os homossexuais. Os policiais usavam armas, mas principalmente usavam a desculpa da busca por drogas, como comenta Henrique

A polícia atuava, a polícia federal, era por uma coisa de costumes. Ela fechava a rua que Nós Também que era pequena, Nós Também não, do Bar da Xoxota, o Bar lotado. Então a polícia chegava, ficava na esquina e na outra e ia fazer revista nas pessoas dentro do bar, que era uma forma intimidação, né?! Com armas sabe com aquela brutalidade toda. Então revistava as pessoas para ver se tinha maconha, principalmente, ver se tinha drogas e às vezes levava algumas, mas não era porque era gay sabe?! Era também porque aquilo ali chamava atenção na cidade, aquela liberdade, né? Aquela liberalidade (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

## E complementa

Rompia com aquela coisa sisuda da ditadura. Então havia repressão, mas a repressão como eu falei de intimidação, de fazer com que as pessoas tivessem certo medo, só que no dia seguinte o bar tava cheio de novo. Eles vinham fechavam e saía, não fechava o bar, esvaziava. Fechava a rua, revistava, fazia um alvoroço, levava uma ou duas pessoas mais exaltadas, depois soltava lá na frente, nem perdia era só para intimidar. Só para dizer: “olha a gente não quer que isso aconteça embora não vai aprender todo mundo, né?”. No dia seguinte tava todo mundo lá, então havia uma resistência também, era a resistência do prazer contra esse sistema de opressão. (fala sorrindo)

O bar, a atuação por vias artísticas e culturais, os desejos e trocas permitiram a constituição de novas dinâmicas sociais. Mesmo intimidados, esses sujeitos voltavam no outro dia pelo sentimento de pertencimento, como comenta Bertrand

tinham poucos vizinhos, naquela época aquela área não era tão valorizada, mas as pessoas denunciavam e quiseram certamente denunciar dizendo que tinha muito gay, que não sei o quê, travesti... Tinha travesti frequentava e não havia aquela discriminação com os frequentadores, não tinha problema e as pessoas abertas então frequentavam o bar, todo mundo adorava o Bar da Xoxota, né? (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

O que reitera a dinâmica de classe, mesmo que Bertrand tenha dito que a área não era tão valorizada, no enxerto acima, é o texto do Boletim N° 1 da ALH que conta

a repressão é fruto de uma ação organizada no sentido de “sanear” as ruas e bares da orla, onde correm o perigo de “contaminação” os filhinhos da classe média alta que também frequenta. Primeiro foram ações da Polícia Federal que, sob amparo legal, invadia os bares em cata aos maconheiros, chegando ao absurdo de dispararem metralhadoras como intimidação. É preciso que se diga que os locais que a polícia invadia eram locais de encontros de homossexuais, e com isto a polícia tentava fazer uma analogia de tóxico com homossexualismo.

Agora a repressão manifesta-se através da manipulação de grupos de rapazes machistas contra homossexuais já que a polícia não tem amparo da lei para reprimi-los diretamente, o que ocasionaria um desgaste do aparato policial.

O que o documento denuncia nos parágrafos transcritos acima é preocupante. Após as batidas policiais sob o pretexto de “guerra as drogas”, os bares e locais de homosociabilidade de João Pessoa passarão por uma onda de ataques de conservadores que assumiram esse papel de higienizar o local, visto que a polícia não teria tanta legitimidade.

Bertrand comenta no trecho:

claro que tinha briga, como em todo bar tinha confusão, porque tinha gay que era agredido, o cara que tava lá, sabe aquele povo mal resolvido, e tal começavam confusão, que ia para o bar também sabendo que era um bar que tinha 60%, 70% de gays lésbicas, tinham travestis e tudo. E sempre tinha alguma provocação, tinha sempre uma briga e esse bar revolucionou a cidade, né?! (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022)

A conjuntura e a leitura do dado momento histórico não é tão simples e não quero recair em implicações ou lógicas fáceis, mas é possível inferir, com base na leitura das fontes acima, que houveram diferentes dinâmicas, por parte de civis e do Estado, como no caso da Polícia Federal, que agiram no sentido de higienizar aquele espaço da praia, ocupado pela elite que sentia nojo ao ver os sujeitos abjetos da cidade e de outros locais do Brasil e do mundo, como comenta Bertrand

E aí também entrou no Guia Gay Internacional e muita gente vinha de fora perguntava, acontecia comigo e com todo mundo, ia pela praia, indo para o bar, aí o pessoal: “tem um bar que chama” e começava a rir “bar da xoxota”, “é ali à direita, tal”. Todo mundo achava engraçado (Bertrand Lira, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Ou seja, ir à praia, sobretudo em Tambaú, significava dar de cara com os estabelecimentos comerciais gays e os lugares públicos de pegação e socialização. O calor, o sal e a areia atravessaram subjetividades de corpos que estava, a cada momento, aprendendo a ser livre, a ouvir outros homossexuais tocando no som, a ver novas performances, a sentir novos gostos, o Movimento Homossexual Paraibano têm, em sua gênese, a atuação artística e cultural, mas a vida cotidiana também historiciza políticas do corpo, do aprender a ser diferente.

O conceito de Ditadura Cívico-Militar me parece importante pois dá conta da atuação civil na constituição e legitimação da Ditadura. Assim, no conceito de Ditadura Cisheteromilitar está entrelaçado às formas de opressão sofridas pelos sujeitos ditos homossexuais pelo Estado, mas também as formas de opressão sofridas por parte de sujeitos comuns, que, apoiados no discurso de perigo de desvio moral e na perseguição a homossexuais, se sentirão no direito de agredir e marcharem numa espécie de cruzada conta os espaços de homossociabilidade de João Pessoa. Na ausência da Polícia, as pessoas dos arredores compunham a repressão, de um poder que não é maquinaria, mas se desenha mais como forças molares de tensionamento.

Henrique Magalhães, personagem central nesta trama/pesquisa foi cartunista e trabalhou por muito tempo para o Jornal O Norte, jornal de grande circulação no Estado da Paraíba. Uma das suas personagens, “Maria”, publicada no jornal em forma de tirinhas, tecia críticas ao regime ditatorial, à heterossexualidade compulsória e estimulava novas formas de subjetivação e de experiência da realidade, como no exemplo a seguir.

### **Imagem 17: Tirinha “Maria”**





Fonte: Arquivo pessoal Henrique Magalhães Paiva

Na encenação formada pela personagem Maria acima, o medo das personagens lésbicas de sentirem o que sentem, de amar quem se ama, de desejar quem se deseja sendo quem se é parece ser superado ou, no mínimo, enfrentado com mais leveza no ultimo quadrinho da imagem, após seu beijo e ao som da canção caçador de mim eternizada na voz de Milton Nascimento, grande referência da tropicália. Após o medo, as personagens dançam de mãos dadas ao som das estrofes “nadada a temer, senão o correr da luta Nada a fazer, senão esquecer o medo”<sup>48</sup>

Os jornais e a mídia pessoense também agiam no sentido de estigmatizar os sujeitos homossexuais, reivindicando, sobretudo, as categorias legais emergidas na criminologia. Mesmo trabalhando no O Norte, Henrique e o Movimento Homossexual Paraibano decidem mostrar resistência a partir da música, como fez a personagem Maria.

É devido às perseguições que em 13 (treze) de novembro de 1981 o Movimento Homossexual Paraibano decide subir no palco onde aconteceria os show da cantora Cátia de França, e dos artistas Tadeu Mathias, Ivan Santos e Bráulio Tavares, no Clube Astréa, para um público de cerca de 2.500 pessoas, como consta no documento Nota de Repúdio. O documento, ao final, é assinado pelo Nós Também, pela Ação de Libertação Homossexual e entre o nome dos dois grupos, há escrito “ser livre”, o que não dá para

<sup>48</sup> Ver como citar a música

entender se foi mais alguma dissidência ou um novo grupo de homossexuais, por estar todo datilografado em maiúsculo, não dá para perceber se se trata de um substantivo próprio, fazendo alusão a outro grupo; nas entrevistas também não há alusão a outro grupo, muito menos com este nome, o que me faz interpretar que seria um tipo de conectivo entre os dois grupos localizado o “Nós Também” no início da frase, a “Ação de Libertação Homossexual” no final e conectado com o “ser livre” no meio da frase, toda em apenas uma linha.

### Lembra Henrique Magalhães

Eu entrava e saía do Jornal O Norte sem nenhum problema. Eu conhecia as pessoas que faziam o Jornal, o editor, o repórter, o diagramador, eu trabalhei dentro do jornal também. Eu não escutei nada, ninguém dizer nada. havia assim um certo... Como eu diria?! Uma certa concessão, talvez porque eu era uma pessoa conhecida e que... É como que se dissesse: não, deixa falar, deixa dizer sabe?! Porque talvez os leitores até achasse que tinha razão, porque eram pessoas próximas, amigas e sabiam que aquela linguagem troncha da área policial não era não era boa, mas eram pessoas que não tinha o controle do jornal. Então assim eu não sofri nenhum tipo de represália por conta disso não. Eu não lembro se no Manifesto eu cito diretamente Jornal O Norte.

Na Nota de Repúdio (anexo nº 7 desta dissertação), lido no show de Cátia de França, Henrique não cita o jornal O Norte, mas diz

Amos é o que se quer; e o que podeis censurar? Amo, como me agrada, o que me agrada amar.

Com essas palavras queremos denunciar a violência que vem sendo cometida ultimamente contra os homossexuais em João Pessoa.

Neste contexto, além da repressão policial, destaca-se a ignorância e o sensacionalismo de certo órgão de imprensa que reserva para os homossexuais sua página polícia, distorcendo fatos, comprometendo pessoas, incentivando puritanismo eivado de represálias.

Ou seja, os discursos de crime, doença, perversão moral, pecado e outros serão operacionalizados em prol da constante subversão desses sujeitos que tomaram a coragem e o dever para si de ler em público esta Nota de Repúdio. De Todo modo, Henrique não sofreu represálias, como explica

Foi uma tática minha de não colocar o nome, mas dizer a imprensa porque O Norte fazia isso, o Correio da Paraíba fazia isso, não sei se Jornal da Paraíba, que na época era só Campina Grande, não era estadual, mas os jornais daqui eles tratavam homossexual como sendo um marginal. Então eu disse: eu não vou dizer que é o norte, eu vou generalizar porque vai atingir a todos. Por isso talvez não tenha havido nenhum problema, porque também fui diplomático, eu soube tratar a coisa generalizando e não acusando um jornal só, porque na verdade eram todos que faziam isso. (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022)

Este caminho pela cidade de João Pessoa foi possível porque há uma multiplicidade de arquivos e fontes produzidas e guardadas pelos sujeitos que estiveram organizados nas frentes de atuação contra a Ditadura Cisheteromilitar. Pela riqueza das fontes, o ano de 1981 foi efervescente na vida política, social e cultural dos ativistas que, organizados, mobilizaram a cidade e os guetos homossexuais de João Pessoa. Em 1982 será lançado o Jornal/Revista *Gaya*, com apenas duas edições, uma de março e outra de abril, no sentido de chamar outros sujeitos homossexuais e demais dissidências sexuais e de gênero a organizarem-se, sobretudo aos “gays femininos”.

Não há uma data definida para o fim do grupo Nós Também, muito menos para a Ação de Libertação Homossexual. No livro intitulado *Nós Também: a história da militância através da memória gráfica*, do pesquisador Bruno Santana, resultado de sua tese em Design explica que

O encerramento do grupo foi gradativo. O afastamento dos membros do núcleo central, devido às dificuldades dos membros em meio ao cotidiano acadêmico, acabou por minguar as reuniões semanais. Outro problema foi a disponibilidade de local, que cada vez se tornou mais difícil.

O professor Henrique considera que a produção do filme *Baltazar da Lomba* (1982) foi o marco do fim do grupo. Após a produção, cada membro tomou seu caminho profissional, deixando para trás as atividades de militância. (SANTANA, 2020, p. 80)

Já no artigo *Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento lgbt em João Pessoa (1980-2002)*, o antropólogo Thiago de Lima Oliveira diz que

A atuação do NT durou até o ano de 1983, mantendo como núcleo consistente de atividade professores e alunos da UFPB, principalmente Lauro Nascimento, Sandra Craveiros, Gabriel Bechara, Germana Galvão e Henrique Magalhães, conforme informou este último. Após dois anos de atividades o grupo começou a diluir-se e as atividades foram reduzindo-se frente a outras atividades pessoais dos militantes e à expansão de novos formatos de militância mais basilares e orientados para públicos diferentes. (OLIVEIRA, 2017, p. 333)

Defendo uma outra historicização, pois o filme *Baltazar da Lomba* foi lançado em 1982, em 1983 será lançado o filme *Era vermelho o seu Batom*, como consta inclusive na legenda do vídeo postado no canal pessoal de Henrique Magalhaes na plataforma Youtube<sup>49</sup>, cuja análise do curta eu fiz no artigo “*Sai bicha!*”: *uma análise do curta era vermelho seu batom (1983)*, publicado no livro *Estudos de gênero*:

<sup>49</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QFAKneU2XEM&t=294s>

*sexualidade, corpo, e representações*. Resolvendo as confusões, é perceptível, a partir da leitura das fontes, que já em 1982 vai havendo um refluxo organizativo no Movimento Homossexual Paraibano, e como consequência desse refluxo há o fim do grupo Nós Também e da Ação de Libertação Homossexual, porém, de todo modo, a memória é constitutiva de movimentos subjetivos, por exemplo, para Henrique, mesmo os grupos estando desorganizados no final do ano de 1982, é em 1983 com o curta *Era vermelho seu batom* que marca o fim dos grupos Nós Também e Ação de Libertação Homossexual. No filme, é possível ver Henrique e outros componentes dos grupos no bloco das virgens de flecheiras, na cidade do Conde, próximo a João Pessoa, dançando alegremente com a bandeira da ALH. Os inícios e os fins são turvos e permanecem na memória cheios de fricções.

No próximo tópico deste capítulo analiso documentos que tornam possível falar em (des)continuidades dos grupos e emergência de novas formas de ativismos e militância homossexual em João Pessoa. Não há um fim.

### **3.4 – Closes: não há um fim!**

Uma outra fonte que, ao ser cotejada, me permite apontar o fim do grupo Nós Também e da Ação de Libertação Homossexual no ano de 1982/1983 é o panfleto “O grito” (anexo 8), chamando para o “I Encontro de Homossexuais da Paraíba”, que aconteceria em Jacumã, entre os dias 03 e 07 de setembro de 1983. No panfleto, uma das sugestões de pauta é “balanço do movimento homossexual paraibano desde a extinção do ‘Nós Também’”<sup>50</sup>. E continua no verso do panfleto

[...] Desde a extinção do “Nós Também” falta-nos a iniciativa para um debate amplo sobre nossas questões imediatas e gerais, como também o conhecimento do que os grupos homossexuais andam fazendo pelo Brasil afora.

Conscientes de que seja necessária a informação e a crítica para vencer a alienação e de que só a união de todos os homossexuais poderá acabar o preconceito, para que possamos viver dignamente com nossa opção sexual, contamos com a participação de todos num clima de paz e afetividade.

O panfleto é assinado pelo próprio Henrique, porém, nos arquivos em áudio, o ativista disse que o encontro não chegou a acontecer, foi na verdade um misto de

---

<sup>50</sup> Anexo X. Arquivo pessoal de Henrique Magalhães.

sensibilidades e de desejo que aquele período de efervescência não acabasse, por mais que o grupo tenha acabado sem grandes problemas internos, segundo Henrique foi

uma tentativa de retomar. Não como Nós Também, mas como um outro movimento que reunisse os homossexuais. Só que acho que foi bem depois, em torno de 85 por aí, que eu fiz uma chamada, distribui, para um encontro durante um acampamento em Jacumã, só que as pessoas foram lá para curtir, não teve encontro, eu não consegui estruturar, fazer, mobilizar as pessoas para fazer uma coisa que fosse discutir, retomar algum tipo de movimentação porque o Nós Também foi tão importante para mim que eu senti falta, senti muito quando terminou. E ele terminou de uma forma muito tranquila, não houve rompimento. As pessoas acharam que era o momento, estavam cansados e precisavam cuidar da sua vida pessoal e, depois do filme Baltasar da Lomba acabou sem nenhum trauma, mas eu queria que houvesse mais coisas, eu queria que tivesse um movimento que atuasse como o Nós Também fez, aí eu não consegui juntar. Não houve, não aconteceu nada, não aconteceu esse encontro. Teve a chamada, eu fui, mas não houve nada (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Após o fim do grupo Nós Também e da Ação de Libertação Homossexual, emerge na capital paraibana outra forma de organização política de homossexuais e para homossexuais, como aponta

Com uma proposta e forma de atuação mais semelhante às mobilizações das ligas camponesas e com forte influência de ideologias como da esquerda, como o marxismo e a teologia da libertação, no ano de 1984 surge na Paraíba o grupo Beira de Esquina (BE). Assim como no caso do Nós Também, o nome do grupo é um indício de suas inclinações e concepções de militância. Formado por jovens universitários geralmente vinculados aos centros acadêmicos da UFPB e às mobilizações de líderes comunitários, a atuação do BE tinha um caráter menos acadêmico, e como indicou Luciano Vieira Bezerra, membro do Beira de Esquina e eleito por diversas vezes presidente do MEL, o grupo estava voltado à formação das comunidades de base, reunindo homossexuais na universidade e também nos bairros mais afastados onde os estudantes moravam. Ainda segundo ele, os membros do grupo, em sua maioria, estavam vinculados a outros movimentos sociais, a exemplo do movimento sem terra e das pastorais ligadas à igreja católica em crescimento durante o período de ditadura militar. A teologia da libertação também fora um componente importante e que contribuiu para a formação ideológica e que corroborou com a seleção do público prioritário e os modos de atuação dos militantes. (OLIVEIRA, 2017, p. 333).

O grupo Beira de Esquina subverte a lógica de resistência do grupo Nós Também e, de alguma forma, desdobra o objetivo de aproximação com as esquerdas e forças progressistas paraibanas. A organização emerge apenas quatro anos após a emergência do Nós Também, porém, devido a situação de marginalidade e de ação intensiva do Estado em aniquilamento de sujeitos quanto da epidemia de HIV-AIDS, o grupo possui outro modelo orgânico e princípios de atuação, além de outros elementos epistemológicos.

Um problema metodológico quanto ao grupo é a completa ausência de fontes. É possível que sua atuação mais informal, com mulheres trans\* prostitutas ou não, mulheres cis\* prostitutas e michês<sup>51</sup> seja o foco da ausência de fontes, além do fato de seus antigos militantes já terem falecido, como é o caso de Luciano Vieira, ou sumido completamente do ativismo.

O Beira de Esquina fará duras críticas ao ativismo do Nós Também, por reiterar, de algum modo, o processo de invisibilização, além de compor uma crítica aos marcadores de classe, território e raça sobretudo, como aponta Henrique

eles achavam que nós éramos muito burgueses porque ficavam pela praia, era nosso campo de atuação, sabe?! Eu não tenho que ir para fazer militância com as travestis na lagoa, porque eu não tinha nem diálogo. Então a gente atuava no meio onde a gente vivia que era a Universidade, que era Tambaú e que não era nada burguês, era um pequeno veneno que eles fizeram circular, mas não tinha nenhuma intriga, nenhuma inimizade (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Mesmo querendo reorganizar os homossexuais pessoenses, Henrique não desejou compor as fileiras de luta do grupo Beira de Esquina,

eles tinham outro tipo de atuação sabe?! Que, para mim, não me interessava. Eu não tinha convivência com esse meio, com o meio que eles atuavam, que eram as prostitutas que ficavam se prostituindo na lagoa no centro da cidade, os michês, as travestis... Eu não tinha relação nenhuma, não. Admirava, acho que era importante o trabalho deles, eu acho que era fundamental o que eles faziam, mas o meu campo de atuação era outro, tava muito mais no campo da intelectualidade, de provocar ideias, de fazer outras intervenções... É não atuar nesse campo in loco, sabe?! De fazer um trabalho de conscientização e de mobilização desse meio que realmente não era o meu meio. Eu achava que era importante, mas eu não me sentia à vontade de fazer (Henrique Paiva Magalhães, arquivo FIOCRUZ, 2022).

Segundo Thiago Oliveira o nome Beira de Esquina deixa de contemplar a multiplicidade do grupo e em 1992 surge o Movimento do Espírito Lilár (MEL), ativo até os dias atuais, sendo um grupo fundamental na luta por cidadania e reconhecimento de direitos dos sujeitos ditos LGBTQIAPN+ no Estado da Paraíba.

Este esforço para compor uma memória LGBTQIAPN+, uma Historiografia LGBTQIAPN+ e, mais especificamente, uma Historiografia do Movimento LGBTQIAPN+ na Paraíba é sobretudo para coletivizarmos nossas lutas, para compreendermos que somos sujeitos históricos, que as organizações LGBTQIAPN+

---

<sup>51</sup> O negócio do Michê

lutaram e continuam lutando, em sua multiplicidade de ações, para elaboração e efetivação de políticas públicas no gerir das nossas vidas.

O recorte cronológico desta pesquisa se insere na década de 1980, porém os múltiplos e polifônicos movimentos LGBTQIAPN+ que vão surgir (e continuam surgindo) nas décadas seguintes na Paraíba devem ser alvo de estudos, elaboração de análises, construção de memórias e marcos de luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emergindo no início da década de 1980, no período de “abertura lenta e gradual” da Ditadura Militar, no Estado da Paraíba, mais especificamente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o grupo Nós Também foi pioneiro na luta pelo alargamento da cidadania homossexual paraibana.

Formado por jovens de classe média/baixa, estudantes de artes a audiovisual, estimulados pelos debates do período da abertura e dos encontros da Sociedade Brasileira Pelo Progresso da Ciência (SBPC), bem como pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e outros grupos de homossexuais organizados, esses jovens decidem ocupar não só a Universidade, mas os bares, a praia de Tambaú e a subcultura alternativa da cidade de João Pessoa.

Sua atuação política, na prática, vai de 1980 a 1983, o que pode ser compreendido como um curto prazo de tempo, porém organizados durante um período de distensão política e desmobilização dos movimentos homossexuais pelo Brasil, o grupo teve importantes ações no Estado.

Seja no próprio processo de positivação das sexualidades dissidentes nos encontros de convivência onde estudavam materiais nacionais e internacionais, na venda do jornal Lampião da Esquina, na formação e socialização das práticas educativas ligadas aos sujeitos dissidentes sexuais e de gênero, seja na luta política organizada, pelas ruas de João Pessoa.

Este trabalho, desde o início, buscou mais ampliar o debate a cerca do que hoje podemos chamar de Historiografia LGBTQIAPN+ paraibana ou Historiografia dos Movimentos LGBTQIAPN+ do que fechar lacunas, suprir demandas ou responder a todas as perguntas possíveis. Com ele é possível caminhar pelas ruas da capital paraibana e enxergar pelo caminho os outdoors, pinturas e grafites feitos pelos Nós Também, mas também é possível perceber uma outra Paraíba, que não é apenas lugar de “cabra macho”, que reitera os padrões de gênero, muito pelo contrário, é lugar de outras éticas e estéticas da existência, de constituir novos valores, amores e desamores.

Utilizo-me de múltiplas fontes arquivistas e este foi um desafio no fazer historiográfico. Escolher é recortar e recortar é sempre difícil. O projeto inicial previa um recorte temporal muito maior, fruto da inexperiência no fazer pesquisador. Previa também uma colaboração maior com as fontes. Fui aprendendo que estudar com e sobre movimentos sociais, sobretudo ligados a gênero e sexualidade, é lidar com a incerteza. A incerteza do armário como campo epistêmico, da heterossexualidade compulsória que faz com que esses atores e atrizes sociais queiram, muitas vezes, não relembrar de suas atuações na juventude. O período ditatorial também interpela emoções e relações individuais a cada sujeito.



## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da história**. In: PINSKY, Carla B., Fontes históricas. 3. Ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019. p. 155 – 202.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Sandra (2010). “Prefácio”, in: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla B., Fontes históricas. 3. Ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019. p. 23 – 80.
- BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013. p. 89 – 117.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMARGOS, Moacir Lopes. **O surgimento das paradas LGBT no Brasil**. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- CARVAL, Julieta P. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.
- COLLINS, Patricia H. **Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder?”** Signs.V.22, n. 2, 1997.
- CURIEL, Ochy, **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano**. Revista Tabula Rasa, 2003, n. 1, p. 58-86.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cadernos AEL, v. 10, n18/19, 2003. p. 81 – 125.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2018, p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. "Outros espaços". In: **Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411-422

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

\_\_\_\_\_. **Revolucionário e Gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nem todos os caminhos levam a Nova York**. Cult, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/>. Acesso em: 28/10/2020.

\_\_\_\_\_. **Quem é o macho que quer me matar?: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada Brasileira dos anos 1960 e 1970**. Revista Anistia Política e Justiça de Transição. No. 8 (jul. - dez. 2012). p. 58 – 93.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado. Nº 1, vol 31, 2016. p. 25-49.

GROSGOUEL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial**. Revista Contemporânea. v. 2, n. 2, jul. – dez. 2012. p. 337 – 362

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. (1998). “**Manifiesto inaugural**”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

GUASH, Òscar. **La crisis de la heterosexualidad**. – 2. Ed. Novembro, 2007. Laertes, S.A. de Ediciones. C/ Virtur, 8, baixoa – Barcelona.

HOLLANDA, Heloísa B. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 10-37.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory. An introduction**. Nova York: New York University Press, 1996.

KATZ, Jonathan N. **A invenção da heterossexualidade**; tradução Clara Fernandes. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o pensamento: Uma palestra-performance de Grada Kilomba**. São Paulo. Disponível em: <https://mitsp.org/2016/portfolio/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra-performance-de-grad-kilomba/>. Acesso em: 03/05/2022

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. Enciclopédia Einaudi. V,1: Memória – História. s/1 (Portugal), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

LISBÔA, Flávia M. **O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de michel Foucault e os estudos decoloniais**. Revista Moara/Estudos Linguísticos, ed. 57, vol. 2/jan -jul (2021). p. 33-51.

LIMA, Solange F.; CARVALHO, Vânia C. **Usos sociais e historiográficos**. In PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia R. (orgs.). *O historiador e suas fontes – 1.ed., 6º impressão – São Paulo: Contexto, 2020.*

LOPES JUNIOR, Luiz Gervazio. **“As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução”**: uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba (1980-2000). - 2020. 33 fls. Monografia em História – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020.

LUCA, Tânia R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B., *Fontes históricas*. 3. Ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019. p. 111 – 154.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista de estudos feministas*, v. 22 n. 3 (2014), p. 935 -952.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-84.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAIOR JUNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir ou não assumir: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978 – 1981)**. Porto Alegre, Rs: Editora Fi, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A descolonização e o grio des-colonial**. *Revista Tábula Rasa*, Bogotá-Colombia, n. 9, jul-dez 2008, p. 61-72.

MARSIAJ, J. P. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 10, n. 18/19, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2511>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MIÑOSO, Yuderkys E. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.

MIÑOSO, Yuderlys E. **La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual.** In: CÁRCAMO, Mirna P. et al. (Orgs.). *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación em américa latina y el caribe.* 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 259 – 273.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade o lado mais escuro da modernidade.** Traduzido por Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 94, vol 32, 2017. p. 1-18.

MIGNOLO, Walter D. **El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MOGROVEJO, Norma. **O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala.** In: HOLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global.* 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 33 – 58.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>> Acesso em: 20 jun. 2022

MOTT, Luiz. **O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia.** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018. cap. 11, p. 211-226.

NAPOLITANO, Marcos. **A História depois do papel.** In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas.* 3. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

NASCIMENTO, Talita H. C. **Tempos instranquitos, sonhos férteis: movimento estudantil na ufpb de 1976 a 1979.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/view/2502/539>> , acessado em 01/09/2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência.** Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, José M. D.; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento lgbt em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias**. Revista Bagoas, Natal, n. 16 | 2017 | p. 318-351.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-96.

PELÚCIO, Larissa. **História do cu do mundo: o que há de queer nas bordas?**. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 287 – 302.

PEREIRA, Carlos A. M. **O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30**. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 88 – 129.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, eurocentrismo e América Latina**, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, 2000. p. 342-386.

QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro**. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBTQ no Brasil*. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

TREVISAN, João S. **Somos o que mesmo?** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBTQ no Brasil*. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

RIBEIRO, Leonídio. **Homossexualismo e endocrinologia**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v. 13, n. 3, 2010. p. 498 – 511.

RIBEIRO, Renato J. **A política dos costumes**. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/a-politica-dos-costumes/>>, acessado em 03/09/2022.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Bagoas, n. 05, 1993, p. 17 – 44.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. **Cultura material e ativismo: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também**. 1. ed. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

SANTOS, Émerson S. **Entrando na arena institucional: um estudo do movimento homossexual em Pernambuco na década de 1980**. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, vol. 04, n. 14, 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12270/10392>>, acessado em: 05/09/2022.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu (28), Campinas, janeiro-junho de 2007:19-54.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M. **Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.


VIDARTE, Paco. **Ética bixa – proclamações libertárias para uma militância LGBTQ.** Traduzido por Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. 1ª ed. São Paulo: n-1edições, 2019

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero.** Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021



## Anexos

## Anexo 1: Boletim N° 1 Nós Também (4 páginas)



**BOLETIM** N° **1**

OUTUBRO - 1981  
JOÃO PESSOA - PB

TJERK

Tjerk Von Den Jerg, a exemplo do que fez em outras cidades, passou três dias em João Pessoa, numa convivência descontraída com Nós Também. Não promovemos nenhum debate público ou entrevista com ele na imprensa. Preferimos uma convivência mais interna e mais intensa que resultou positiva e ilustradora. Fizemos um encontro mais formal com ele durante uma noite, quando passamos informações sobre nossos respectivos grupos. Tjerk deixou conosco exemplares de publicações dinamarquesas e ficou de enviar outras, de toda a Europa, em breve. Em contrapartida, estamos elaborando um dossiê mais completo sobre o grupo (texto, fotos) para enviarmos, através dele, à Associação 48.

TRABALHO CONJUNTO

Desde agosto, Lu e Henrique, como representantes do Nós Também, estão se reunindo com outros representantes do Grupo de Negros de João Pessoa e do grupo feminista local Maria Mulher (ex-centro da Mulher). Dessas reuniões, deverão sair formas de trabalho em conjunto, após esta fase inicial de conhecimento recíproco, das quais, a primeira já definida é um documento conjunto para ser lançado à população falando das especificidades de cada luta e a importância dos três movimentos estarem unidos na batalha por uma sociedade mais justa, livre e igualitária, sem preconceitos ou discriminações.

PCINTE

O NT assumiu e realizou uma ideia lançada por Lauro em uma de suas reuniões: o Primeiro Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também.

O PCINTE, como denominamos o Encontro, foi realizado de quarta a domingo, na casa do Lauro, e contou não só com gente do grupo mas também com amigos e ex-integrantes. A cada noite, por volta de seis e meia nos reunimos no local para fazer o jantar com distribuição de tarefas. Depois, papos descontraídos por alguns minutos e em seguida, o lance mais formal. Foram realizadas as duas palestras: A Prática Sodomítica no Brasil Colonial, por Gabriel (ex-NT), e Doenças Venéreas, por Carlos. Depois das palestras os debates foram

bastante participativos. No papo sobre Venêreas as discussões foram se aprofundando (com muita descontração) que findou com bichas e pitombas falando sobre suas experiências amorosas, modos de fazer, de dar, de receber. Foi ótimo.

O PCINTE foi encerrado com uma festa e <sup>com</sup> um delicioso desfile promovido por algumas bichas presentes.

#### SCINT

Na próxima semana (12 a 14/10) estaremos realizando o Segundo Encontro de Convivência Intensiva do Nós Também-Sacinte. Vai ser mais uma reunião de trabalho do que de debates. Aproveitaremos para organizarmos nosso arquivo e de finir a nossa próxima atividade: publicações.

#### A LUTA DA A.L.H.

Como todos sabem o 1º de Outubro foi definido no Conclat como o Dia Nacional de Luta. Aqui, as entidades classistas organizaram um ato público e, como não podia deixar de ser, lá fomos nós, homossexuais, levar nosso recado contra a repressão e a exploração. Acontece que no local de concentração e de onde sairia o ato foi negada a palavra aos integrantes da Ação de Libertação Homossexual (um grupo novo, só de ação; vide LIBERTAS QUE DARÁS TAMBÉM) que deveria ler manifesto e abrir a bandeira do grupo. Numa rápida deliberação o grupo decidiu fazer uma denúncia no dia seguinte, através dos jornais; alguns integrantes do grupo se retiraram e outros seguiram até a Assembleia onde o ato se realizaria. Lá, foram comunicados que teria espaço para falar. Henrique subiu no palanque e começou a ler o manifesto sendo logo interrompido pelos "companheiros" que ficavam exigindo que ele falasse das "lutas dos trabalhadores". Henrique interrompeu de fato a leitura e, surpresa pública começou a bater palmas e a gritar exigindo que ele continuasse. Sem saída, os organizadores só puderam fazer o que o público pedia. Ao final da leitura do manifesto e da abertura da bandeira da A.L.H. muitas palmas e muita força dos presentes aos corajosos homossexuais que, pela primeira vez participaram, depois de muita barra, de uma manifestação promovida pelas "entidades democráticas".

#### N.T. NO ENCONTRO DE FEMINISTAS

O Grupo Feminista Local, Maria Mulher (Ex-Centro da Mulher) de João Pessoa realizou nos dias 3 e 4 deste mês o II Encontro Feminista do Nordeste. O N.T desde o início da organização do Encontro, foi convidado a participar e a colaborar e foi o que fizemos: Lauro e Lu ficaram com a barraca de venda de publicações; Augusto com a de conhas e bebidas; Sandra e Garmonea fizeram a doces -

mentação fotográfica. Além disso, Sandra participou da mesa redonda (sessão aberta ao público) sobre Formas de Violência Contra a Mulher quando fez um histórico da legislação brasileira que fala sobre homossexualismo desde o Brasil Colonial e falou sobre outros aspectos de repressão, discriminação e violência contra a mulher homossexual. Participaram da mesa uma representante do Movimento Negro do Recife e Wilma, ex-Gato e atual militante do Ação Mulher do Recife. Vale salientar que daí pra frente não só no debate, mas também no grupo de estudo sobre sexualidade a tônica foi a questão homossexual.

Na verdade, o final de semana compreendido entre 1º e 4 de outubro foi muito importante para o MH paraibano; pela primeira vez participa, os de um Ato Público e de um debate promovendo muita discussão sobre homossexualismo na cidade.

#### PUBLICAÇÕES

A próxima atividade prioritária do Nós Também será a publicação de trabalhos dos integrantes do grupo. Deveremos lançar, inicialmente, textos de Gabriel sobre homossexualismo; o currículo da Universidade Federal do Prazer, elaborado pelo Lauro (aguardem, vocês vão morrer de rir); artigo de Sandra sobre picações libertárias e desenhos de Germana.

Texto da MOÇÃO apresentada pelo Nós Também sobre violência contra homossexuais argentinos e aprovado na plenária final do II Encontro Feminista do Nordeste (João Pessoa, 3 e 4 de Outubro de 1981):

"Nós mulheres, reunidas no II Encontro Feminista do Nordeste, na cidade de João Pessoa, denunciemos a situação de perseguição e violência contra os movimentos feminista e homossexual na Argentina. A repressão que o regime argentino impõe àquele povo irmão, pondo fim a toda a liberdade de expressão e reunião, levou os referidos movimentos à clandestinidade.

A homossexualidade não é considerada crime naquele país, no entanto, as leis de exceção e a prática policial são utilizadas para legalizar a repressão aos gays argentinos. A polícia recebeu cursos especiais para detectar homossexuais nas ruas chegando a reconhecê-los para em seguida prendê-los. Os bares e boites são invadidos e fechados pela polícia. O terrorismo cotidiano está impedindo os gays de circularem livremente pelas ruas, parques, praças e quaisquer locais públicos. Reuniões privadas são proibidas pelas leis de exceção e que se configura numa violação do direito constitucional.

A Comissão pelos Direitos da Gente ~~Gay~~ Gay, pequeno grupo formado na clandestinidade, segue atualmente a luta iniciada, em tempos normais, pela Frente de Libertação Homossexual. A referida Comissão foi quem passou, para os grupos brasileiros, as informações aqui prestadas.

Boletim Nós Também nº 1  
 \*\*\*\*\*

71 4

Por toda esta situação de extrema violência física e contra os Direitos Humanos na Argentina contra os grupos feministas e homossexual é que nós mulheres feministas apresentamos nesta ocasião o nosso repúdio e denúncia pública a todo o povo brasileiro. Conclamamos todos os grupos feministas e homossexuais do país a engrossarem esta denúncia?

OBSERVAÇÕES:

- 1- Decidimos tirar este "boletim" para informar a todos os grupos sobre nossas atividades, e que ficaria difícil em cartas individuais além do que, poderíamos correr o risco de omitir alguma coisa importante.
- 2- PITOMBA, é uma expressão muito usada aqui e no Recife para designar "lésbica".

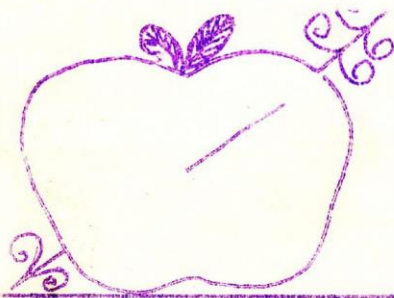
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

MONTEIRO DA FRANCA 588  
 MANAIRA  
 58000 JOÃO PESSOA - PB



Fonte: Arquivo pessoal de Henrique Magalhães

## Anexo 2: Boletim nº 2 (2 páginas)



# NÓS TAMBÉM

## BOLETIM Nº 2

\*\*\*Nós Também completamos, dia 1º de Novembro, um ano de atividades e como não podia deixar de ser comemoramos a data com uma festa para os amigos e ex-integrantes do grupo. O bar funcionou para dar alguma renda para o grupo e produzimos um show com a participação de Joanito, Perequeté e Uriando. A casa foi toda ornamentada com folhas de palmeitas e postres do Henrique mostrando inquietantes bundas e ainda a bandeira da Ação de Libertação Homossexual-A.L.H.A. À meia-noite a festa parou alguns instantes para comermos o delicioso bolo de aniversário e distribuição da pipoca e amendoim. Depois, o som voltou a funcionar até que...

Ficou a certeza de ter sido uma das melhores festas dos últimos tempos.

\*\*\*\*\*  
SCINT\*\*\* Realizamos em outubro a Segunda Convivência Intensiva do Nós Também. Durante duas noites fizemos reuniões divididas em duas partes: na primeira, organizamos o nosso arquivo e na segunda cada integrante do grupo deu um depoimento sobre sua vida. Esta última parte possibilitou maior conhecimento pessoal de todos e nos deu margem para refletir sobre nossa prática cotidiana.

\*\*\*\*\*  
MISTY\*\*\* Para quem é adepto do rodogayra boite Misty, do Recife, em breve vai mudar de endereço. O novo está sendo construído com muito esmero e bom gosto. Terá uma área ao ar livre, dentro do ambiente da boite, para se respirar ar puro, tomar uma bebida e namorar com mais tranquilidade.

\*\*\*\*\*  
 \*\*\* VALES E FEIRAS - É certo que João Pessoa não conta com lugares declaradamente gays mas há uma porção de locais que a mbçada pode frequentar com tranquilidade e outros que poderão ser invadidos pela gente gay. Um dos lugares já frequentado é um pedaço da praia do Cabo Branco, conhecido como Vale das Bonecas (entre o Motokar e o Clube de Engenharia). Lá, durante as manhãs ensolaradas se reúnem, dentro das pocinhas d'água que se formam nas pedras, grupos e mais grupos de homossexuais, mas só de segunda a sexta. Nos fins de semana o pessoal prefere curtir a feiçinha de Tambau e o inevitável Canton, prologamento desta (ou vice-versa?).

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA\*\*\* Nós Também aproveitamos o show de Cátia de França, Tadeu Matias, Ivan Santos e Bráulio Tavares fomos até o Astréa onde lemos uma nota de denuncia e repúdio a nova onda de repressão contra os homossexuais desencadeada recentemente na cidade por delegados e pela imprensa e configurada em prisões e notícias escandalosas na imprensa local machista e reacionária. É a seguinte a nota lida na oportunidade.

"Amor é o que se querjo que podeis censurar? Amo, como me agrada, e que me agrada. Com estas palavras queremos denunciar a violência que vem sendo cometida ultimamente contra os homossexuais em João Pessoa.

Neste contexto, além da repressão policial, destaca-se a ignorância e sensacionalismo de certo órgão de imprensa que reserva para os homossexuais sua página policial distorcendo fatos, comprometendo pessoas, incentivando um puritanismo eivado de represálias.

Queremos crer que, ao se reprimir e desrespeitar o amor entre duas pessoas do mesmo sexo, criam-se normas de conduta para todos os homens. Dessa forma a violência aos homossexuais manifesta-se na repressão de todos os seres humanos, independente da escolha que fazer de seus parceiros sexuais.

Fazemos de público o nosso protesto. Queremos continuar dizendo com Shakespeare:

"Meu melhor amigo e eu somos um só

Tu és a melhor parte de mim".

(Nós Também, Ser Livre e Ação de Libertação Homossexual)



### Anexo 3: "Cronologia"

#### CRONOLOGIA

- \* 29/8/81 - outdoor de nosso símbolo numa das principais ruas da cidade
- \* 07/9/81 - lançamento público do grupo no teatro Lima Penandé quando da Feira da Criação. Leitura e distribuição de nosso manifesto (Não houve o lançamento porque não havia público)
- \* setembro 81 - outdoor do símbolo na Av. Epitácio Pessoa
- \* 01/10/81 - leitura em ato público (Praça João Pessoa - Assembleia Legislativa) de documento ligando a luta homossexual às outras lutas de oprimidos da sociedade
  - distribuição do manifesto
- \* OUTUBRO 81 - 1º número do jornal
- \* 13/11/81 - Nota de protesto contra matérias pejorativas aos homossexuais publicadas em O Norte (palco - Clube Astréia; show - Ivan, Bráulio, Tadeu e Cêlia de Trausa; plateia - mais de 1000 pessoas) - Nota conjunta - ALH está também ser livre



A Ç Ã O   D E   L I B E R T A Ç Ã O   H O M O S S E X U A L

**Fonte:** Arquivo pessoal de Henrique Magalhães

## Anexo 4: "Manifesto" da ALH

### AÇÃO DE LIBERTAÇÃO HOMOSSEXUAL ALH

#### MANIFESTO

Entendemos o sexo como uma necessidade fisiológico/emocional tão importante quanto qualquer outra função de nosso corpo e nossa mente. Não o vemos isolado do processo revolucionário porque a revolução não deve discriminar necessidades por partes: primeiro a revolução política, depois a revolução sexual e de outros grupos oprimidos da sociedade. Queremos uma revolução de corpo inteiro e não somente da barriga vazia

Aos que pensam que isto é utopia, devemos lembrá-los que até hoje existem pessoas que acham o mesmo do comunismo idealizado por Marx e que foi tão intencionalmente mal entendido por seus seguidores

Acusamos de reacionários os que nos tentam eliminar classificando-nos de chaga social, em defesa da sagrada família cristã, prendendo-nos, torturando-nos até perdermos nossa dignidade de seres humanos, em qualquer cela suja da repressão

Acusamos também de reacionários os que tentam deixar-nos à margem do processo revolucionário, desconsiderando nossa luta específica, classificando-nos de decadência pequeno-burguesa, planejando nossa extinção de maneira não muito diferente dos fuzilamentos promovidos por Khomeini revolucionário, ou obrigando-nos a serviços forçados no canavial como o fez Fidel da Cuba revolucionária

Além de existirmos como seres humanos, exigimos nossa participação política como grupo de libertação homossexual juntamente com os grupos de negros, mulheres, índios, ecologistas, e tantos outros que apareçam com idéias libertárias, na construção do grande alicerce da mudança social, moral e política de nossa sociedade

Lutamos pelo prazer, contra o preconceito, por uma sociedade sem classes, por uma revolução que seja totalmente social e não se limite à dominação de uma classe por outra, seja ela burguesa ou proletária

Não acreditamos em devaneios pequeno-burgueses ou médio-classistas que teimam em liderar revoluções, numa vanguarda irracional e anti-popular, que visam simplesmente um cargo ou se não, todo o poder do sistema pré-estabelecido nos dogmas que acreditam venham nos trazer o paraíso

Não acreditamos numa revolução calcada em dogmas porque todos os dogmas são estéreis, não se abrem para mudanças, não se coadunam com o homem, que está sempre em crescente evolução

Lançamo-nos publicamente justo no dia 7 de setembro como forma de questionar falsos gritos de independência que nos fazem cultuar. Tomamos como legítimo o símbolo da inconfidência, adaptando-o ao nosso processo histórico, e bradamos

LIBERTAS QUE DARÁS TAMBÉM!

João Pessoa, 7 de setembro de 1981

Fonte: Arquivo pessoal de Henrique Magalhães



## Anexo 5: Manifesto 01 de Outubro – Dia Nacional de Luta

### 1 DE OUTUBRO - DIA NACIONAL DE LUTA

Há três anos vimos surgir em São Paulo algo de novo no cenário político nacional. Além dos grupos feministas e de negros, começou a se formar o embrião do que hoje se apresenta como Movimento de Libertação Homossexual. A partir daí, em todo o Brasil, aparecem grupos que se propõem a discutir o homossexualismo como uma opção sexual e como manifestação política, contra o machismo, o preconceito, contra o poder estabelecido e a divisão da sociedade em classes.

A luta homossexual não está isolada da luta do povo brasileiro, já que somos discriminados tanto como trabalhadores como homossexuais. O homossexualismo não é uma opção de pessoas de determinada classe, encontra-se inserido em todas as camadas da população, sendo evidentemente mais reprimido nas classes de menor poder aquisitivo, ou seja, na maior parte da população brasileira. Daí a importância de, ao mesmo tempo que lutamos contra o preconceito e o obscurantismo machista da repressão sexual, lutamos por uma mudança social e política, onde sejam respeitadas a liberdade de ser de todos os grupos oprimidos e sua participação efetiva no processo político de mudança social.

O dia nacional de luta tem uma importância na medida em que, contra todos os grupos, respeitando suas especificidades, na formação de uma corrente onde o ideal de libertação, evidentemente, seja o denominador comum.

É preciso dar as mãos na luta contra a exploração e repressão

É preciso libertar corpo e mente para a construção da nova sociedade.

LIBERTAS QUE DAIÁS TAMBÓN!

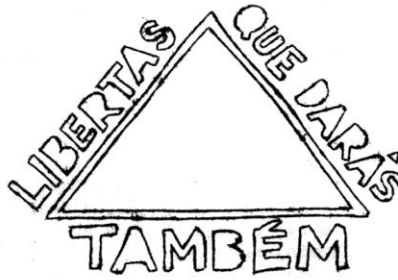
Ação de Libertação Homossexual

Fonte: Arquivo pessoal de Henrique Magalhães

Anexo 6: Boletim Nº 01 – ALH (duas páginas)

A  
L  
H

ANO I - Nº 1  
OUTUBRO DE 1981  
CAPITAL TABAJARA  
PARAÍBA



"DAS  
LIBERTADES  
QUEREMOS  
TODAS"

A REPRESSÃO **1 ano de vida**  
CHEGA COM O VERÃO

JOÃO PESSOA ESTÁ VIVENDO UM DE SEUS MOMENTOS MAIS AGRESSIVOS DOS ÚLTIMOS TEMPOS. SERIA DILUIR DEMAIS A QUESTÃO AFIRMAR QUE A VIOLÊNCIA A PESSOAS, COMO SE TEM MANIFESTADO, FAZ PARTE DE UMA VIOLÊNCIA MAIOR QUE É FRUTO DO DESEMPREGO, DO CUSTO DE VIDA E DE TODA A CONTRADIÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA. O QUE TEM SE OBSERVADO É UMA SISTEMÁTICA REPRESSÃO ORGANIZADA NA ORLA MARÍTIMA DE TABAJARA, MAIS PARTICULARMENTE AOS HOMOSSEXUAIS QUE PROCURAM, NAS RUAS E BARES, RESPIRAR MAIS ALIVIADOS DA REPRESSÃO DIÁRIA QUE SOFREM EM CASA.

A REPRESSÃO É EVIDENTEMENTE TÃO ESPECÍFICA QUE SE DESTINA AOS HOMOSSEXUAIS APENAS DA ORLA MARÍTIMA, ONDE SURTIU FULGURANTE NO VERÃO PASSADO UM MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS ATRAVÉS DE GRUPOS ORGANIZADOS E DA DISCUSSÃO DA QUESTÃO NAS MESAS DOS BARES. CHEGOU-SE A CRIAR INCLUSIVE VÁRIOS PONTOS DE ENCONTRO ONDE ERAM ORGANIZADOS SHOWS, FESTAS E LANÇAMENTOS DE PUBLICAÇÕES.

A REPRESSÃO É FRUTO DE UMA AÇÃO ORGANIZADA NO SENTIDO DE "SANEAR" AS RUAS E BARES DA ORLA, ONDE CORRE O PERIGO DE "CONTAMINAÇÃO" OS FILHINHOS DA CLASSE MÉDIA ALTA QUE TAMBÉM AS FREQUENTA. PRIMEIRO FORAM AÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL QUE, SOB O AMPARO LEGAL, INVADIA OS BARES EM CATA AOS MACONHEIROS, CHEGANDO AO ABORRÇO DE DISPARAR

REPRESSÃO METRALHADORAS COMO INTIMIDACÃO. É PRECISO QUE SE DIGA QUE OS LOCAIS QUE A POLÍCIA INVADIA ERAM LOCAIS DE ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS, E COM ISTO A POLÍCIA TENTAVA FAZER UMA ANLOGIA DE TÓXICO COM HOMOSSEXUALISMO.



AGORA A REPRESSÃO MANIFESTA SE ATRAVÉS DA MANIPULAÇÃO DE GRUPOS DE RAPAZES MACHISTAS CONTRA OS HOMOSSEXUAIS JÁ QUE A POLÍCIA NÃO TEM AMPARO DA LEI PARA REPRIMI-LOS DIRETAMENTE, O QUE OCASIONARIA UM DESGASTE DO APARATO POLICIAL.

EXISTE UMA JUSTIFICATIVA PARA TODAS ESTAS AGRESSÕES. O QUE APARENTEMENTE PARECE INGENUIDADE DA REPRESSÃO, AGREDIR GRUPOS E NÃO PESSOAS SE CARACTERIZARIA COMO AÇÃO POLÍTICA GERANDO UMA REPERCURSÃO MAIOR NO CONJUNTO DA SOCIEDADE.

É PRECISO QUE ESTAS AGRESSÕES SEJAM DIVULGADAS ENTRE OUTROS GRUPOS OPRIMIDOS PARA QUE SE POSSA FAZER UMA AÇÃO CONJUNTA EM DEFESA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS E DOS PRÓPRIOS GRUPOS.

O dia 1º de novembro tem um significado muito importante para o movimento dos grupos oprimidos em nosso estado. Diz respeito ao surgimento do primeiro grupo homossexual da Paraíba, terceiro do nordeste.

O NÓS TAMBÉM surgiu com a alegria do verão passado, aproveitando as brechas da abertura e criando espaços livres para o encontro dos homossexuais e discussão de seus problemas. Realizou várias festas, participou de debates em Natal, João Pessoa e Recife, quando do primeiro encontro regional de grupos homossexuais, e ganhou as ruas da cidade com piquetes e outdoor em comemoração ao dia internacional do orgulho gay.

O NT estará realizando uma festa para seu aniversário. Interessados procurar os membros do grupo.

.....

# ESPERANDO JOÃO

Jomard Muniz de Fria to esta lançando mais um filme super 8 independente, que faz parte de sua já vasta filmografia. Desta vez trata-se de uma produção voltada para a Paraíba, onde recria o mito de uma de suas mais significativas personagens Anayde Beiriz, mulher de João Dantas, assassino de João Pessoa, foi uma mulher de forte personalidade, invejável, revolucionária para sua época (1930) Representada no filme de Jomard por três mulheres e três homens travestidos, Anayde de hoje é uma transposição do impacto causado na sociedade quando foi-lhe exposta todo o liberalismo de assumir-se como verdadeira mulher.

Trata-se, nas palavras de Jomard, de uma "fricção histórica existencial", fricção e não ficção, porque rompe, reicciona os valores conservadores da época, Hoje a força friccional se transpoe de Anayde para a pessoa do travesti, que sofre a mesma opressão sendo que atualizada.

O filme não tenta ser um tratado sobre homossexualismo, tenta particularizar para identificar. É voltar o problema para a opressão social através do antagonismo Anayde/sociedade/ travesti e sua aspiração de ser mulher, sua transfiguração.

Por exemplo, Percequité em seu personagem

no filme sofre a perseguição e esta gera a tragédia, entendendo-se que não se trata da tragédia grega e sim da tragicomédia ou "tragic-gay", como define Jomard.

O filme se define como uma metáfora concreta da perseguição pessoal a todos que tentam infringir os valores de sua época, transgredir os limites do permissível e se identificar com os anseios mais íntimos, mais orgânicos de cada indivíduo.

## A MANIFESTAÇÃO DO NÃO

Como parte das comemorações do 1º de outubro, Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores, as entidades democráticas de nossa cidade resolveram fazer uma passeata pelas principais ruas e um ato público. Decidimos participar porque acreditamos que devemos estar integrados aos outros setores de luta da sociedade e também porque para nós era uma boa oportunidade de tornar pública a existência do novo grupo de libertação homossexual. Preparamos um texto de apoio a união de todos para a construção da nova sociedade e levamos nosso manifesto para ser distribuído com os presentes. Porém, para nossa grande surpresa, quando fomos nos inscrever entre os que iriam falar, foi-nos negado o direito de voz com a alegação de que a luta homossexual não é uma bandeira de trabalhadores e que eles não entenderiam nossas reivindicações. Depois de muito insistirmos, foi-nos dado o não definitivo. Resolvemos nos retirar e protestar no outro dia através dos jornais. Algumas pessoas do grupo foram embora e outras seguiram para a Assembleia onde o ato se realizaria. Por pressões de pessoas amigas que tomaram conhecimento do fato, a comissão, sem menos esperar fomos chamados a par-

ticipar do ato. Quando começamos a nos pronunciar, havia ainda uma grande confusão quanto a nossa participação, e em determinada hora, fomos impedidos de falar, o que fez com que a plateia de aproximadamente quinhentas pessoas, reagisse gritando e exigindo nossa volta. A comissão então teve que ceder e concluímos nossa manifestação. A bandeira do grupo continuou desfraldada e passamos a distribuir nosso manifesto.

Esta foi a primeira vez que um grupo homossexual desbravou as ruas de João Pessoa, mesmo a contragosto das forças ditas progressistas e democráticas.



Fonte: Arquivo pessoal de Henrique Magalhães

## Anexo 7: ALH – Nota de Repúdio

Amor é o que se quer; o que podeis censurar? Amo, como me agrada, o que me agrada amar.

Com essas palavras queremos denunciar a violência que vem sendo cometida ultimamente contra os homossexuais em João Pessoa.

Neste contexto, além da repressão policial, destaca-se a ignorância e o sensacionalismo de certo órgão de imprensa que reserva para os homossexuais sua página policial, distorcendo fatos, comprometendo pessoas, incentivando um puritanismo eivado de represálias.

Queremos crer que, ao se reprimir e desrespeitar o amor entre duas pessoas do mesmo sexo, cria-se normas de conduta para todos os homens. Dessa forma a violência aos homossexuais manifesta-se na opressão de todos os seres humanos, independente da escolha que fazem de seus parceiros sexuais.

Fazemos de público e nosso protesto. Queremos continuar dizendo com Shakespeare:

"Meu amigo e eu somos um só  
Tu és a melhor parte de mim"

As.: NÓS TAMBÉM, SER LIVRE, AÇÃO DE LIBERTAÇÃO HOMOSSEXUAL.

13 de novembro de 1981  
show de Cátia de França,  
Tadeu Mathias, Ivan Santos e  
Braulio Tavares  
Clube Astréa - público: 2.500 pessoas

## Anexo 8: Boletim "O Grito" (duas páginas)

3a 7  
de setembro  
1983

# O GRITO

TEMPO INSTÁVEL  
SUJEITO A CONSTANTES  
PERTURBAÇÕES

JACUMÃ - PARAIBA

## I ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS DA PARAIBA

### SUGESTÕES DE PAUTA

- INFORMAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA PARAIBA E NO BRASIL
- CAMPANHA MORALISTA NAS RÁDIOS E JORNAIS (RELAÇÃO DA MORTE DE GORETE COM O BAR DA XOXOTA)
- BALANÇO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL PARAIBANO DESDE A EXTINÇÃO DO "NÓS TAMBÉM"
- PROPOSTAS DE ATUAÇÃO NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES (VEREADORES/86)
- MOBILIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VERÃO
- EXPANSÃO DE PROMOÇÕES CULTURAIS SOBRE O TEMA

### PROGRAMAÇÃO

- ACAMPAMENTO A PARTIR DO DIA 3 DE SETEMBRO (SÁBADO) EM CLIMA PERMANENTE DE DISCUSSÃO
- DEBATES NOS DIAS 4 DE SETEMBRO (DOMINGO) E 7 DE SETEMBRO (QUARTA-FEIRA) A PARTIR DAS 14 HORAS.
- CURTIÇÕES, FECHAÇÕES E ATIVIDADES CONGÊNERES TODOS OS DIAS, O DIA TODO
- CULMINÂNCIA/COMILANÇA NO DIA 7 DE SETEMBRO COM ENCERRAMENTO DOS DEBATES.
- SHOWS, DESFILES, ETC. POR CONTA DA CRIATIVIDADE DE CADA UM(A).

